



MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
A Joia da Serra Gaúcha!

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ



PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

2026-2036

COTIPORÃ, AGOSTO DE 2026

IDENTIFICAÇÃO

Município: Cotiporã/RS

Nível de Gestão: Básica

Período de Execução: 2026 até 2036



MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
A Joia da Serra Gaúcha!



PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ/RS

Nome do Prefeito: José Carlos Breda

Mandato do Prefeito: Início: 01/01/2025 Término: 31/12/2028

Endereço da Prefeitura: Rua Silveira Martins, 163 Bairro: Centro

Telefone: (54) 3446-2800

E-mail: prefeito@cotipora.rs.gov.br

Site: www.cotipora.rs.gov.br

Porte Populacional: Pequeno Porte I

Código do IBGE: 4305959

PREFEITO MUNICIPAL

José Carlos Breda

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Dener Zanella

SECRETARIA RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal Da Educação e Desporto

Maritana Do Carmo Giordani Tilton

SECRETARIAS ARTICULADORAS

Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

Sadi João Marin

Secretaria Municipal de Administração

Elisandra Scussel

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Bruna Tres



MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
A Joia da Serra Gaúcha!



COMITÊ INTERSETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 12.773/2026 DE 26 DE MAIO DE 2026

Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Titular: Franciele Bortoncello de Oliveira

Suplente: Gabriela Costenaro da Silva

Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Titular: Fernanda Grosseli Favero

Suplente: Renan Tedesco

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Titular: Bruna Tres

Suplente: Salete de Borba Agatti

Secretaria Municipal de Administração

Titular: Andrielle Zonta

Suplente: Giovana Marcon Moreira

Poder Legislativo

Titular: Douglas Penso

Suplente: César Henrique Zinda

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDCA)

Titular: Natan Gromowski

Suplente: Fábio Lazzarini

Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)

Titular: Janice Renata Dal Sant Giacomelli

Suplente: Vanessa Pissaia

Conselho Tutelar

Titular: Adiles Ana Zanella Meneguzzo

Suplente: Cristiane Peterle Faccio

Professores da Educação Infantil

Titular: Caroline Gabrielli

Suplente: Eduarda Luchini Zorzi



MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
A Joia da Serra Gaúcha!



Gestão da Escola Municipal de Educação Infantil Amor e Carinho

Titular: Patrícia Benato

Suplente: Suelen Lazzarini

Gestão da Escola Municipal de Ensino Fundamental Caminhos do Saber

Titular: Maristela Conte Putti

Suplente: Danieli Zardo Lazzarini

Conselho Municipal de Educação

Titular: Graziela Anceski

Suplente: Loreni de Borba Schenatto

Rede do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente

Titular: Talissa Frizon Cremonini

Suplente: Ketlen Antonioli

Brigada Militar

Titular: Rodrigo Henrique da Silva Dias

Suplente: Leonardo Rambo Kazienko

Liga Cotiporanense de Esportes

Titular: Ivânio Bortoncello

Suplente: Tales Alexandre Toledo

Círculo de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Infantil Amor e Carinho

Titular: Maiara Marinello Zardo

Suplente: Ana Flávia Batistini



"A infância é o chão que a gente pisa a vida inteira."

Manoel de Barros

JUSTIFICATIVA

A elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Cotiporã justifica-se pela necessidade de consolidar e qualificar as políticas públicas voltadas às crianças de 0 a 6 anos, assegurando a efetivação dos seus direitos fundamentais em âmbito local, conforme estabelecido na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016).

A primeira infância é reconhecida, à luz de evidências científicas nas áreas da neurociência e do desenvolvimento humano, como período decisivo para a formação das bases cognitivas, emocionais e sociais do indivíduo. Experiências precoces positivas, associadas a ambientes seguros, vínculos afetivos estáveis e acesso a serviços de qualidade, impactam diretamente na trajetória de vida, influenciando indicadores futuros de educação, saúde e inserção social. Nesse contexto, o investimento público nesta fase apresenta elevado retorno social e econômico, configurando-se como estratégia essencial para o desenvolvimento sustentável.

No contexto específico de Cotiporã, município de pequeno porte com características socioeconômicas próprias da região serrana do Rio Grande do Sul, observa-se a necessidade de fortalecer a integração entre as políticas setoriais — especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social — a fim de garantir atenção integral à criança e à sua família.



O PMPI, nesse sentido, constitui-se como instrumento estratégico de gestão, capaz de orientar a formulação, implementação e avaliação de ações intersetoriais voltadas à primeira infância. Permite, ainda, o estabelecimento de metas claras, indicadores de monitoramento e definição de responsabilidades entre os diversos atores institucionais, promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Ademais, a construção do plano fortalece os mecanismos de participação social, ao envolver conselhos municipais, profissionais das redes de atendimento, famílias e a comunidade em geral. Essa abordagem participativa contribui para a legitimidade das ações propostas e para sua adequação às reais necessidades da população infantil do município.

Dessa forma, a implementação do PMPI em Cotiporã reafirma o compromisso da gestão municipal com a promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, visando à redução das desigualdades, à melhoria da qualidade de vida e à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.



APRESENTAÇÃO

A Primeira Infância, compreendida como o período que abrange a gestação até os seis anos de idade, representa uma fase decisiva para o desenvolvimento humano. Nesse intervalo da vida, estabelecem-se as bases para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças, influenciando de forma significativa suas trajetórias individuais e sua participação na sociedade. Nesse sentido, o investimento em políticas públicas voltadas à Primeira Infância constitui estratégia essencial para a promoção do desenvolvimento integral, da equidade social e da garantia de direitos.

Com o objetivo de conhecer e analisar a realidade das crianças de zero a seis anos no Município de Cotiporã, o presente diagnóstico reúne e sistematiza informações provenientes de diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social e proteção, além de considerar aspectos relacionados às condições de vida das famílias e ao contexto social do município. A partir da análise de dados quantitativos e qualitativos, busca-se identificar as principais potencialidades, desafios e necessidades que envolvem o desenvolvimento das crianças na Primeira Infância no território municipal.

Este diagnóstico constitui uma etapa fundamental para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Cotiporã, instrumento de planejamento que estabelece diretrizes, objetivos e estratégias voltadas à promoção do desenvolvimento integral das crianças. O PMPI orienta a implementação de políticas públicas intersetoriais e articuladas, promovendo a integração entre diferentes áreas da gestão pública e fortalecendo a rede de atenção e proteção à infância no município.

Ao desenvolver este diagnóstico e avançar na construção do Plano Municipal pela Primeira Infância, o Município de Cotiporã reafirma seu compromisso institucional com a promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças, em conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Marco Legal da Primeira Infância. Dessa forma, o município busca fortalecer ações e políticas que assegurem às crianças Cotiporanenses condições adequadas para crescer, se desenvolver e viver plenamente sua infância.



SUMÁRIO

Apresentação	7
1.1 Marco Legal da Primeira Infância	12
2. Diagnóstico Situacional	14
3. Visão Da Primeira Infância	15
4. Diagnóstico Socioterritorial	16
4.1 Histórico e Formação Político-Administrativa do Município de Cotiporã	16
4.2 Evolução Político-Administrativa e Emancipação	18
4.3 Aspectos Geográficos	19
4.4 Aspectos Populacionais	19
4.5 Transição Demográfica e Vulnerabilidades Sociais	22
4.5.1 Envelhecimento Populacional e Dinâmica Etária	22
4.5.2 Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos	22
5. Diagnóstico Do Setor Educacional	23
5.1 Estrutura Física e Rede de Ensino	23
5.2 Cobertura, Acesso e Suporte ao Estudante	23
5.3 Desafios do Fluxo Escolar e Conclusão de Etapas	24
5.4 Infraestrutura Urbana, Saneamento e Habitação	24
5.4.1 Malha Viária, Pavimentação e Drenagem Pluvial	24
5.4.2 Matriz de Saneamento Básico: Desafios Estruturais	25
5.4.3 Déficit Habitacional e Política de Interesse Social	26
5.4.4 Mobilidade Urbana e Acessibilidade	26
5.5 Análise de Riscos, Vulnerabilidades Climáticas e Geologia	26
5.5.1 Hidrografia e Dinâmica de Cheias	26
5.5.2 Geomorfologia, Risco Geológico e Eventos Extremos	27
5.5.3 Zoneamento de Vulnerabilidade: Contraste entre as Áreas Urbana e Rural	28
5.6 Aspectos Econômicos e Trabalho	29
5.6.1 Indicadores de Desenvolvimento Humano e Renda Per Capita	29
5.6.2 Mercado de Trabalho Formal e Ocupações Predominantes	29
6. Secretaria Municipal De Educação E Desporto	30
6.1 Análise do Panorama da Educação Básica Municipal	30
6.1.1 Perfil das Matrículas por Etapa de Ensino e Segmento	30
6.1.2 Série Histórica e Evolução Cronológica da Demanda	31
6.1.3 Distribuição por Dependência Administrativa	31



6.1.4 Territorialização e Distribuição Geográfica das Matrículas	32
6.1.5 Análise do Perfil Demográfico e Étnico-Racial dos Discentes	32
6.1.6 Distribuição Censitária por Faixas Etárias e Gênero	33
6.1.7 Análise Longitudinal da Matrícula por Autodeclaração de Cor/Raça (2015–2025)	34
6.2 Indicadores e Diagnóstico da Educação Especial no Município de Cotiporã	35
6.2.1 Panorama Geral e Representatividade Federativa	35
6.2.2 Diretrizes de Inclusão e Distribuição por Etapas de Ensino	36
6.2.3 Análise Sociodemográfica por Sexo	36
6.2.4 Análise de Tendências e Indicadores Consolidados	37
6.2.5 Dinâmica de Matrículas e Perfil de Gênero	37
6.2.6 Inclusão e Acessibilidade Escolar	38
6.3 Perfil Étnico-Racial e Qualificação da Informação	38
6.4 Perfil, Qualificação e Distribuição do Corpo Docente	39
6.4.1 Evolução do Contingente de Professores na Educação Infantil	39
6.4.2 Análise Comparativa por Etapa de Ensino na Rede Municipal	40
6.4.3 Nível de Escolaridade e Qualificação Acadêmica na Educação Infantil	40
6.4.4 Pacto Federativo e Divisão por Dependência Administrativa	41
6.4.5 Perfil Sociodemográfico, Diversidade e Distribuição Etária do Corpo Docente	42
6.4.6 Dimensionamento do Quadro e Recorte de Gênero	42
6.4.7 Indicadores de Inclusão e Perfil Étnico-Racial	43
6.4.8 Estrutura Etária e Distribuição Geracional	43
6.4.9 Síntese Diagnóstica	44
6.4.10 Qualificação Profissional, Aperfeiçoamento Contínuo e Vínculos Funcionais	45
6.4.11 Perfil de Escolaridade e Formação Acadêmica Inicial.....	45
6.4.12 Pós-Graduação e Trajetória de Formação Continuada (2015–2025)	46
6.4.13 Natureza dos Vínculos Funcionais e Regime de Contratação	47
6.4.14 Síntese Diagnóstica	47
6.5 Análise de Tendências e Indicadores de Evolução Docente (2015–2025)	47
6.5.1 Dinâmica de Expansão do Quadro Funcional	48
6.5.2 Monitoramento de Gênero e Perfil Sociodemográfico	48
6.5.3 Transformações Estruturais na Qualificação Docente	49
6.5.4 Distribuição Geográfica e Localização da Rede	50
6.5.5 Síntese e Diagnóstico das Tendências	50
6.6 Estrutura Física, Localização e Porte da Rede de Educação Infantil	51



6.6.1 Aspectos Quantitativos, Localização e Porte Escolar	51
6.6.2 Infraestrutura, Conectividade e Recursos Disponíveis	52
6.6.3 Síntese Diagnóstica da Rede Física	52
6.6.4 Diagnóstico da Infraestrutura e Espaços Pedagógicos da Rede de Educação Infantil	52
6.6.5 Panorama de Universalização dos Ativos Físicos e Sanitários	54
6.6.6 Análise Comparativa e Desempenho Regional	55
6.6.7 Síntese Diagnóstica	55
6.7 Análise da Oferta de Matrículas em Tempo Integral na Educação Infantil	56
6.7.1 Evolução Temporal das Matrículas (2015 – 2025)	56
6.7.2 Diagnóstico de Oferta por Etapa (Ano-Base: 2025)	57
6.7.3 Conclusão Diagnóstica e Implicações para o Plano Municipal	57
6.8 Metodologia de Cálculo e Posicionamento Regional do Tempo Integral	58
6.8.1 Critério de Definição da Jornada Ampliada	58
6.8.2 Análise Comparativa e Indicadores Territoriais (Ano-Base: 2025)	59
6.8.3 Síntese Diagnóstica	59
6.8.4 Análise Sociodemográfica e Recortes de Equidade no Tempo Integral	59
6.8.5 Distribuição por Gênero/Sexo Biológico	60
6.8.6 Análise por Cor/Raça e Rede de Ensino	60
6.8.7 Segmentação por Modalidade de Ensino	61
6.8.8 Síntese do Perfil de Atendimento e Diretrizes de Equidade	61
6.9 Análise de Tendências Históricas e Variações Longitudinais (2015 – 2025)	61
6.9.1 Evolução por Dependência Administrativa e Redes de Ensino	62
6.9.2 Dinâmica de Gênero e Ritmos de Retração	63
6.9.3 Comportamento por Autodeclaração Étnico-Racial	63
6.9.4 Análise Territorial e Geográfica (Localização)	63
6.9.5 Síntese do Comportamento Histórico	64
6.10 Análise da Carga Horária e Média de Permanência Diária na Educação Infantil	64
6.10.1 Parâmetros de Medição do Tempo Escola	65
6.10.2 Série Histórica da Carga Horária Média (201655 – 2025)	65
6.10.3 Diagnóstico da Carga Horária por Etapa em Cotiporã (Ano-Base: 2025)	65
6.10.4 Conclusão e Diretrizes Curriculares	66
6.10.5 Estratificação Sociodemográfica da Carga Horária e Recortes de Acesso	66
6.10.6 Disparidades de Carga Horária por Gênero/Sexo Biológico	67
6.10.7 Cruzamento Étnico-Racial por Dependência Administrativa e Rede Pública	67



6.11 Análise por Modalidade de Ensino	67
6.11.1 Síntese do Diagnóstico de Carga Horária e Desafios de Gestão	67
6.12 Indicador de Adequação da Razão Aluno-Turma e Análise Comparativa Territorial	68
6.13 Análise Comparativa do Módulo de Alunos por Turma (Ano-Base: 2025)	69
6.14 Diagnóstico de Tendências e Comportamento das Redes	69
6.15 Implicações Pedagógicas e Diretrizes de Gestão	69
7. Secretaria Municipal Da Saúde E Assistência Social	70
7.1 Diagnóstico da Saúde Pública, Programas e Vigilância	70
7.1.1 Infraestrutura de Atenção Primária e Cobertura do SUS	70
7.1.2 Indicadores Epidemiológicos e Perfil de Mortalidade	71
7.1.3 Programas Estratégicos e Redes de Cuidado Intersectorial	71
7.1.3.1 Percentual da população entre 0 e 6 anos	72
7.1.4 Cobertura da atenção primária à saúde	73
7.1.5 Cobertura vacinal infantil	74
7.1.6 Nascidos vivos	75
7.1.7 Taxa de mortalidade infantil	76
7.1.8 Percentual de partos de mães adolescentes (até 19 anos)	77
7.1.9 Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal	78
7.1.10 Percentual de nascimentos registrados como baixo peso	79
7.1.11 Aleitamento materno em menores de 6 meses de idade	80
7.1.12 Altura das crianças de 0 a 5 anos	81
7.1.13 Peso baixo em crianças de 0 a 5 anos	82
7.1.14 Peso elevado em crianças de 0 a 5 anos	83
8. Primeira Infância E Eventual Situação De Risco E Vulnerabilidade Social	84
8.1 Conselho Tutelar	84
8.1.1 Notificações de casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos	86
8.2 Primeira Infância e Assistência Social	87
8.2.1 Crianças entre 0 e 6 no Cadastro Único e Bolsa Família	87
8.2.2 Estrutura e Operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	89
8.2.3 Financiamento e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	89
8.3 Proteção Social Básica e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	90
8.3.1 Serviços, Programas e Benefícios Ofertados	90
8.3.2 Produção de Serviços e Indicadores de Atendimento da Proteção Social Básica	90
8.3.3 Continuidade e Retenção no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) ..	90



8.3.4 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	92
8.3.5 Perfil Individual dos Cadastrados	92
8.4 Programas de Desenvolvimento na Primeira Infância e Ações Coletivas	93
8.4.1 Primeira Infância Melhor (PIM)	93
8.4.2 Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade)	94
9. Rede De Serviços Públicos Para Primeira Infância	95
9.1 Assistência Social	96
9.2 Saúde	96
9.3 Educação	97
9.4 Entidades de Atendimento à Primeira Infância	97
9.5 Controle Social – COMDICA	98
9.6 Conselho Tutelar	98
9.7 Rede de Apoio à Escola (RAE)	99
10. Eixos Operativos	100
10.1 Eixo 1 – Educação e Lazer	100
10.2 Eixo 2 – Saúde e Assistência Social	112
10.3 Eixo 3 – Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente	118
10.4 Eixo 4 – Gestão e Orçamento	121
11. Referências	125
Anexo I – Etapas De Elaboração Do Plano Municipal Pela Primeira Infância (PMPI)	129
Anexo II - Resultados Da Consulta Pública À Comunidade	132



1. MARCO LEGAL E NORMATIVO

A garantia dos direitos das crianças na Primeira Infância está fundamentada em um conjunto de marcos legais e normativos que orientam a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças. Estes instrumentos estabelecem princípios, diretrizes e responsabilidades compartilhadas entre o Estado, a família e a sociedade, assegurando a prioridade absoluta às crianças na efetivação de seus direitos.

No âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 constitui o principal fundamento jurídico para a proteção dos direitos da criança. Em seu artigo 227, estabelece que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Esse dispositivo consolida o princípio da prioridade absoluta, determinando que as políticas públicas destinadas à infância devem receber atenção preferencial na formulação e execução das ações governamentais.

Complementando esse marco constitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) estabelece o sistema de proteção integral à criança e ao adolescente no Brasil. O Estatuto reconhece as crianças como sujeitos de direitos e define diretrizes para a atuação do poder público e da sociedade na promoção e defesa desses direitos.

Entre seus dispositivos, destaca-se o artigo 4º, que reafirma o princípio da prioridade absoluta previsto na Constituição Federal:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à



dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

Ainda no âmbito do Estatuto, o artigo 7º estabelece que:

“A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.”

Esses dispositivos reforçam a necessidade de implementação de políticas públicas articuladas e intersetoriais que assegurem condições adequadas para o desenvolvimento integral das crianças desde os primeiros anos de vida.

Nesse contexto, destaca-se também o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que estabelece princípios e diretrizes específicas para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas às crianças de zero a seis anos. A legislação reforça a importância da atuação integrada entre diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social, cultura e proteção, reconhecendo a Primeira Infância como etapa estratégica para o desenvolvimento humano.

Além das legislações federais, as políticas voltadas à Primeira Infância também são orientadas por legislações e normativas estaduais e municipais, que buscam adequar as diretrizes nacionais às realidades locais. Destaca-se ainda o Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), instrumento que estabelece metas e estratégias para a promoção dos direitos das crianças em todo o território nacional e orienta a elaboração de planos estaduais e municipais.

Dessa forma, o presente diagnóstico e a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Cotiporã estão fundamentados nesse conjunto de marcos legais e normativos, que orientam a atuação do poder público e da sociedade na promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças, reafirmando o compromisso do município com o desenvolvimento integral na Primeira Infância.



2. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

O diagnóstico da Primeira Infância constitui um instrumento estratégico para a compreensão da realidade das crianças de zero a seis anos no Município de Cotiporã, subsidiando o planejamento, a formulação e a implementação de políticas públicas de forma integrada, intersetorial e baseada em evidências. Ao sistematizar informações quantitativas e qualitativas sobre diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, o diagnóstico permite identificar potencialidades, lacunas e desafios presentes no território, contribuindo para o fortalecimento das ações voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças.

A construção deste diagnóstico ocorreu de maneira participativa e interinstitucional, envolvendo diferentes órgãos e entidades do município, entre eles a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, a Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, a Brigada Militar, o Círculo de Pais e Mestres e o Conselho Escolar das Escolas Municipais de Educação Infantil Amor e Carinho e Caminhos do Saber. Essa articulação entre diferentes setores e instâncias institucionais reflete a compreensão de que o desenvolvimento integral na Primeira Infância demanda ações coordenadas e complementares entre as áreas de educação, saúde, assistência social, segurança e participação comunitária.

Para além da análise de dados secundários provenientes de bases oficiais e registros administrativos, o processo de elaboração do diagnóstico contemplou estratégias de escuta qualificada. Tais iniciativas possibilitaram a incorporação de percepções, experiências e demandas da comunidade, ampliando a compreensão sobre as condições de vida, os contextos de desenvolvimento e as necessidades das crianças na Primeira Infância no âmbito municipal.

Cabe destacar, entretanto, que nem todas as áreas dispõem de indicadores consolidados e desagregados especificamente para a faixa etária de zero a seis anos. Essa limitação evidencia a necessidade de aprimoramento dos processos de produção, sistematização e monitoramento de dados voltados à Primeira Infância, de modo a qualificar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas destinadas a esse público.

Apesar dessas limitações, o presente diagnóstico configura-se como um documento técnico consistente, que servirá de base para a elaboração do Plano Municipal pela



Primeira Infância (PMPI) de Cotiporã. Sua construção encontra-se alinhada aos princípios e diretrizes estabelecidos na Constituição Federal (Brasil, 1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) e no Marco Legal da Primeira Infância (Leis nº 13.257/2016, nº 14.880/2024 e nº 15.220/2025), marcos normativos que orientam a promoção do desenvolvimento integral e a garantia de direitos das crianças na Primeira Infância.

O documento tem início com a caracterização do Município, apresentando informações que permitem compreender o contexto territorial, histórico, demográfico, econômico e sociocultural de Cotiporã. Esses elementos constituem referências fundamentais para a análise da realidade local e para a formulação de estratégias e diretrizes que orientem a construção e a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância.

3. VISÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A visão da primeira infância que norteia o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Cotiporã fundamenta-se no reconhecimento da criança como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que deve ser prioridade absoluta nas políticas públicas, conforme estabelecido na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Marco Legal da Primeira Infância.

Compreende-se a primeira infância como uma etapa essencial e estruturante da vida humana, na qual se formam as bases do desenvolvimento integral — físico, cognitivo, emocional e social. Essa fase demanda atenção especial do poder público, da família e da sociedade, garantindo ambientes seguros, acolhedores e estimulantes, que favoreçam o desenvolvimento saudável e a construção de vínculos afetivos estáveis.

A visão adotada pelo município orienta-se pela promoção da equidade, reconhecendo as diferentes realidades sociais, culturais e territoriais presentes em Cotiporã, especialmente considerando suas características de município de pequeno porte e a presença significativa de áreas rurais. Nesse sentido, busca-se assegurar o acesso universal e qualificado às políticas públicas, respeitando as especificidades locais e promovendo a inclusão de todas as crianças, sem qualquer forma de discriminação.



Adota-se, ainda, uma abordagem intersetorial e integrada, compreendendo que o desenvolvimento na primeira infância depende da articulação entre políticas de saúde, educação, assistência social, cultura e lazer, bem como do fortalecimento das famílias e das redes de apoio comunitário.

Assim, a visão que orienta o PMPI de Cotiporã projeta um município em que todas as crianças de 0 a 6 anos tenham garantidos seus direitos, com oportunidades equitativas de desenvolvimento pleno, sendo cuidadas, protegidas, ouvidas e valorizadas em seus contextos familiares e comunitários, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, humana e sustentável.

4. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

4.1 Histórico e Formação Político-Administrativa do Município de Cotiporã

Em meados de 1887, as primeiras famílias de imigrantes italianos chegaram à região, adentrando as matas então habitadas por indígenas da etnia tupi-guarani. Esses imigrantes estabeleceram-se inicialmente nas Linhas Frei Caneca e Independência, dando origem ao núcleo urbano que passou a ser denominado Monte Vêneto, em homenagem à região do Vêneto, na Itália, de onde eram provenientes.

Aproximadamente 600 famílias instalaram-se nas áreas rurais, organizadas em colônias. A delimitação territorial do então povoado era marcada pelas linhas Júlio de Castilhos, Júlio de Oliveira, Frei Caneca, Independência, Brasil, Rio Grande do Sul, Tamandaré, Álvaro Chaves, Floriano Peixoto, 14 de Julho, Sete de Setembro, Conselheiro Rebouças e Carlos Gomes.

Também houve presença de famílias de origem polonesa, que se estabeleceram principalmente nos lotes rurais da Linha 14 de Julho. Essas famílias receberam áreas consideradas menos favoráveis para o cultivo e eram, em sua totalidade, praticantes da religião católica. Com o passar do tempo, parte dessas famílias buscou melhores condições de terra e acabou migrando para outras regiões do estado. A imigração alemã, por sua vez, foi menos significativa no contexto de formação de Cotiporã, tendo seus representantes se estabelecido junto aos imigrantes italianos, especialmente na Linha Júlio de Castilhos.



Naquele período, Monte Vêneto pertencia ao município de Alfredo Chaves, atualmente conhecido como Veranópolis, que por sua vez era distrito de Lagoa Vermelha. Em 1889, os moradores José Della Pasqua e Francisco Três doaram um terreno para a construção da Capela Nossa Senhora da Saúde. Em 1893, a igreja foi oficialmente dedicada à Nossa Senhora da Saúde, padroeira de Cotiporã, tendo como primeiro pároco o padre Fortunato Odorizzi, que exerceu suas funções entre 1893 e 1898.

Nesse período também foi construída a primeira e rudimentar casa paroquial, erguida ao lado da Igreja Matriz. Em 28 de outubro de 1895, o curato recebeu três sinos provenientes de Boshna, na Alemanha, que desde então passaram a marcar as celebrações religiosas e festividades da comunidade. Após o padre Fortunato Odorizzi, assumiu a paróquia o padre Giorgio Rivolta, que permaneceu por quatro anos. Posteriormente, a administração da paróquia foi confiada à Congregação dos Padres Carlistas, fundada por Monsenhor Scalabrini. Essa congregação enviou o padre Eugênio Medicheschi, que permaneceu na comunidade por aproximadamente 16 anos e teve atuação marcante no desenvolvimento local.

Padre Eugênio Medicheschi destacou-se pelo incentivo ao desenvolvimento agrícola e agroindustrial da região, promovendo iniciativas que impulsionaram o comércio e a produção local. Foi ele o responsável pela construção da nova Igreja Matriz, edificada em estilo gótico-romano e considerada uma das mais belas e imponentes igrejas da colonização italiana no estado.

Além da construção da igreja, o padre Eugênio também esteve à frente da criação da primeira cooperativa de laticínios do Brasil, denominada Cooperativa Trabalho e Progresso. Em 5 de maio de 1916, também participou da fundação do frigorífico Sul Americana, juntamente com os senhores Giuseppe Della Pasqua, Guido Duvina, Pietro Breda, Giuseppe Zanette e Pietro Soccol.

Com o desenvolvimento econômico da localidade, outras iniciativas surgiram ao longo das décadas seguintes. Em 1931 foi construída a torre junto à Igreja Matriz, e posteriormente instalaram-se pequenas indústrias e estabelecimentos comerciais, como fábricas de esquadrias, as Joias Guindani e a Cooperativa Aguardente Farroupilha, fundada em 1935.

Em virtude do crescimento populacional e econômico da localidade, em 31 de março de 1938, por meio do Decreto nº 7.199, de 20 de junho, o povoado de Monte Vêneto foi



elevado à categoria de vila. Entretanto, durante o período da Segunda Guerra Mundial, em 1939, o Decreto nº 7.842, de 20 de junho, determinou a substituição de nomes de origem estrangeira em diversas localidades do país. Em decorrência dessa medida, a comunidade passou a denominar-se Cotiporã, termo de origem tupi-guarani que significa “lugar bonito”.

Após a mudança de denominação, novas instituições e serviços foram sendo implantados na comunidade. Em 1941 foi criado o Grupo Escolar; em 1943, o Hospital Nossa Senhora da Saúde; e, em 1957, ocorreu o fechamento do Frigorífico Nacional Sul-Brasileiro S.A., fato que provocou significativa instabilidade econômica no município. Atualmente, o espaço onde funcionava o frigorífico é utilizado para a realização de eventos.

Outra importante iniciativa da época foi a construção do Monte Vêneto Palace pelo padre Olívio Bertuol. O espaço foi projetado para abrigar cinema, salão de festas e pista de boliche. Com o passar dos anos, o cinema foi desativado e o local passou a sediar um restaurante, uma pista de boliche e a sede do Círculo Operário Cotiporanense.

Posteriormente, em 1977, foi criada a Escola Estadual, que inicialmente funcionou em um prédio próprio e em outro cedido pelas Joias Guindani. Em 1981 foi oficialmente fundado o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Pousada dos Carreiros, fortalecendo a valorização da cultura regional.

Em meio a essas transformações sociais, culturais e econômicas, a comunidade de Cotiporã passou a manifestar de forma crescente o desejo de emancipar-se administrativamente de Veranópolis.

4.2 Evolução Político-Administrativa e Emancipação

A transição administrativa do núcleo urbano ocorreu de forma gradual por meio dos seguintes atos oficiais:

- Decreto nº 7.199, de 31 de março de 1938: Elevação do povoado de Monte Vêneto à categoria de Vila.
- Decreto nº 7.342, de 30 de junho de 1939: Alteração oficial da toponímia da Vila de Monte Vêneto para Cotiporã.
- 9 de maio de 1982: Realização de plebiscito popular coordenado pela Comissão Emancipadora local, culminando na aprovação majoritária da autonomia política do território e na consequente criação do Município de Cotiporã.



Com a emancipação, o município de Cotiporã passou a organizar seu território em 27 capelas, fortalecendo a presença da Igreja Católica e mantendo vivas as tradições culturais herdadas da colonização italiana e europeia.

4.3 Aspectos Geográficos:

O município de Cotiporã está situado na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, integrando a Serra Gaúcha. Possui uma localização estratégica, fazendo limite com os municípios de:

- **Ao Norte:** Fagundes Varela (distância de 16 km do núcleo urbano);
- **Ao Sul:** Bento Gonçalves (distância de 35 km do núcleo urbano);
- **Ao Leste:** Veranópolis (distância de 19 km do núcleo urbano);
- **Ao Oeste:** Dois Lajeados (distância de 19 km do núcleo urbano).

Favorecendo assim a integração regional e o desenvolvimento de atividades econômicas, sociais e culturais.

Cotiporã encontra-se a aproximadamente 170 km da capital Porto Alegre, e seu território se caracteriza por relevo acidentado, típico da Serra Gaúcha, com vales e áreas planas adequadas à agricultura e à instalação de empreendimentos agroindustriais. O clima predominante é subtropical úmido, com temperaturas médias anuais que favorecem a produção agrícola diversificada, especialmente a viticultura e a fruticultura, atividades históricas da região.

O município possui área territorial de aproximadamente 162 km², distribuída entre zona urbana e rural, com densidade demográfica que reflete a combinação de atividades agrícolas e pequenas indústrias locais. A posição geográfica do município, aliada à sua história de colonização italiana, à tradição agrícola e à preservação de áreas naturais, contribui para a identidade territorial de Cotiporã, consolidando-o como referência na cultura, economia e turismo da Serra Gaúcha.

4.4 Aspectos Populacionais:

Conforme os dados oficiais do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Cotiporã apresenta uma



população residente de 3.846 habitantes. No panorama histórico recente, esse contingente populacional demonstra uma sutil retração demográfica da ordem de 1,81% quando comparado ao censo anterior (2010), período no qual o município registrava 3.917 habitantes.

No tocante à distribuição territorial e espacial do contingente populacional, observa-se um relativo equilíbrio entre os setores urbano e rural, refletindo as fortes características agroindustriais e de fixação do homem no campo que marcam o município. De acordo com os dados desagregados de 2022:

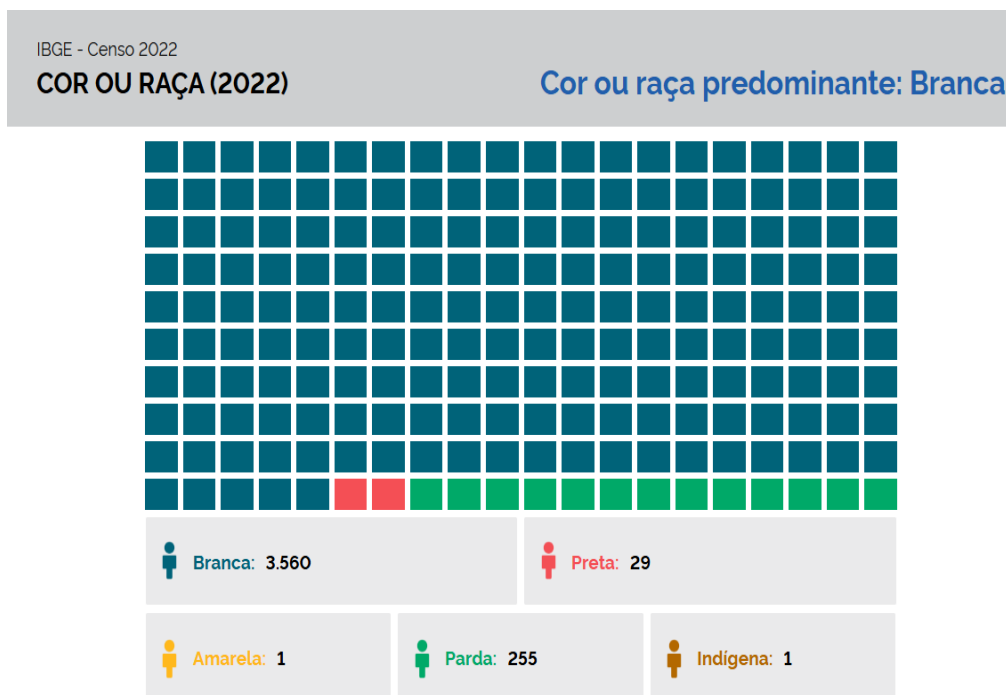
- **População Urbana:** Compreende 52% do total de residentes, concentrados na sede político-administrativa do município;
- **População Rural:** Abrange os 48% restantes, distribuídos de forma capilarizada pelas 27 comunidades e linhas que integram o território.

Essa configuração demográfica exige do Poder Público o planejamento e a manutenção de políticas estruturais contínuas e descentralizadas, assegurando o pleno atendimento das demandas de saúde, educação, infraestrutura viária e escoamento produtivo tanto para o perímetro urbano quanto para a expressiva comunidade rural.

No que tange ao perfil e à composição da população residente em Cotiporã, os dados do Censo Demográfico de 2022 revelam um panorama de equilíbrio entre os gêneros, com uma sutil predominância do contingente masculino. Do total de habitantes, 50,5% correspondem ao gênero masculino, enquanto 49,5% são do gênero feminino.

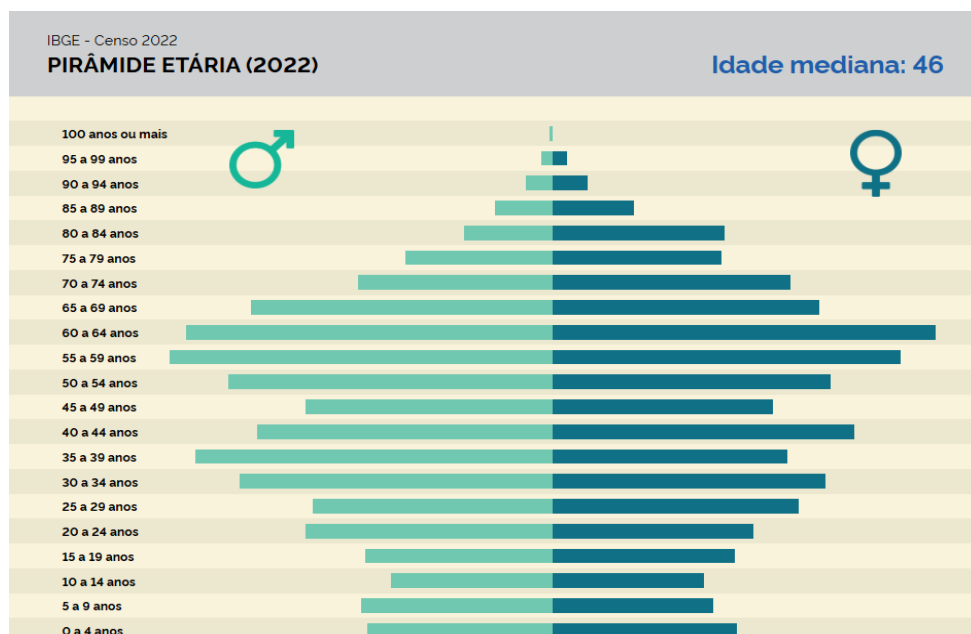
Sob a perspectiva da transição demográfica e do perfil de cor ou raça, a população cotiporanense caracteriza-se por uma matriz predominantemente homogênea, reflexo histórico de seu processo de colonização europeia. A esmagadora maioria dos habitantes autodeclara-se como branca, seguida por parcelas minoritárias de populações pardas, pretas e indígenas, conforme a distribuição percentual oficial consolidada no gráfico e na tabela técnica subsequentes.

Figura 1- População por cor/raça em Cotiporã:



Fonte: IBGE

Figura 2 - Pirâmide etária da população em Cotiporã



Fonte: IBGE



4.5 Transição Demográfica e Vulnerabilidades Sociais

4.5.1 Envelhecimento Populacional e Dinâmica Etária

Os resultados do Censo Demográfico de 2022 consolidam o diagnóstico de que o Município de Cotiporã atravessa um processo acelerado de transição demográfica. Essa dinâmica é caracterizada pela retração da base piramidal (população jovem) e pelo expressivo aumento do topo (população idosa), conforme detalhado a seguir:

- **População Idosa (60 anos ou mais):** O município contabiliza aproximadamente 1.160 habitantes nessa faixa etária, o que representa 30,16% do contingente populacional total. Na comparação intercensitária (2010–2022), registou-se um incremento de 9,01% neste grupo. Esse cenário impõe ao Poder Público a necessidade de expandir, qualificar e descentralizar as políticas públicas de assistência social, saúde e lazer voltadas à terceira idade, garantindo proteção, autonomia e qualidade de vida.

- **Segmento Infanto-Juvenil (0 a 14 anos):** Esta faixa etária apresentou um crescimento negativo de 1,94% no período intercensitário. Em 2010, o grupo representava 14,16% do total de habitantes; em 2022, passou a corresponder a 12,22%, totalizando 470 habitantes.

A tendência de retração da população jovem acende um alerta estrutural para o planejamento socioeconômico do município, reforçando a urgência de políticas transversais voltadas à qualificação profissional, fomento à empregabilidade e estímulo à permanência da juventude no território, mitigando o risco de migração para pólos urbanos de maior porte.

4.5.2 Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

A partir do cruzamento de dados e levantamentos internos dos sistemas de informação municipais — incluindo o Cadastro Único (CadÚnico), e-SUS e prontuários da rede socioassistencial —, constata-se a ausência de grupos populacionais tradicionais ou específicos formalmente referenciados ou cadastrados no território, tais como comunidades indígenas, quilombolas, povos ribeirinhos ou pessoas em situação de rua. O atendimento e o monitoramento da rede municipal permanecem estruturados para acolher universalmente qualquer demanda emergente dessas naturezas.



5. DIAGNÓSTICO DO SETOR EDUCACIONAL

5.1 Estrutura Física e Rede de Ensino

A rede de ensino do Município de Cotiporã caracteriza-se por uma infraestrutura centralizada e de alta qualidade. O atendimento escolar está concentrado no perímetro urbano, distribuído em três instituições que operam em prédios próprios e adequados às diretrizes pedagógicas vigentes:

1. **Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Amor e Carinho:** Dedicada à primeira infância, atende a faixa etária de 4 meses a 6 anos (berçário, maternal e pré-escola), totalizando aproximadamente **170 alunos** matriculados.
2. **Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Caminhos do Saber:** Responsável pelos anos iniciais e finais do ensino fundamental, conta com 298 alunos matriculados. Deste total, 14 estudantes compõem o público-alvo da Educação Especial/Inclusiva, recebendo suporte especializado e acompanhamento pedagógico adaptado.
3. **Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) Jacintho Silva:** Instituição da rede estadual responsável por garantir a continuidade dos estudos da população jovem por meio da oferta do Ensino Médio.

5.2 Cobertura, Acesso e Suporte ao Estudante

Os indicadores de acesso à educação básica em Cotiporã são altamente positivos:

- **Universalização do Acesso:** A capacidade instalada das unidades de ensino absorve plenamente a demanda local, inexistindo lista de espera por vagas. A taxa de escolarização do município nas faixas obrigatórias é próxima de 100%, alinhada aos parâmetros de universalização estabelecidos pelo IBGE.
- **Permanência e Combate à Evasão:** O município apresenta índices residuais de evasão escolar. Situações pontuais de infrequência ou risco de abandono são tratadas por meio de busca ativa e protocolos de rede, articulando as direções escolares, as famílias e os órgãos de proteção competentes (Conselho Tutelar e Assistência Social). Como reflexo, o índice de analfabetismo municipal é baixo, situando-se em cerca de 4,3% da população.



5.3 Desafios do Fluxo Escolar e Conclusão de Etapas

Apesar do êxito na universalização do acesso e na infraestrutura, a análise de fluxo e trajetória escolar revela gargalos históricos que demandam intervenção estratégica.

Dados consolidados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil indicam que, enquanto o Ensino Fundamental se encontra consolidado, a progressão e a conclusão das etapas subsequentes enfrentam desafios de retenção:

- A proporção de jovens de 15 a 17 anos com o Ensino Fundamental concluído na idade adequada era de 67,74%.
- No grupo de jovens de 18 a 20 anos, o índice daqueles que haviam efetivamente concluído o Ensino Médio recuava para 42,84%.

Estes indicadores evidenciam que a permanência e a progressão adequada nas etapas finais da Educação Básica constituem os principais desafios pedagógicos do município. Diante disso, o Plano Municipal deve priorizar ações focadas na correção da distorção idade-série, no fortalecimento do vínculo da criança com a escola e no incentivo à continuidade dos estudos.

5.4 Infraestrutura Urbana, Saneamento e Habitação

5.4.1 Malha Viária, Pavimentação e Drenagem Pluvial

O Município de Cotiporã tem consolidado investimentos contínuos na expansão e qualificação de sua infraestrutura viária, tanto no perímetro urbano quanto nos eixos logísticos rurais. Os indicadores mais recentes demonstram um cenário de vanguarda no desenvolvimento urbano:

- **Pavimentação e Guias:** Atualmente, 87,5% das vias públicas urbanas do município encontram-se pavimentadas e dotadas de meio-fio. Este índice é significativamente superior à média do estado do Rio Grande do Sul ($\approx 71,2\%$) e à média nacional ($\approx 68,8\%$).
- **Macro e Microdrenagem:** Cerca de 75% das vias urbanas contam com sistemas de drenagem pluvial ou canais subterrâneos estruturados. Tal indicador sinaliza uma



adequada engenharia de escoamento e manejo de águas pluviais, reduzindo os riscos de alagamentos na sede.

A governança e a execução dessas políticas estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Saneamento. Adicionalmente, o município conta com o Plano de Zoneamento Urbano como instrumento balizador do uso e ocupação do solo, orientando de forma ordenada o direcionamento da infraestrutura pública e o crescimento territorial.

5.4.2 Matriz de Saneamento Básico: Desafios Estruturais

Apesar dos avanços na malha viária, o setor de saneamento básico em Cotiporã apresenta gargalos históricos que demandam a priorização de investimentos e a revisão de modelos de concessão ou operação:

- **Abastecimento de Água Potável:** Apenas 56,19% da população total tem acesso aos serviços públicos de fornecimento de água tratada. Sob a ótica das ligações domiciliares (Censo IBGE 2022), o índice de atendimento por rede geral de distribuição é de 57,74%. O restante da população depende de soluções alternativas, como poços artesianos profundos ou poços rasos. Esse indicador coloca o município abaixo das médias estadual ($\approx 87,74\%$) e nacional ($\approx 84,24\%$).
- **Esgotamento Sanitário:** O município possui uma taxa de coleta de esgoto residual de aproximadamente 10,32%. Como aspecto positivo, 100% do volume coletado passa por estações de tratamento (ETE). Contudo, a baixa cobertura de rede coletora indica a necessidade urgente de ampliação dos serviços para mitigar potenciais impactos socioambientais e na saúde pública.
- **Manejo de Resíduos Sólidos:** A cobertura do serviço de coleta de lixo atinge 97,52% da população geral. Todavia, a coleta regular porta a porta de resíduos domiciliares atende a apenas 52,34% dos domicílios através dos serviços municipais tradicionais, situando-se abaixo dos parâmetros regulatórios regionais e nacionais.

Para mitigar este cenário, as projeções orçamentárias e a aplicação da Lei Municipal nº 3.160/2025 buscam assegurar a destinação contínua de recursos para o fortalecimento do saneamento em 2026, associando-se a programas estaduais e federais de universalização.



5.4.3 Déficit Habitacional e Política de Interesse Social

O diagnóstico da habitação no município aponta para demandas específicas na faixa de baixa renda. Atualmente, existem 41 famílias formalmente cadastradas no Programa Habitacional de Interesse Social, aguardando atendimento ou reassentamento.

Esse quantitativo representa cerca de 3,27% da população municipal. Embora o número absoluto seja moderado, o percentual revela um contingente relevante de famílias vulneráveis sem acesso à moradia digna. O Plano Municipal deve focar na captação estratégica de recursos vinculados a programas habitacionais das esferas estadual e federal para zerar esse déficit mitigando a vulnerabilidade social.

5.4.4 Mobilidade Urbana e Acessibilidade

A mobilidade interna em Cotiporã reflete a dinâmica típica de municípios de pequeno porte, caracterizando-se pela centralidade do transporte individual e pela inexistência de uma rede regular de transporte coletivo urbano.

No que tange à acessibilidade físico-urbanística, há oportunidades para a implementação de melhorias na segurança dos pedestres, por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas, adaptação de calçadas (piso tátil e rampas) e universalização do acesso aos equipamentos públicos. Recomenda-se o estudo de modelos suplementares de transporte e integração regional para ampliar a inclusão social da população desprovida de veículo próprio.

5.5 Análise de Riscos, Vulnerabilidades Climáticas e Geologia

5.5.1 Hidrografia e Dinâmica de Cheias

A vulnerabilidade climática de Cotiporã está intimamente associada à sua inserção hidrográfica. O território possui a maior parte de suas delimitações geográficas constituída por corpos hídricos de grande volume e alta resposta a episódios de chuvas intensas:

- **Rio das Antas e Rio Carreiro:** São as principais artérias fluviais que margeiam o município. No limite territorial com o município de São Valentim, ocorre a



confluência do Rio Carreiro com o Rio das Antas, ponto a partir do qual o sistema passa a denominar-se Rio Taquari.

- **Canais Secundários:** O território é entrecortado por sub-bacias menores, com destaque para os rios Vicente Rosa e Sapatinho, que operam como receptores locais das águas pluviais rurais e urbanas.

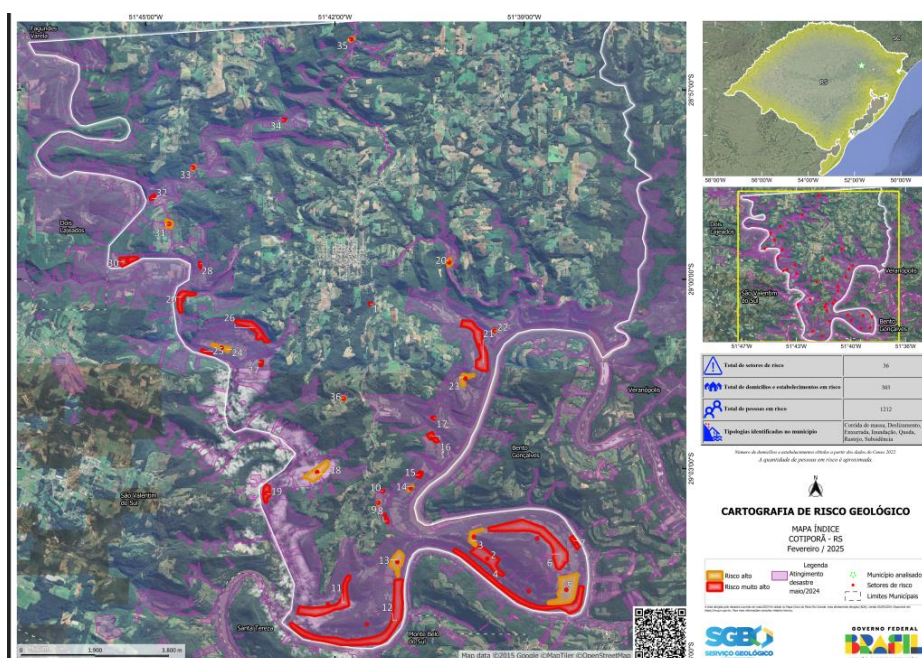
5.5.2 Geomorfologia, Risco Geológico e Eventos Extremos

O relevo de Cotiporã é predominantemente montanhoso e fortemente acidentado, característico do Planalto Decidual da Serra Gaúcha. A paisagem apresenta vales profundos e encaixados, encostas de alta declividade ocupadas por remanescentes florestais e atividades agrícolas de encosta (viticultura).

A formação geológica é sustentada por derrames de rochas basálticas da Formação Serra Geral, gerando morros isolados de topo plano e picos proeminentes, como o Morro do Céu.

Essa combinação de relevo íngreme, solo basáltico e desmatamento de encostas confere ao município uma classificação de suscetibilidade a desastres naturais provocados por eventos severos de precipitação. Conforme mapeado na cartografia oficial de risco geológico (*conforme detalhado na Figura abaixo: Mapa de Áreas de Risco Geológico do Município de Cotiporã*), os eventos climatológicos extremos registrados em maio de 2024 desencadearam processos de movimentos de massa (deslizamentos, rastejos e quedas de barreiras) concentrados especificamente nessas encostas de alta declividade. Tal diagnóstico exige diretrizes rígidas de contenção, monitoramento por radares e restrições de edificações nessas franjas de risco via Plano Diretor.

Figura 3 - Mapa de Áreas de Risco Geológico do Município de Cotiporã



Fonte: Defesa Civil Municipal

5.5.3 Zoneamento de Vulnerabilidade: Contraste entre as Áreas Urbana e Rural

A análise espacial dos episódios climáticos e geológicos em Cotiporã aponta para uma disparidade estrutural entre os perímetros urbano e rural no tocante à vulnerabilidade a desastres naturais:

- **Perímetro Urbano:** A sede do município é entrecortada apenas por pequenos corpos d'água superficiais. Devido à sua implantação topográfica em uma zona de elevada altitude (platô), a área urbana apresenta alta resiliência a extremos hidrológicos. Até o presente momento, não há registros históricos de alagamentos, inundações graduais ou movimentos de massa (deslizamentos) no núcleo urbano adensado, classificando a sede como uma área de baixo risco geológico imediato.
- **Perímetro Rural:** Em contrapartida, as áreas rurais concentram o núcleo de vulnerabilidade do município. Conforme consolidado na cartografia oficial de risco geológico, os eventos climáticos extremos registraram uma severa elevação nos níveis dos rios limítrofes (Rios das Antas e Carreiro), combinada a uma grande quantidade de deslocamentos de massa em vertentes e encostas cultivadas.



5.6 Aspectos Econômicos de Trabalho

5.6.1 Indicadores de Desenvolvimento Humano e Renda *Per Capita*

O Município de Cotiporã apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,741, conforme os últimos dados oficiais consolidados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/IPEA/FJP). Essa pontuação posiciona o município na faixa de Alto Desenvolvimento Humano.

No que tange à dimensão econômica e de riqueza, a estimativa mais recente da série do IBGE/Cidades aponta um PIB *per capita* de R\$53.328,63. Quando confrontado com a matriz macroeconômica regional, o indicador do município posiciona-se ligeiramente abaixo da média do estado do Rio Grande do Sul, a qual oscila historicamente entre R\$59 mil e R\$61 mil nas séries estimadas equivalentes.

5.6.2 Mercado de Trabalho Formal e Ocupações Predominantes

O mercado de trabalho interno de Cotiporã caracteriza-se por uma base laboral formal considerada modesta em termos absolutos quando comparada ao contingente populacional total. O município contabiliza aproximadamente **779 vínculos empregatícios formais ativos** (trabalhadores com carteira assinada).

A dinâmica de empregabilidade e a força de trabalho local concentram-se predominantemente em três eixos de atividade econômica:

1. **Setor Agroindustrial:** Atividades de preparação e processamento de subprodutos do abate, setor que se estabelece como um dos principais motores industriais da localidade;
2. **Setor Público:** Administração pública municipal, operando como importante polo de retenção de mão de obra e prestação de serviços;
3. **Setor Moveleiro/Madeireiro:** Fabricação de esquadrias de madeira, atividade manufatureira tradicional na Região Serrana.



6. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

O diagnóstico situacional da Secretaria Municipal de Educação apresenta um panorama detalhado da infraestrutura, do atendimento e dos desafios da Educação Infantil em Cotiporã, servindo como bússola para o planejamento das políticas decenais (2026-2036). A análise dos dados revela uma rede de ensino consolidada e centralizada na área urbana, caracterizada por turmas com excelente densidade aluno-sala e infraestrutura escolar de alto padrão. Por outro lado, o levantamento expõe gargalos históricos a serem superados, como a ausência de turmas em tempo integral na pré-escola e a necessidade de aprimorar os registros cadastrais étnico-raciais. Compreender esses indicadores é o primeiro passo para direcionar o orçamento de forma eficiente e garantir que o avanço pedagógico caminhe lado a lado com a equidade social.

6.1 Análise do Panorama da Educação Básica Municipal

6.1.1 Perfil das Matrículas por Etapa de Ensino e Segmento (Ano-Base 2025)

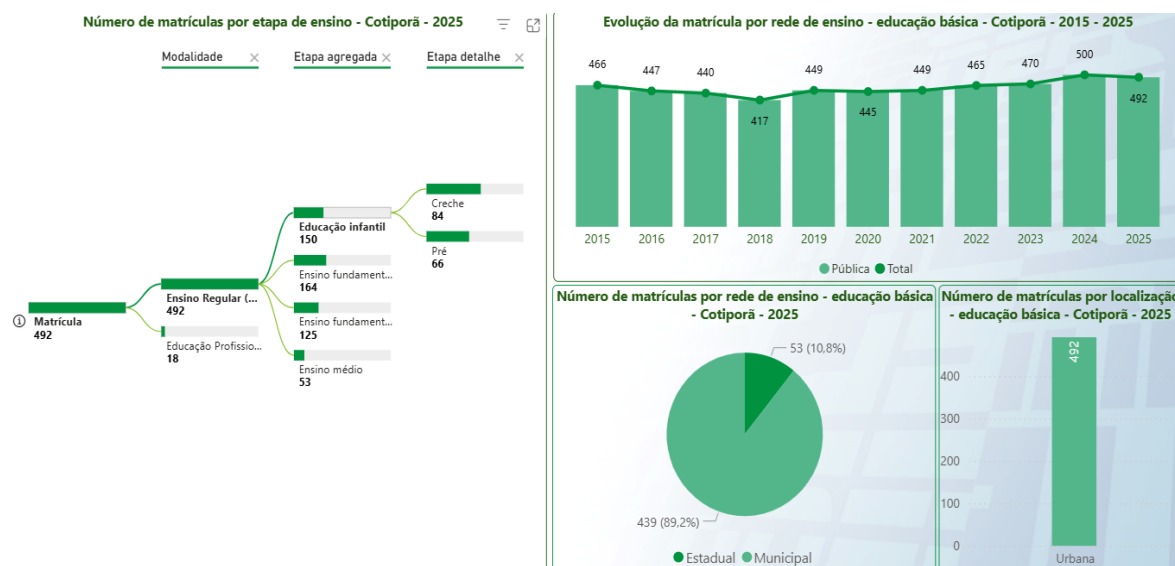
No universo do Ensino Regular, a rede de ensino registrou o total de 492 matrículas efetivadas. Adicionalmente, o município contabilizou a oferta de 18 vagas direcionadas à Educação Profissional, consolidando o compromisso com a diversificação das modalidades formativas.

A distribuição volumétrica dos 492 discentes do Ensino Regular, segmentada por etapas cronológicas de formação, apresenta a seguinte configuração:

- **Educação Infantil:** 150 matrículas (representando a base inicial do fluxo escolar);
- **Ensino Fundamental — Anos Iniciais:** 164 matrículas (maior contingente absoluto do sistema);
- **Ensino Fundamental — Anos Finais:** 125 matrículas;
- **Ensino Médio:** 53 matrículas.

No âmbito exclusivo da Educação Infantil, a decomposição do atendimento técnico detalha o acolhimento à primeira infância em duas frentes indissociáveis: a subetapa de Creche, com 84 crianças assistidas, e a Pré-Escola, que contabiliza 66 alunos matriculados.

Figura 4 – Matrículas por Etapa de Ensino no Município de Cotiporã (Ano-base 2025)



FONTE: INEP DATA

6.1.2 Série Histórica e Evolução Cronológica da Demanda (2015 – 2025)

A análise longitudinal do comportamento das matrículas na Educação Básica, ao longo do decênio compreendido entre 2015 e 2025, revela um cenário de estabilidade demográfica na demanda escolar. O índice de flutuação manteve-se em patamares controlados, registrando o piso histórico de 417 alunos em 2018 e o ápice de 500 matrículas no ano de 2024.

No fechamento do último ciclo censitário (2025), observou-se uma leve retração marginal em relação ao ano anterior, consolidando o período com 492 estudantes. Os dados consolidados referem-se integralmente à Rede Pública, evidenciando a capacidade do poder público de absorver e atender de forma contínua, linear e sustentável a demanda social por educação ao longo da última década.

6.1.3 Distribuição por Dependência Administrativa

O mapeamento institucional do atendimento escolar demonstra a governança e a responsabilidade compartilhada entre os entes federativos no território municipal. O sistema evidencia uma concentração majoritária no ecossistema local:



- **Rede Municipal de Ensino:** Consolida-se como o principal pilar de sustentação educacional do município, sendo responsável por 89,2% do atendimento total, o que equivale a 439 alunos sob gestão direta da municipalidade.
- **Rede Estadual de Ensino:** Responde complementarmente por 10,8% do fluxo de alunos, absorvendo 53 matrículas, concentradas majoritariamente na etapa de fechamento do ciclo básico.

6.1.4 Territorialização e Distribuição Geográfica das Matrículas

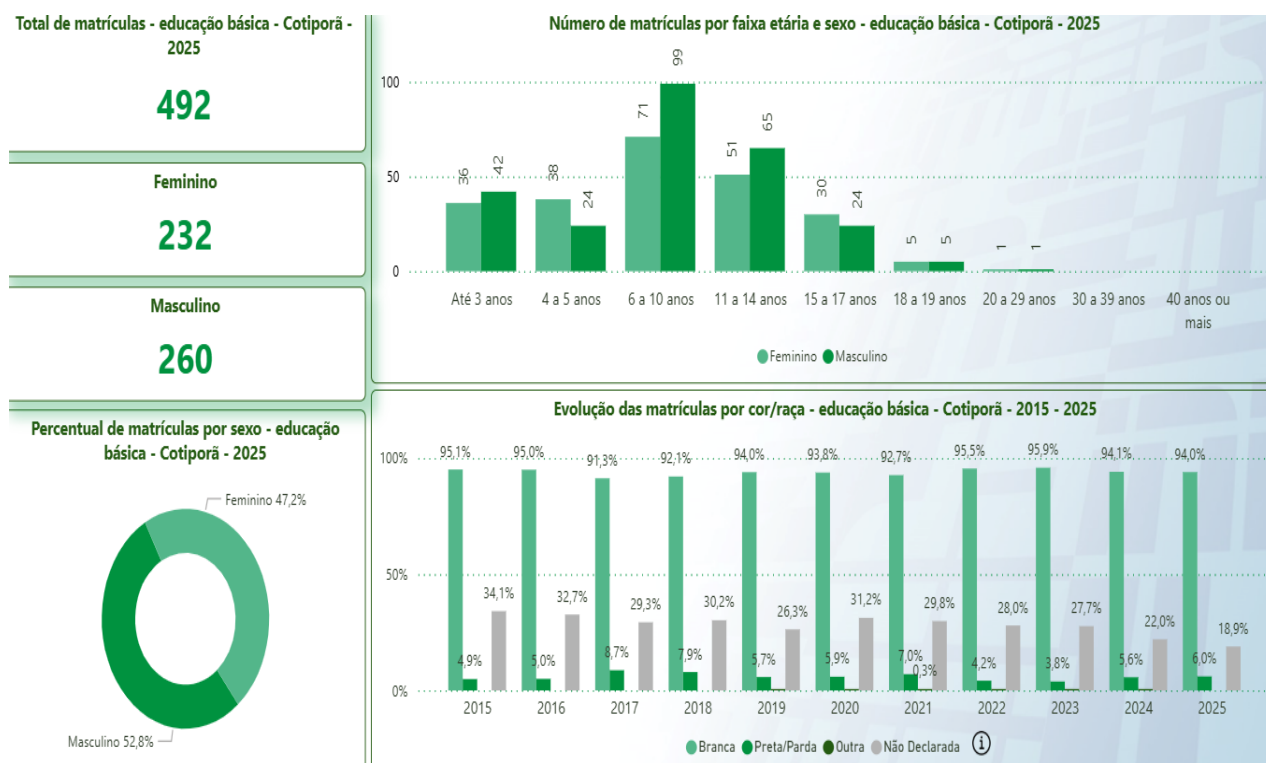
No que tange à distribuição espacial dos estudantes, os indicadores de localização geográfica demonstram uma centralidade absoluta na infraestrutura urbana. 100% das 492 matrículas registradas na Educação Básica encontram-se alocadas em unidades escolares situadas na Zona Urbana. Essa uniformidade territorial reflete as características sociodemográficas do município e o arranjo logístico da rede de atendimento escolar vigente.

6.1.5 Análise do Perfil Demográfico e Étnico-Racial dos Discentes

A caracterização do universo de 492 matrículas ativas no município sob a perspectiva de gênero revela uma distribuição equilibrada, com uma leve predominância do contingente masculino na comunidade escolar. Os indicadores consolidados apresentam a seguinte divisão:

- **Gênero Masculino:** Representa a maioria dos estudantes da rede, com 260 matrículas efetivadas, o que equivale a 52,8% do percentual global.
- **Gênero Feminino:** Registra 232 matrículas, correspondendo a 47,2% do total de alunos atendidos.

Figura 5 - Composição do Corpo Discente por Sexo (Ano-Base 2025)



FONTE: INEP DATA

6.1.6 Distribuição Censitária por Faixas Etárias e Gênero

O cruzamento de dados entre idade e sexo biológico fornece um diagnóstico preciso do fluxo escolar nas diferentes etapas da Educação Básica, destacando o comportamento das matrículas conforme os marcos etários:

- **Pico de Atendimento Escolar (6 a 10 anos):** Identificada como a faixa etária de maior densidade volumétrica no município, esta janela — que compreende o período regular dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental — totaliza 170 estudantes. Desse grupo, 99 são do sexo masculino e 71 do sexo feminino.
- **Segundo Maior Contingente (11 a 14 anos):** Correspondente ao período esperado para os Anos Finais do Ensino Fundamental, o bloco contabiliza 116 alunos, distribuídos entre 65 jovens do sexo masculino e 51 do sexo feminino.
- **Primeira Infância e Educação Infantil (Até 5 anos):**
- **Segmento Creche (Até 3 anos):** Registra o acolhimento de 78 crianças, sendo 42 meninos e 36 meninas.



- **Segmento Pré-Escola (4 e 5 anos):** Apresenta 62 matrículas, configurando-se como um dos raros estratos com predominância feminina, sendo 38 meninas e 24 meninos.
- **Jovens e Adultos (Acima de 18 anos):** O sistema de ensino regular apresenta uma distorção idade-série residual ou de baixa relevância estatística nas faixas maduras. Há um índice mínimo de estudantes situados entre 18 e 29 anos e ausência total de registros (0%) de matrículas acima de 30 anos.

6.1.7 Análise Longitudinal da Matrícula por Autodeclaração de Cor/Raça (2015 – 2025)

A evolução decenal do perfil étnico-racial auto-declarado pelos estudantes evidencia a demografia histórica do município, bem como o avanço na eficiência administrativa dos registros escolares:

- **Predomínio da População Branca:** A série histórica demonstra a prevalência consolidada de alunos autodeclarados brancos, cujo índice oscilou historicamente entre 91,0% e 96,0%. No fechamento do ano-base de 2025, o grupo respondia por 94,0% do corpo discente.
- **População Preta e Parda:** Mantém um padrão de estabilidade e baixa flutuação estatística ao longo da década, variando estritamente entre os patamares de 4,0% e 8,0%. No indicador de 2025, o segmento consolidou-se em 6,0%.
- **Grupos Indígenas e Amarelos:** A presença dessas etnias é residual na linha do tempo. O ápice documental ocorreu em 2021, com apenas 0,3% de representação, figurando com índices estatisticamente nulos (zerados) nos demais anos monitorados.
- **Aperfeiçoamento na Gestão de Dados Escolares ("Não Declarados"):** O indicador mais expressivo de eficiência administrativa reside na redução drástica das matrículas categorizadas como "Não Declaradas". Em 2015, a ausência de informação étnico-racial afetava expressivos 34,1% do banco de dados. Esse índice recuou de forma contínua e consistente até atingir o seu patamar mínimo em 2025 (18,9%).

Esse declínio acentuado atesta o êxito das políticas da Secretaria de Educação no preenchimento de cadastros e na qualificação dos Censos Escolares locais.

6.2 Indicadores e Diagnóstico da Educação Especial no Município de Cotiporã

6.2.1 Panorama Geral e Representatividade Federativa (Ano-Base 2025)

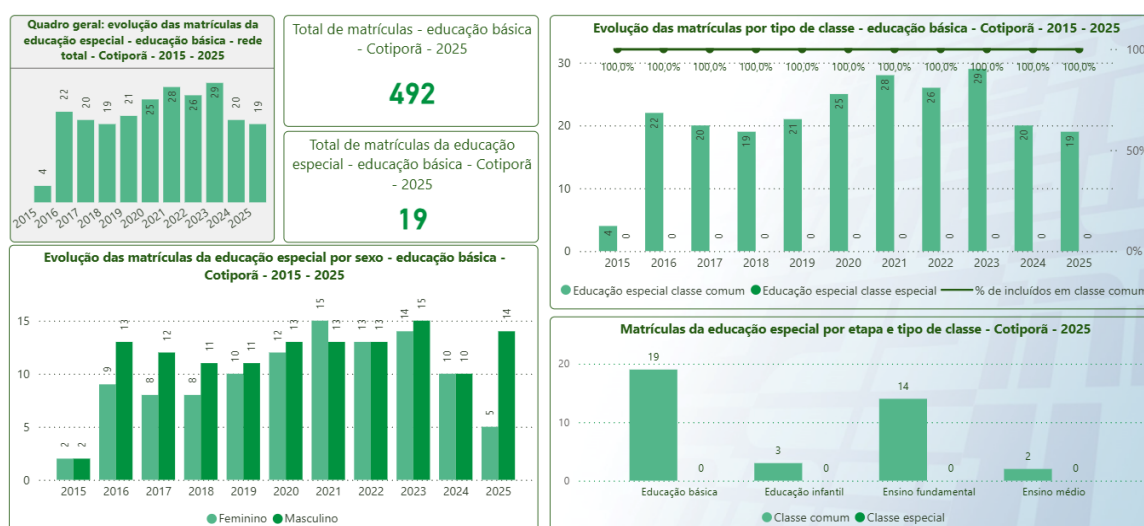
Os indicadores consolidados do Censo Escolar revelam que o município de Cotiporã contabiliza 19 matrículas ativas integradas à modalidade da Educação Especial na Educação Básica.

Sob a perspectiva da representatividade de rede, este contingente de 19 discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) ou altas habilidades/superdotação corresponde a aproximadamente 3,86% do universo global de atendimento municipal, que é de 492 estudantes.

A análise da série histórica revela uma evolução dinâmica na identificação e no acolhimento dessa demanda ao longo da última década:

- **Evolução Decenal:** O volume de matrículas expandiu-se expressivamente, saltando de um patamar inicial de apenas 4 alunos em 2015 para o ápice documental de 29 matrículas registradas em 2023.
- **Comportamento Recente:** Após o pico de 2023, observou-se um movimento de retração marginal nos dois ciclos subsequentes, com o indicador recuando para 20 matrículas em 2024 e consolidando-se no patamar atual de 19 estudantes em 2025.

Figura 6 – Evolução de matrículas da Educação Especial no Município de Cotiporã/RS



FONTE: INEP DATA



6.2.2 Diretrizes de Inclusão e Distribuição por Etapas de Ensino

Os indicadores de monitoramento pedagógico atestam o cumprimento integral das metas nacionais de inclusão escolar no território de Cotiporã, caracterizado pela inserção plena e democrática no sistema regular de ensino:

Inclusão Plena (100%): A série histórica compreendida entre 2015 e 2025 demonstra de forma perene o índice de 100,0% de inclusão em classes comuns do ensino regular.

O município registra taxa zero (0%) de matrículas em classes ou escolas exclusivas (especiais), assegurando que a totalidade dos 19 alunos diagnosticados em 2025 usufrua do convívio escolar com os demais discentes, complementado pelo suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No que tange à distribuição desses 19 alunos pelas etapas formativas no ano-base de 2025, o fluxo apresenta a seguinte divisão:

- **Educação Infantil:** 3 alunos assistidos;
- **Ensino Fundamental:** 14 alunos (concentrando a maior densidade do atendimento especializado);
- **Ensino Médio:** 2 alunos integrados.

6.2.3 Análise Sociodemográfica por Sexo (2015 – 2025)

O acompanhamento longitudinal do perfil de gênero na Educação Especial reflete um padrão histórico de paridade, alterado pontualmente no último ciclo censitário:

- **Histórico de Equilíbrio:** Durante a maior parte do decênio examinado (com destaque para os anos de 2015, 2022 e 2024), a divisão entre os sexos biológicos masculino e feminino manteve-se rigorosamente simétrica ou em condições de paridade estatística.
- **Perfil Amostral em 2025:** O último período registrou uma alteração na distribuição interna do segmento. O contingente do sexo masculino alcançou 14 matrículas, enquanto o sexo feminino fixou-se em 5 alunas. Sob a ótica percentual, os alunos do sexo masculino passaram a responder por 73,6% do universo da Educação Especial em Cotiporã, balizando o planejamento das ações pedagógicas e psicossociais para os próximos períodos.

6.2.4 Análise de Tendências e Indicadores Consolidados (2015–2025)

O presente sumário executivo descortina o comportamento dos indicadores educacionais da rede municipal de ensino ao longo do decênio 2015–2025. A análise longitudinal apoia-se em taxas de variação e na flutuação em pontos percentuais (p.p.), permitindo diagnosticar a evolução do fluxo, o perfil demográfico e a eficiência na gestão de dados do município.

Figura 7 - Indicadores educacionais da rede municipal de ensino ao longo do decênio 2015–2025



FONTE: INEP DATA

6.2.5 Dinâmica de Matrículas e Perfil de Gênero

- Evolução do Volume de Matrículas:** A série histórica de dez anos aponta uma trajetória de expansão moderada, com crescimento acumulado de 5,6% no total de alunos atendidos. Esse incremento reflete uma taxa média de evolução anual de 0,5%. No entanto, o fechamento do período demarcou um sinal de alerta: o último ano registrou um recuo de -1,6% no contingente escolar, decrescendo de 500 para 492 matrículas ativas.



- **Composição por Gênero:** Os indicadores de distribuição censitária revelam estabilidade estrutural no longo prazo. No acumulado do decênio, a participação de alunos do gênero masculino retraiu discretamente em -0,6 p.p., enquanto a presença feminina expandiu no mesmo patamar (+0,6 p.p.). Os dados atestam a manutenção do equilíbrio demográfico histórico na rede.

6.2.6 Inclusão e Acessibilidade Escolar

- **Matrículas da Educação Especial:** Este indicador registrou o avanço mais expressivo do período avaliado, apresentando um salto quantitativo de 375,0% no decênio. Este comportamento decorre da ampliação do acesso à Rede de Apoio Integrada, elevando o atendimento de um patamar inicial de apenas 4 estudantes em 2015 para o teto de aproximadamente 20 alunos. O crescimento médio anual fixou-se em robustos 16,9%. Pontualmente, o último ano da série apresentou uma oscilação negativa de -5,0% (redução de 20 para 19 estudantes), dinâmica que requer monitoramento para avaliar possíveis fatores de evasão ou migração de rede.

6.3 Perfil Étnico-Racial e Qualificação da Informação

A análise dos indicadores de cor/raça reflete não apenas a transição demográfica dos estudantes, mas traduz o impacto direto de políticas internas de aprimoramento dos censos escolares institucionais.

- **Proporção de Alunos Brancos:** Verificou-se uma oscilação marginal decrescente de -1,1 p.p. ao longo do decênio analisado. Tanto a média anual quanto o fechamento do último ano mantiveram-se em patamares de estrita estabilidade, com variação residual de -0,1 p.p.

- **Proporção de Alunos Pretos e Pardos:** Em movimento simétrico e inverso à população branca, a representação de estudantes pretos e pardos expandiu 1,1 p.p. no acumulado dos dez anos. O último ano consolidou essa tendência de consolidação identitária com uma elevação de +0,4 p.p.

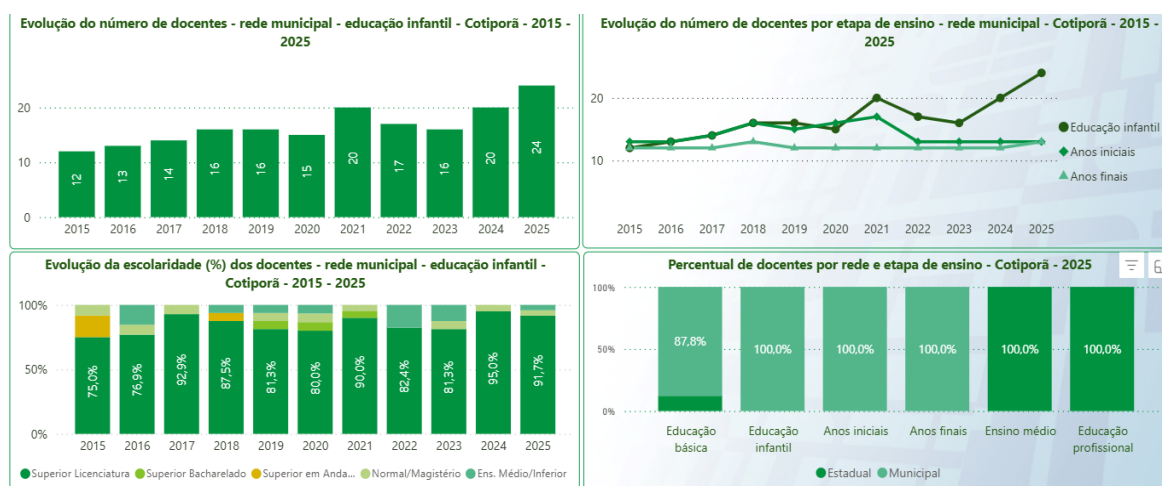
- **Aperfeiçoamento dos Dados (Não Declarados):** Destaca-se como o indicador de maior impacto positivo para a governança educacional do município. A taxa de alunos sem identificação de cor/raça apresentou uma redução severa de -15,2 p.p. no

período completo, mantendo a tendência de queda com recuo de -3,1 p.p. no último ano. A curva descendente contínua comprova a eficácia das diretrizes de gestão das secretarias escolares na busca ativa pela autodeclaração, mitigando o apagão de dados e qualificando o desenho de futuras políticas afirmativas na rede municipal.

6.4 Perfil, Qualificação e Distribuição do Corpo Docente no Município de Cotiporã

A sustentabilidade das políticas educacionais e a garantia do padrão de qualidade do ensino perpassam, fundamentalmente, pela análise do corpo docente. Este capítulo examina a evolução quantitativa, o nível de titulação acadêmica e a repartição dos profissionais do magistério no município ao longo do período de 2015 a 2025, traçando o panorama das redes municipal e estadual operantes no território.

Figura 8 – Perfil do Corpo Docente do Município de Cotiporã/RS



FONTE: INEP DATA

6.4.1 Evolução do Contingente de Professores na Educação Infantil

O monitoramento do quadro de docentes vinculados à Educação Infantil na rede municipal revela um robusto fortalecimento dessa etapa primordial de atendimento.

- **Vetor de Expansão Decenal:** O volume de profissionais atuantes na Educação Infantil praticamente duplicou ao longo do decênio, saltando de um patamar inicial de 12 docentes em 2015 para o seu ápice histórico de 24 professores em 2025.



- **Aceleração no Fechamento do Período:** Após sofrer uma leve retração no biênio 2022–2023, o corpo docente deste segmento retomou uma expressiva trajetória de crescimento nos últimos dois anos da série. Os registros apontam uma evolução célere de 16 profissionais em 2023 para 20 em 2024, consolidando-se com as 24 contratações ativas observadas em 2025.

6.4.2 Análise Comparativa por Etapa de Ensino na Rede Municipal

Ao contrastar a evolução das três principais etapas sob a responsabilidade do município (Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental), identificam-se dinâmicas distintas de demanda e alocação de recursos humanos.

- **Destaque na Educação Infantil:** Este segmento configurou-se como a principal força de expansão e variação da rede no decorrer da década. Em decorrência do crescimento contínuo, a Educação Infantil encerrou o ano de 2025 como a etapa com o maior contingente de professores ativos na rede municipal (24).

- **Estabilidade no Ensino Fundamental:** Em contrapartida, os segmentos de Anos Iniciais e Anos Finais demonstraram um comportamento de estrita estabilidade demográfica e contratual. Ambas as etapas iniciaram o recorte histórico em 2015 com uma base flutuante entre 12 e 13 professores e mantiveram-se rigorosamente na mesma faixa de atendimento ao longo dos dez anos, encerrando o exercício de 2025 em patamar idêntico de equivalência, com 13 docentes lotados em cada segmento.

6.4.3 Nível de Escolaridade e Qualificação Acadêmica na Educação Infantil

A qualificação do corpo docente da Educação Infantil municipal atesta o cumprimento das metas nacionais de profissionalização do magistério e o compromisso com a formação ideal em nível superior.

- **Predomínio da Formação Plena (Licenciatura):** A esmagadora maioria dos profissionais que atuam na base da educação possui a titulação em nível Superior com Licenciatura. No ano de 2025, este índice alcançou **91,7%** do corpo docente ativo nesta etapa. O topo histórico do indicador de formação ideal foi registrado em 2024, quando atingiu o percentual de **95,0%**.

- **Profissionalização Histórica:** O perfil analítico revela a superação de gargalos formativos; a parcela de docentes que em 2015 possuía o status de "Ensino Superior em Andamento" foi gradativamente extinta nos anos subsequentes, convertendo-se em graduações concluídas.
- **Composição Residual Contemporânea:** No encerramento da série (2025), a fração complementar de professores divide-se entre profissionais com titulação de Superior Bacharelado e um contingente residual mínimo com escolaridade em nível de Ensino Médio/Magistério.

6.4.4 Pacto Federativo e Divisão por Dependência Administrativa

O mapeamento institucional do município estabelece com clareza as fronteiras de atuação e as responsabilidades pactuadas entre as esferas pública Municipal e Estadual no ano de 2025.

Figura 9 – Distribuição Docente por Etapa e Rede no Município de Cotiporã/RS



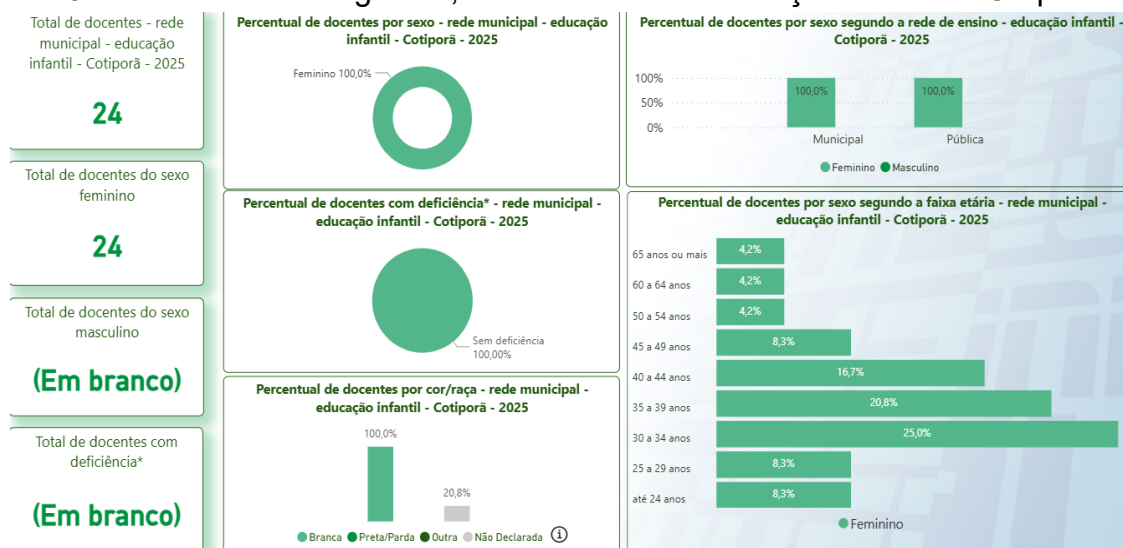
- **Soberania Municipal na Base:** Evidencia-se a completa municipalização do atendimento básico e do Ensino Fundamental regular. A rede municipal absorve 100,0% dos docentes alocados na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
- **Exclusividade Estadual no Topo:** De maneira inversa e complementar, o Estado assume a totalidade da oferta subsequente, detendo 100,0% dos professores atuantes no Ensino Médio e nas modalidades de Educação Profissional técnica no território.

- **Equilíbrio de Forças Empregatícias:** No balanço consolidado de todas as etapas da Educação Básica, a rede Municipal posiciona-se como o principal polo empregador da comunidade escolar local, respondendo por 87,8% dos docentes do município. A rede Estadual, por sua vez, responde pela parcela complementar de 12,2%, distribuição que reflete com fidedignidade as respectivas proporções de matrículas de estudantes absorvidas por cada dependência administrativa.

6.4.5 Perfil Sociodemográfico, Diversidade e Distribuição Etária do Corpo Docente

A compreensão do perfil identitário, geracional e de inclusão dos profissionais da educação é fundamental para subsidiar o planejamento de políticas de valorização do magistério, qualidade de vida no trabalho e formação continuada. Este capítulo traça o diagnóstico sociodemográfico dos docentes atuantes na Educação Infantil da rede municipal no ano de 2025.

Figura 10 - Perfil Sociodemográfico, Diversidade e Distribuição Etária do Corpo Docente



FONTE: INEP DATA

6.4.6 Dimensionamento do Quadro e Recorte de Gênero

O contingente de profissionais alocados na base da educação básica municipal reflete uma característica estrutural histórica da formação docente nas etapas iniciais.



- **Volume de Atendimento:** A rede municipal contabiliza um corpo técnico de 24 docentes em atividade direta na Educação Infantil.
- **Feminilização do Magistério:** Os indicadores censitários apontam que a totalidade (**100,0%**) dos profissionais em exercício pertence ao gênero feminino. A ausência de registros do gênero masculino reforça o fenômeno da feminilização, típico e marcante no segmento da primeira infância em âmbito nacional.

6.4.7 Indicadores de Inclusão e Perfil Étnico-Racial

A análise dos marcadores de diversidade permite monitorar o cumprimento de metas de inclusão e a fidedignidade na coleta de informações de autodeclaração.

- **Pessoas com Deficiência (PcD):** Os registros institucionais vigentes indicam que 100,0% das professoras ativas na Educação Infantil não possuem deficiências declaradas ou notificadas junto aos sistemas de recursos humanos do município.
- **Composição Étnico-Racial:** O perfil da rede revela o predomínio absoluto de profissionais que se autodeclararam de cor ou raça branca, consolidando-se como o grupo majoritário da amostragem. Em complemento, identifica-se uma parcela de 20,8% sob a classificação de "Não Declarada". Os segmentos correspondentes às populações preta, parda, amarela ou indígena não registraram representação estatística expressiva ou quantificável na série analisada.

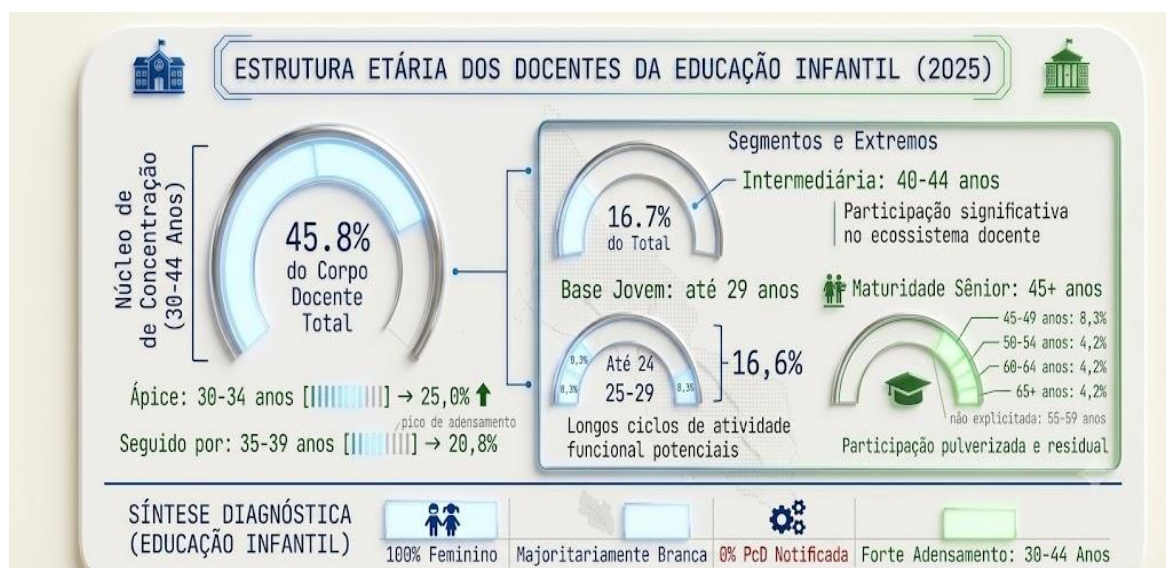
6.4.8 Estrutura Etária e Distribuição Geracional

O mapeamento da pirâmide etária do corpo docente indica uma rede equilibrada, caracterizada por um perfil majoritariamente jovem-adulto, o que sinaliza um longo ciclo potencial de atividade funcional na rede.

- **Núcleo de Concentração:** O ápice da distribuição etária localiza-se na faixa dos 30 aos 34 anos, que absorve 25,0% do total de professoras, seguida imediatamente pelo intervalo de 35 a 39 anos, responsável por 20,8%. Combinados, esses dois grupos etários respondem por quase metade (45,8%) do quadro funcional da etapa.

- **Segmento Intermediário:** O grupo composto por profissionais com idades entre 40 e 44 anos mantém uma participação significativa, representando 16,7% do ecossistema docente.
- **Extremos Geracionais (Juventude e Maturidade):**
 - A base mais jovem do magistério (compreendendo os intervalos de até 24 anos e de 25 a 29 anos) responde por 8,3% de participação para cada faixa.
 - No espectro oposto, o intervalo de 45 a 49 anos também congrega 8,3% do corpo docente.
 - As faixas correspondentes à maturidade profissional (50 a 54 anos, 60 a 64 anos, e 65 anos ou mais) apresentam-se de forma pulverizada e residual, registrando 4,2% de representatividade para cada extrato isolado.

Figura 11 – Estrutura Etária dos Docentes da Educação Infantil Ano-base 2025



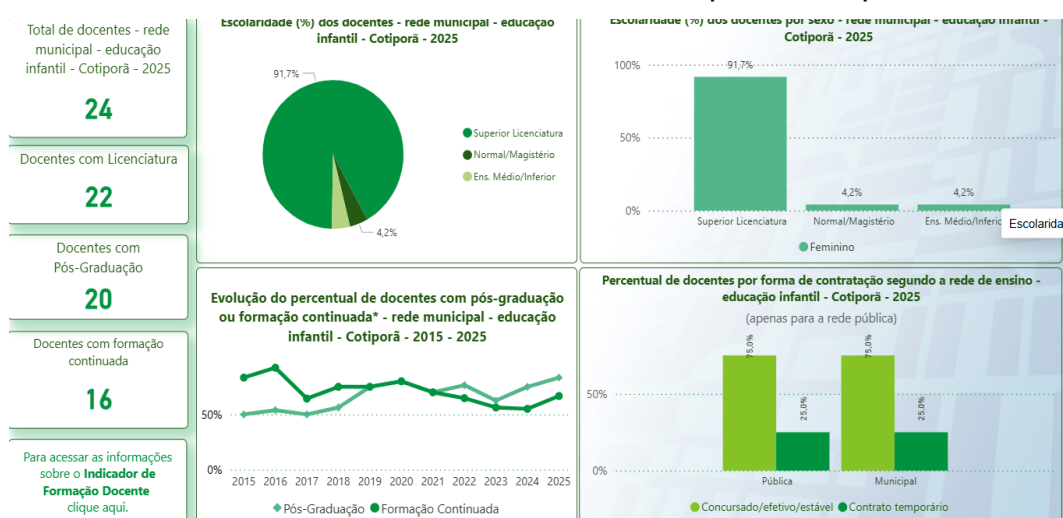
6.4.9 Síntese Diagnóstica

Em suma, o perfil do corpo docente vinculado à Educação Infantil municipal de Cotiporã desenha um cenário de alta homogeneidade: um quadro integralmente feminino, majoritariamente de raça/cor branca, sem ocorrência notificada de profissionais com deficiência e com forte adensamento geracional na faixa dos 30 aos 44 anos de idade.

6.4.10 Qualificação Profissional, Aperfeiçoamento Contínuo e Vínculos Funcionais

O fortalecimento das trajetórias formativas e a estabilidade das carreiras do magistério constituem pilares indispensáveis para a consolidação de um ensino de qualidade. Este capítulo analisa os níveis de titulação acadêmica, a adesão a programas de pós-graduação e formação continuada, bem como a natureza dos vínculos empregatícios dos docentes da Educação Infantil na rede municipal em 2025.

Figura 12 - Qualificação Profissional, Aperfeiçoamento Contínuo e Vínculos Funcionais dos Docentes no Município de Cotiporã



6.4.11 Perfil de Escolaridade e Formação Acadêmica Inicial

O panorama da formação inicial das professoras da Educação Infantil municipal atesta um elevado alinhamento com as metas de titulação superior preconizadas pelas diretrizes educacionais vigentes.

- **Predomínio do Ensino Superior (Licenciatura Plena):** A ampla maioria do quadro, correspondendo a 91,7% (22 docentes), detém formação em nível Superior Completo com Licenciatura, que constitui a habilitação ideal para o exercício da docência nesta etapa.

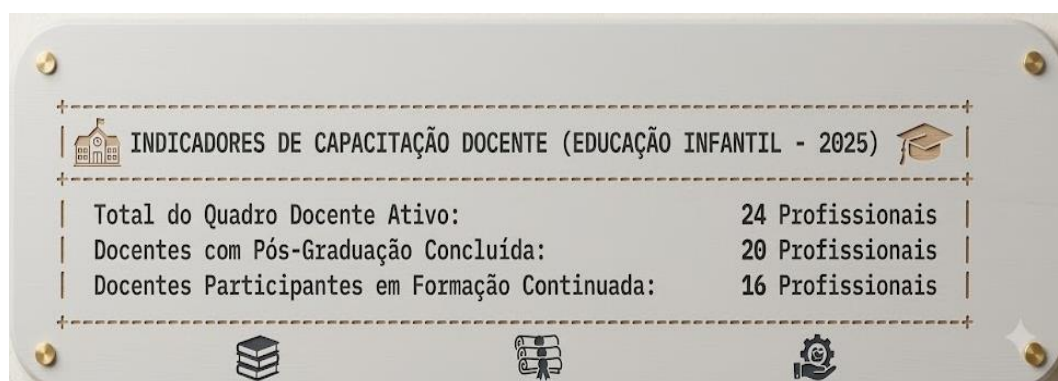
- **Segmento de Nível Médio/Magistério:** Uma fração estritamente residual de 4,2% possui como nível máximo de formação o Curso Normal/Magistério (modalidade de nível médio direcionada à docência).
- **Escolaridade Geral ou Equivalente:** A parcela complementar de 4,2% enquadra-se no estrato de Ensino Médio regular ou inferior. Cabe ressaltar que esse perfil de escolarização se estende de forma homogênea a todo o contingente, visto ser a rede composta integralmente por profissionais do gênero feminino.

6.4.12 Pós-Graduação e Trajetória de Formação Continuada (2015–2025)

Os indicadores de aperfeiçoamento profissional demonstram um cenário de expressivo engajamento do corpo docente em especialização e atualização pedagógica ao longo da série histórica decenal.

- **Adesão à Pós-Graduação:** Do contingente total de 24 docentes em exercício, 20 profissionais possuem titulação de pós-graduação. A análise longitudinal aponta uma trajetória de crescimento linear e consistente no decênio, culminando em 2025 como um dos períodos de maior adensamento de especialistas na história da rede municipal.
- **Fluxo de Formação Continuada:** Paralelamente, um grupo de 16 docentes participou de programas de formação continuada recentes. Ao contrário da estabilidade da pós-graduação, o comportamento histórico desse indicador foi marcado por oscilações cíclicas — registrando um pico expressivo por volta de 2016, seguido por retrações e uma subsequente curva de recomposição e expansão acelerada entre os anos de 2024 e 2025.

Figura 13 – Indicadores de Capacidade Docente na Educação Infantil (2025)





6.4.13 Natureza dos Vínculos Funcionais e Regime de Contratação

A política de provimento de cargos na rede de Educação Infantil municipal prioriza a perenidade das equipes escolares por meio de vínculos estatutários estáveis.

- **Predomínio do Quadro Efetivo:** O regime de servidoras concursadas, efetivas ou estáveis ampara 71,0% do corpo docente em atividade. Esse elevado índice de efetividade assegura a continuidade pedagógica, mitiga a rotatividade de pessoal e favorece a criação de laços institucionais duradouros com a comunidade escolar.
- **Regime de Designação Temporária:** Os contratos administrativos por tempo determinado são utilizados de forma complementar para suprir demandas sazonais, substituições legais ou vacâncias temporárias, respondendo por 29,0% do total de postos de trabalho. Os dados evidenciam perfeita simetria entre o comportamento regulatório da rede municipal e os parâmetros gerais da administração pública local.

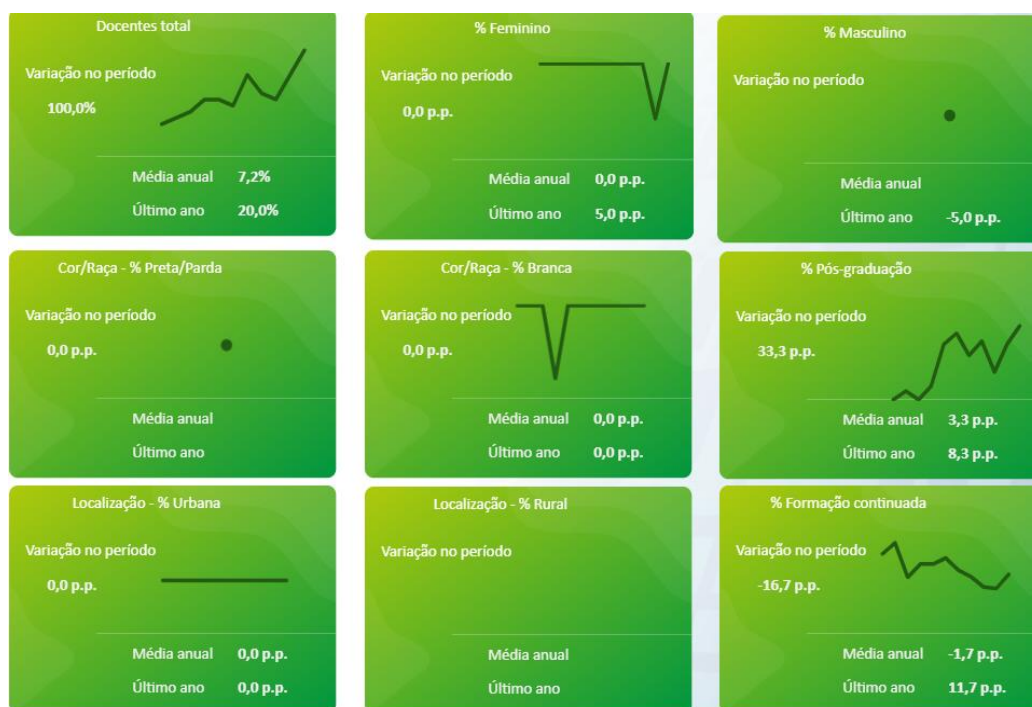
6.4.14 Síntese Diagnóstica

O ecossistema da Educação Infantil de Cotiporã consolida-se em 2025 como um cenário de alta maturidade funcional. A rede estrutura-se a partir de um corpo docente majoritariamente graduado (superior a 91%) e pós-graduado, amparado por uma base sólida de estabilidade empregatícia institucional, na qual mais de sete em cada dez professoras pertencem ao quadro de servidoras públicas efetivas do município.

6.5 Análise de Tendências e Indicadores de Evolução Docente (2015–2025)

Este capítulo consolida o comportamento dos indicadores do corpo docente da Educação Infantil ao longo do decênio 2015–2025. A análise longitudinal fundamenta-se em taxas de variação percentual (%) para volumes absolutos e na flutuação em pontos percentuais (p.p.) para a representação proporcional das variáveis, permitindo diagnosticar vetores de expansão, transições demográficas e a qualificação estrutural da rede.

Figura 14 - Análise de Tendências e Indicadores de Evolução Docente (2015–2025)



FONTE: INEP DATA

6.5.1 Dinâmica de Expansão do Quadro Funcional

O período avaliado revelou uma política de forte adensamento de recursos humanos na Educação Infantil municipal.

- **Variação Acumulada no Período:** O contingente total de docentes apresentou uma expansão de 100,0% ao longo do decênio, registrando a duplicação exata da força de trabalho alocada nesta etapa de ensino.
- **Ritmo de Crescimento Médio:** Essa trajetória de ampliação do quadro representou um ritmo médio de evolução anual de 7,2%.
- **Comportamento no Fechamento da Série:** O encerramento do decênio demonstrou aceleração expressiva na contratação de profissionais, acusando um incremento de 20,0% no volume total de docentes apenas no último ano analisado.

6.5.2 Monitoramento de Gênero e Perfil Sociodemográfico

Os marcadores de identidade de gênero e raça/cor ratificam a manutenção do perfil histórico da rede municipal, com oscilações residuais ou de caráter estritamente temporário.

- **Composição por Gênero:** A representação feminina encerrou o período completo com estabilidade absoluta (0,0 p.p. de variação). Apesar de retrações conjunturais e temporárias no decorrer da década, o fechamento do período consolidou a hegemonia com uma alta de +5,0 p.p. no último ano, restabelecendo o patamar de atendimento pleno (100% de profissionais mulheres). Em contrapartida, a participação masculina anotou retração de -5,0 p.p. no último ano, consolidando a ausência atual de docentes homens neste segmento.
- **Distribuição Étnico-Racial:** Os indicadores de cor/raça demonstraram comportamento simétrico de estabilidade longitudinal. O segmento de docentes autodeclaradas brancas encerrou o decênio com variação geral de 0,0 p.p., indicando resiliência do perfil demográfico tradicional a longo prazo, a despeito de oscilações pontuais mitigadas no encerramento da série. De igual modo, a população docente preta e parda permaneceu sem alterações estatísticas estruturais no intervalo estudado, consolidando 0,0 p.p. de variação acumulada e médias anuais zeradas.

6.5.3 Transformações Estruturais na Qualificação Docente

Este bloco concentra os avanços mais expressivos em termos de governança e qualificação pedagógica na rede municipal de ensino.

Figura 15 – Evolução dos Indicadores de Formação Docente (2015-2025)





- **Expansão da Pós-Graduação:** A proporção de professoras com especialização acadêmica registrou um salto de 33,3 p.p. no acumulado do período. Esse avanço contínuo deu-se por meio de uma taxa média de incremento anual de 3,3 p.p., culminando com uma elevação substancial de +8,3 p.p. no fechamento do último ano da série histórica.

- **Dinâmica da Formação Continuada:** O saldo decenal referente à participação em programas de atualização pedagógica de curta duração registrou um déficit de -16,7 p.p., com recuo médio anual de -1,7 p.p. Contudo, os dados mais recentes indicam um forte processo de reversão e retomada dessa agenda, visto que o último ano computou uma expressiva recuperação de +11,7 p.p., sinalizando a recomposição das políticas de formação em serviço.

6.5.4 Distribuição Geográfica e Localização da Rede

- **Concentração Urbana:** O indicador de alocação de profissionais em escolas da zona urbana manteve-se completamente linear, sem qualquer flutuação (0,0 p.p.) na variação do período, na média anual ou no fechamento da série. Os dados evidenciam que 100% da atuação do corpo docente de Educação Infantil do município está concentrada no perímetro urbano.

- **Atendimento Rural:** A série histórica confirma a inexistência de atuação ou de profissionais lotados em escolas rurais no segmento da primeira infância sob a dependência administrativa avaliada.

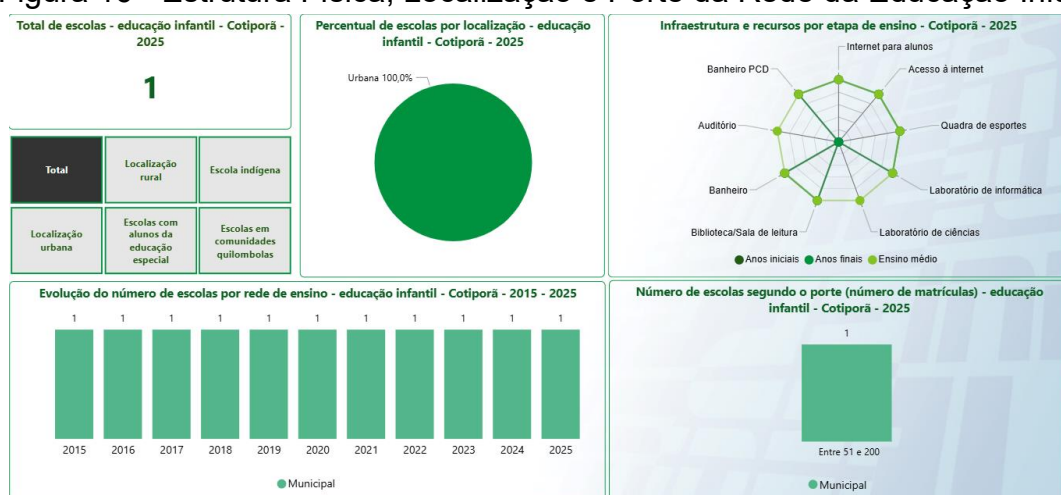
6.5.5 Síntese e Diagnóstico das Tendências

O cruzamento dos indicadores de tendência revela que a Educação Infantil do município de Cotiporã vivenciou uma década de transformações profundas, marcada por uma expressiva expansão de escala — com a duplicação do seu quadro de profissionais — combinada a um severo processo de qualificação acadêmica via titulações de pós-graduação. Esse cenário de modernização pedagógica operou-se sob a manutenção de características estruturais rígidas, caracterizadas pela completa concentração geográfica urbana e por um perfil identitário estritamente feminino e majoritariamente de raça/cor branca.

6.6 Estrutura Física, Localização e Porte da Rede de Educação Infantil

Este capítulo analisa a dimensão infraestrutural e a distribuição geográfica da rede pública municipal dedicada à Educação Infantil em Cotiporã no ano-base de 2025. A análise diagnóstica o tamanho da rede, sua evolução histórica decenal, o porte das unidades por volume de matrículas e o nível de atendimento em recursos tecnológicos e prediais básicos.

Figura 16 - Estrutura Física, Localização e Porte da Rede da Educação Infantil



FONTE: INEP DATA

6.6.1 Aspectos Quantitativos, Localização e Porte Escolar

Os indicadores censitários revelam um cenário de centralização estrutural e estabilidade de longo prazo no atendimento à primeira infância.

- **Unicidade da Rede de Atendimento:** O município de Cotiporã conta com 1 única escola pública municipal dedicada ao atendimento da Educação Infantil.
- **Análise de Série Histórica (2015–2025):** Os dados longitudinais demonstram estabilidade absoluta no planejamento da rede física. A existência de exatamente 1 estabelecimento de ensino municipal nesta etapa mantém-se inalterada há pelo menos 11 anos.
- **Distribuição e Alocação Geográfica:** A referida unidade de ensino está localizada integralmente na zona Urbana (100,0%). Os registros oficiais confirmam a



inexistência de escolas de Educação Infantil sob dependência administrativa municipal localizadas em áreas rurais, terras indígenas ou comunidades quilombolas.

- **Classificação por Porte (Matrículas):** No critério de volume de atendimento, a instituição enquadra-se no estrato de médio porte, registrando uma densidade populacional na faixa entre 51 e 200 alunos matriculados.

6.6.2 Infraestrutura, Conectividade e Recursos Disponíveis

A avaliação dos ativos prediais e tecnológicos da unidade escolar mapeia o cumprimento dos requisitos essenciais de funcionamento pedagógico e saneamento.

- **Acessibilidade Tecnológica e Saneamento:** A unidade escolar dispõe de **Acesso à Internet** de uso geral, Conectividade de Internet para os discentes e infraestrutura de Banheiro adequado à faixa etária atendida.
- **Demais Dependências:** Os indicadores de monitoramento apontam foco exclusivo nas demandas típicas da primeira infância, com ausência de estruturas prediais de alta complexidade laboratoriais ou voltadas prioritariamente a outras etapas e modalidades do ensino básico.

6.6.3 Síntese Diagnóstica da Rede Física

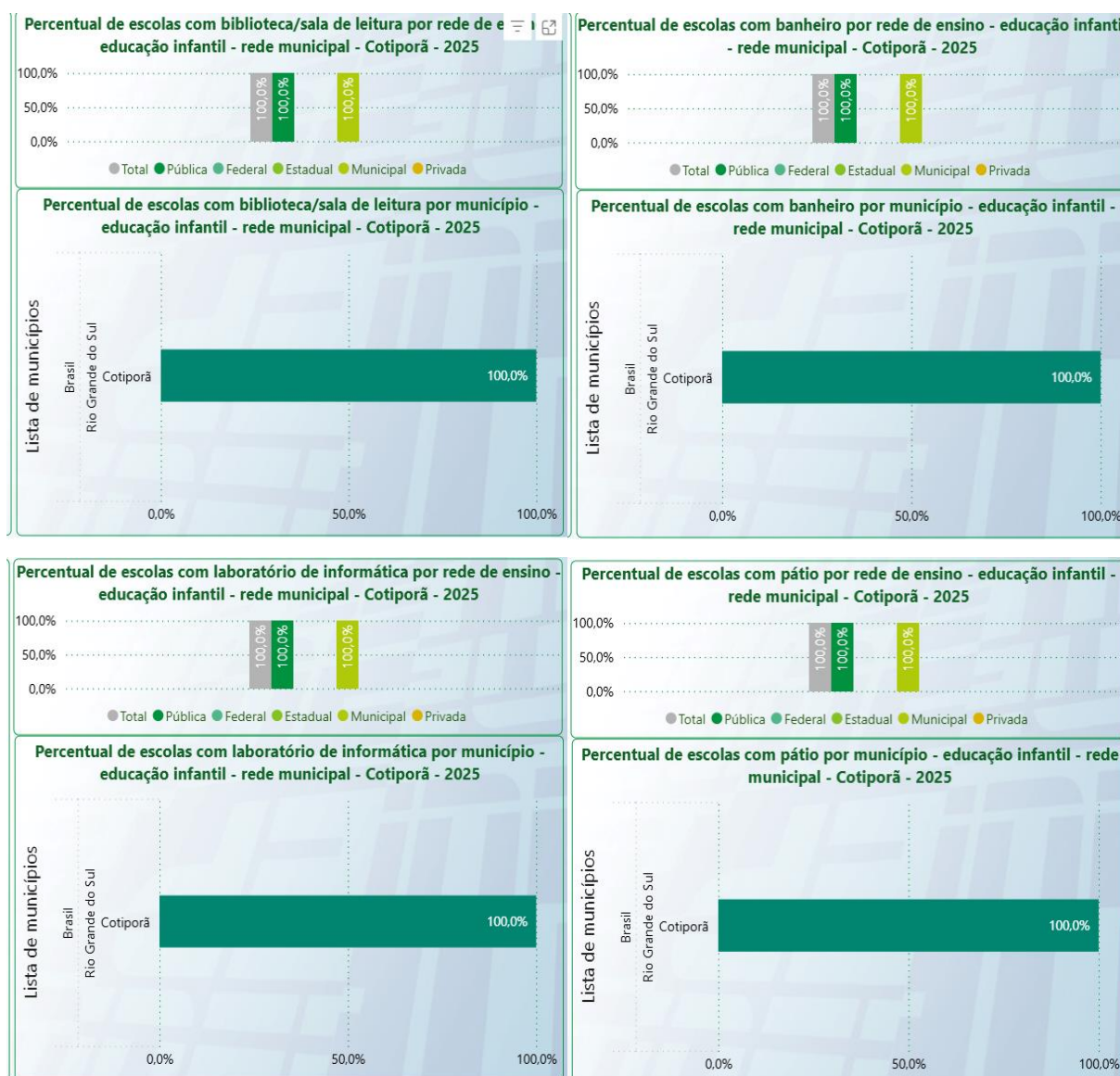
O panorama da Educação Infantil da rede municipal de Cotiporã em 2025 consolida-se através de um modelo centralizado de atendimento. A rede ampara-se em uma única instituição urbana de médio porte, cuja infraestrutura atende aos parâmetros fundamentais de conectividade e habitabilidade sanitária. Esse desenho institucional reflete uma demanda plenamente absorvida por um único polo escolar estável há mais de uma década, mitigando custos de dispersão geográfica e otimizando o gerenciamento dos recursos públicos.

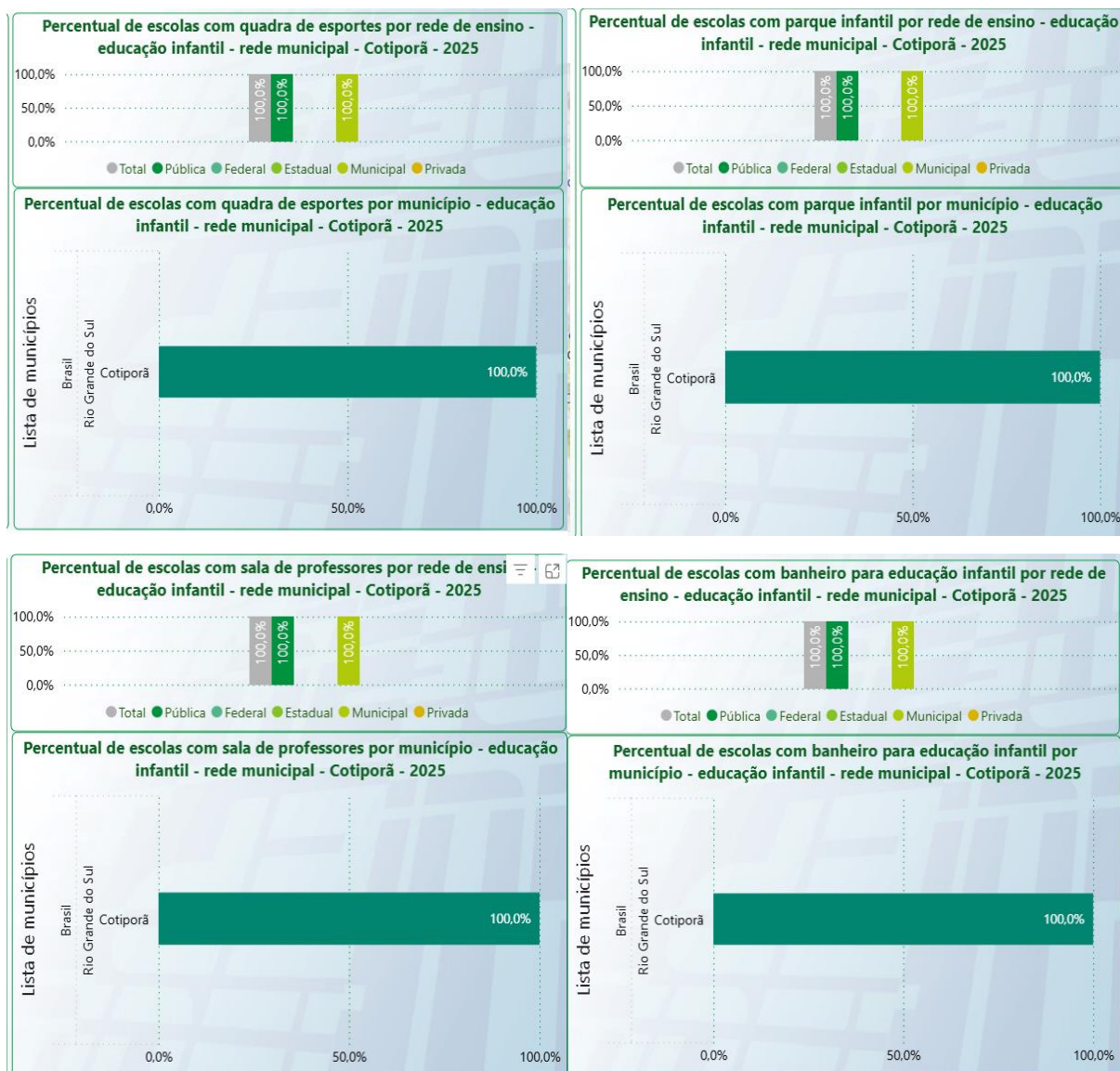
6.6.4 Diagnóstico da Infraestrutura e Espaços Pedagógicos da Rede de Educação Infantil

Este capítulo apresenta a avaliação situacional dos ativos imobilizados, instalações sanitárias e espaços de suporte pedagógico ou administrativo que integram a rede pública

municipal de Educação Infantil de Cotiporã no ano-base de 2025. A análise mensura o grau de conformidade e o nível de atendimento da rede local em face dos padrões de qualidade de infraestrutura preconizados pelas diretrizes educacionais vigentes.

Figura 17 - Diagnóstico da Infraestrutura e Espaços Pedagógicos da Rede de Educação Infantil de Cotiporã





FONTE: INEP DATA

6.6.5 Panorama de Universalização dos Ativos Físicos e Sanitários

Os indicadores censitários registram um cenário de atendimento pleno no município. A rede pública municipal atinge a marca histórica de 100,0% de cobertura em todos os componentes de infraestrutura básica, complementar e de acessibilidade avaliados.

- **Padrões de Conformidade Sanitária:** O município assegura 100,0% de atendimento em instalações sanitárias de uso geral, bem como a disponibilização de banheiros adequados às especificidades ergonômicas e de acessibilidade da Educação Infantil.



- **Espaços de Convivência e Práticas Motoras:** O atendimento é plenamente universalizado (100,0%) em pátios escolares, quadras de esportes e parques infantis, garantindo áreas seguras para o desenvolvimento integral e socialização na primeira infância.
- **Ambientes de Aprendizagem de Suporte:** A rede registra 100,0% de cobertura em bibliotecas ou salas de leitura integradas, além de laboratórios de informática equipados.
- **Ambiente de Apoio Docente:** A infraestrutura de suporte ao corpo de profissionais é contemplada com 100,0% de presença de salas de professores nas unidades escolares.

6.6.6 Análise Comparativa e Desempenho Regional

A consolidação longitudinal e o cruzamento dos dados sócio estatísticos reafirmam a posição de destaque do município frente aos demais entes federativos.

- **Alinhamento com a Dependência Administrativa:** Os dados segregados por dependência administrativa confirmam que a universalização dos recursos aplica-se de forma integral e homogênea a todo o ecossistema sob a tutela do poder executivo municipal.
- **Posicionamento no Cenário Estadual e Nacional:** No plano comparativo, Cotiporã atinge o teto máximo da régua de eficiência estatística (100,0%). O indicador municipal supera as médias históricas de cobertura observadas no estado do Rio Grande do Sul e no cenário nacional, consolidando o município como referência em atendimento de infraestrutura escolar.

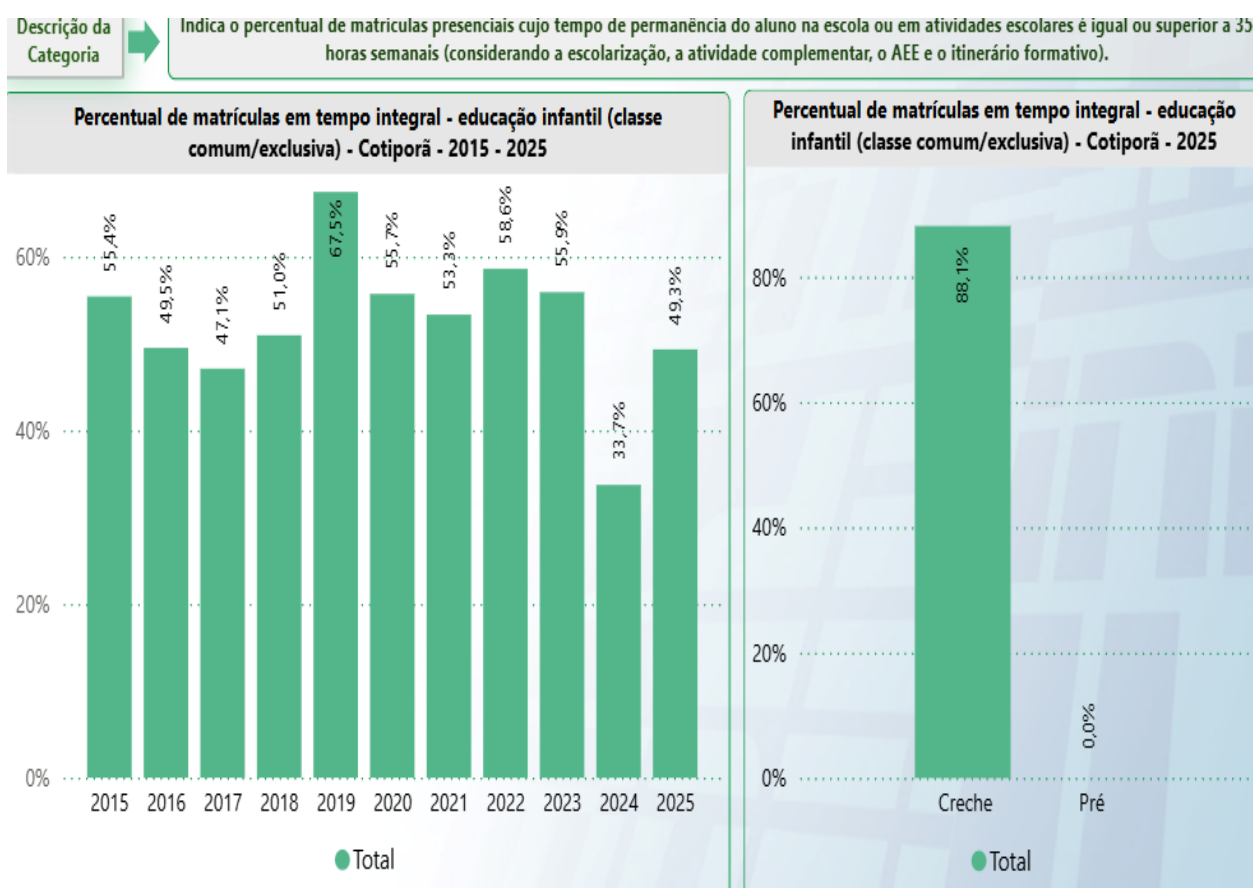
6.6.7 Síntese Diagnóstica

O cenário da infraestrutura física da Educação Infantil em Cotiporã no ano-base de 2025 é definido pelo status de excelência institucional. Ao garantir a totalidade dos insumos prediais, sanitários e pedagógicos mapeados, a gestão pública cumpre rigorosamente as metas de habitabilidade e segurança escolar. A presença simultânea de áreas lúdicas, espaços de fomento à leitura e ambientes adequados de suporte ao magistério confere à rede as condições estruturais ideais para a entrega de um ensino de alta qualidade.

6.7 Análise da Oferta de Matrículas em Tempo Integral na Educação Infantil

O panorama da Educação Infantil no município foi analisado sob duas perspectivas complementares: a evolução histórica das matrículas em tempo integral na última década (2015–2025) e a distribuição atual desse atendimento por etapas (Creche e Pré-Escola) no ano de 2025.

Figura 18 – Oferta de matrículas em tempo integral na Educação Infantil em Cotiporã



FONTE: INEP DATA

6.7.1 Evolução Temporal das Matrículas (2015 – 2025)

A série histórica revela oscilações significativas na política de atendimento em tempo integral no município ao longo dos últimos dez anos:

- **Ápice da Série Histórica (2019):** O município atingiu o seu rendimento máximo em 2019, quando 67,5% do total de matrículas da Educação Infantil concentravam-se na modalidade de tempo integral.
- **Retração Severa (2024):** Em 2024, registrou-se o menor índice da década, com uma queda abrupta para 33,7%, representando o ponto mais crítico no histórico de oferta do município.
- **Cenário de Retomada (2025):** Os dados mais recentes apontam para uma recuperação progressiva, com o indicador ascendendo para 49,3%. Contudo, apesar do viés de alta em relação ao ano anterior, o índice atual permanece aquém da média histórica do município, que tradicionalmente oscilava entre 50% e 58%.

6.7.2 Diagnóstico de Oferta por Etapa (Ano-Base: 2025)

A desagregação dos dados de 2025 entre os dois segmentos da Educação Infantil evidencia uma acentuada disparidade estrutural na oferta de jornada ampliada. Nota Técnica: O atendimento em tempo integral no município caracteriza-se por uma concentração massiva no segmento da Creche, onde quase a totalidade dos alunos (88,1%) cumpre jornada igual ou superior a 35 horas semanais. Em contrapartida, observa-se a total ausência (0,0%) de turmas de

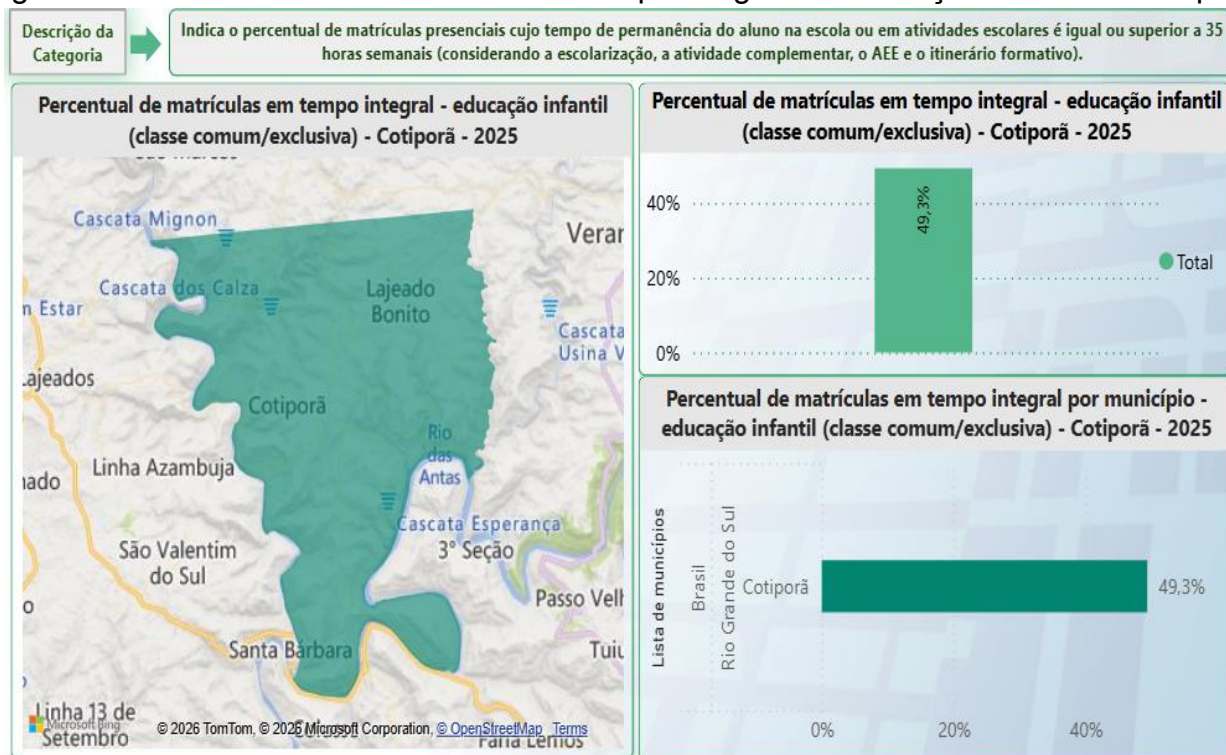
6.7.3 Conclusão Diagnóstica e Implicações para o Plano Municipal

Os indicadores demonstram que o déficit na média geral de atendimento em tempo integral no ano de 2025 (49,3%) não decorre de uma fragilidade na cobertura das creches, mas sim da inexistência de oferta na Pré-Escola.

Diante deste diagnóstico, evidencia-se a necessidade de o Plano Municipal traçar diretrizes estratégicas para a progressiva expansão da jornada escolar nos segmentos de 4 e 5 anos, visando mitigar essa assimetria interna e restabelecer as metas históricas de atendimento pleno do município.

6.8 Metodologia de Cálculo e Posicionamento Regional do Tempo Integral

Figura 19 – Indicadores de matrículas em tempo integral na Educação Infantil de Cotiporã



FONTE: INEP DATA

6.8.1 Critério de Definição da Jornada Ampliada

Para fins de monitoramento das metas deste Plano Municipal, considera-se Matrícula em Tempo Integral o registro de alunos em regime presencial cuja permanência em atividades escolares planejadas seja igual ou superior a 35 horas semanais.

O cômputo dessa jornada estendida engloba, de forma integrada, os seguintes componentes:

- Tempo de escolarização regular na base nacional comum curricular;
- Atividades pedagógicas complementares e projetos de contraturno;
- Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Itinerários formativos e demais percursos de diferenciação curricular.



6.8.2 Análise Comparativa e Indicadores Territoriais (Ano-Base: 2025)

O diagnóstico do município de Cotiporã no ano de 2025, no que tange ao indicador macro da Educação Infantil (incluindo classes comuns e exclusivas), revela os seguintes dados censitários:

- **Indicador Consolidado Municipal:** O percentual total de matrículas em tempo integral na Educação Infantil de Cotiporã fixou-se em 49,3%. Este índice demonstra que praticamente metade da população estudantil desta etapa é assistida por uma jornada de proteção social e pedagógica de tempo ampliado.
- **Inserção no Contexto Federativo:** Na análise comparativa com as médias projetadas para o Estado do Rio Grande do Sul e para o cenário nacional (Brasil), o indicador de 49,3% posiciona Cotiporã em um patamar de cobertura robusta, evidenciando o protagonismo das políticas locais de atendimento estendido para a primeira infância em relação à conjuntura

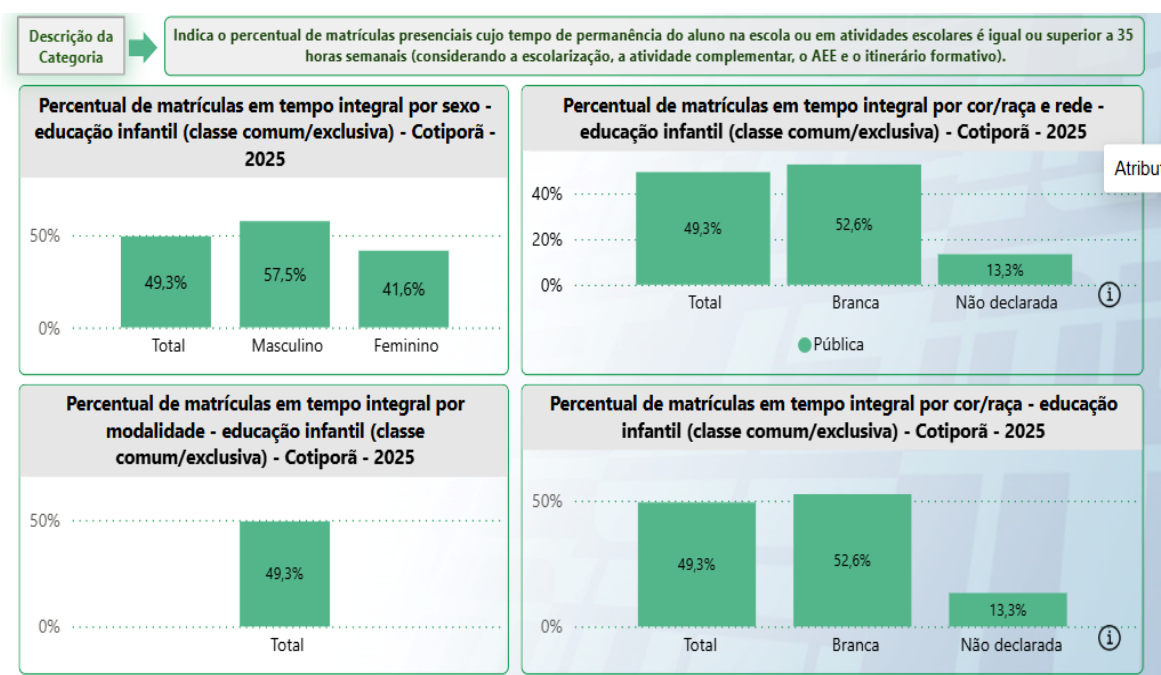
6.8.3 Síntese Diagnóstica

O cenário avaliado em 2025 consolida uma taxa de atendimento em tempo integral de 49,3% na Educação Infantil de Cotiporã. Os dados reiteram o compromisso do município com a expansão da jornada escolar, assegurando uma base sólida de cobertura assistencial e pedagógica na transição federativa, servindo como referencial para o estabelecimento das metas de universalização e qualificação da oferta para o próximo decênio.

6.8.4 Análise Sociodemográfica e Recortes de Equidade no Tempo Integral

Para além dos indicadores globais, o Plano Municipal preconiza a análise detalhada dos perfis sociodemográficos (gênero e cor/raça) e das modalidades de ensino, visando identificar possíveis assimetrias e garantir a equidade no acesso à jornada ampliada.

Figura 20 - Indicadores Sociodemográficos e Recortes de Equidade no Tempo Integral



FONTE: INEP DATA

6.8.5 Distribuição por Gênero/Sexo Biológico

O cruzamento dos dados de atendimento em tempo integral com o sexo declarado dos discentes aponta para uma disparidade na distribuição das vagas no ano-base de 2025:

- **Matrículas do Sexo Masculino:** 57,5% dos alunos do sexo masculino estão inseridos na jornada de tempo integral.
- **Matrículas do Sexo Feminino:** 41,6% das alunas do sexo feminino são atendidas nesta mesma modalidade.

Diagnóstico Crítico: Observa-se uma diferença de 15,9 pontos percentuais a favor do público masculino. Este cenário requer monitoramento por parte da Secretaria Municipal de Educação para compreender os fatores sazonais ou de demanda que geram essa distorção e assegurar o acesso equânime.

6.8.6 Análise por Cor/Raça e Rede de Ensino

O mapeamento étnico-racial das matrículas em tempo integral, vinculado integralmente à rede pública municipal de Cotiporã, apresenta a seguinte configuração:



- **População Autodeclarada Branca:** Registra um índice de **52,6%** de suas matrículas em regime de tempo integral, situando-se acima da média geral do município.
- **Informação Não Declarada:** No universo de matrículas em que o quesito cor/raça não foi preenchido ou informado, o percentual em tempo integral é de 13,3%.

6.8.7 Segmentação por Modalidade de Ensino

No que tange às modalidades específicas (tais como Educação Especial, Educação do Campo ou outras diferenciações curriculares aplicadas à infância), os registros censitários de 2025 mantêm-se centralizados no indicador macro de **49,3%**.

Esta configuração indica que o atendimento em tempo integral no município está concentrado na modalidade regular/comum de ensino, sem subdivisões ou ramificações estatísticas expressivas em outras modalidades declaradas no sistema de ensino nesta etapa.

6.8.8 Síntese do Perfil de Atendimento e Diretrizes de Equidade

Embora o município de Cotiporã apresente um indicador consolidado expressivo de 49,3% de cobertura na Educação Infantil, o diagnóstico estratificado revela que a política de tempo integral possui maior aderência e atendimento proporcional junto ao público masculino (57,5%) e de estudantes autodeclarados brancos (52,6%).

Este mapeamento subsidiará as metas deste Plano no sentido de qualificar os sistemas de informação escolar (reduzindo os índices de raça/cor "não declarada") e planejar a expansão da oferta sob a ótica da universalização e da equidade socioespacial.

6.9 Análise de Tendências Históricas e Variações Longitudinais (2015 – 2025)

Para além dos dados estáticos, o monitoramento das metas municipais exige a compreensão do comportamento das séries temporais na última década. A análise a seguir faz uso da variação em pontos percentuais (p.p.) acumulados e de médias anuais para identificar avanços, estagnações ou retrocessos nos recortes sociodemográficos e territoriais.

Figura 21 – Indicadores de matrículas e tempo de permanência dos alunos



FORNTE - INEP DATA

6.9.1 Evolução por Dependência Administrativa e Redes de Ensino

O comportamento da série temporal demonstra que a evolução macroeconômica e pedagógica do município é indissociável da gestão direta do Poder Público:

- **Indicador Total (Consolidado):** Registrou uma retração líquida de -6,1 p.p. ao longo do período analisado (2015–2025), com um decréscimo médio anual de -0,6 p.p. O ciclo encerrou o ano-base de 2025 fixado em 15,6 p.p.
- **Rede Pública:** Apresenta perfeita simetria com o indicador consolidado, computando idênticos -6,1 p.p. de variação decenal, -0,6 p.p. de média anual e 15,6 p.p. no fechamento de 2025.
- **Rede Privada:** Os sistemas de informação e monitoramento registram ausência de dados históricos estruturados para este cruzamento de filtros, reiterando que a tendência histórica municipal é detida integralmente pela oferta pública.

6.9.2 Dinâmica de Gênero e Ritmos de Retração

A análise longitudinal revela que as taxas de contração da jornada ampliada afetaram os estudantes de forma heterogênea de acordo com o sexo biológico:

- **Segmento Masculino:** Demonstrou maior resiliência histórica, com uma redução suave de -2,5 p.p. no acumulado do decênio (média anual de -0,2 p.p.), finalizando o período com 18,2 p.p.
- **Segmento Feminino:** Sofreu um impacto significativamente mais severo, registrando um declínio de -8,4 p.p. no período e uma perda média de -0,8 p.p. ao ano, encerrando 2025 no patamar de 13,1 p.p.

6.9.3 Comportamento por Autodeclaração Étnico-Racial

Os recortes de cor e raça demonstram instabilidades estruturais e tendências diferenciadas de sustentabilidade na oferta ao longo dos dez anos avaliados:

- **População Autodeclarada Branca:** Apresentou uma variação líquida negativa de -9,1 p.p. no período, com decréscimo médio de -0,9 p.p. ao ano, fechando 2025 com 14,0 p.p. A linha histórica desse segmento caracteriza-se por alta volatilidade (comportamento em zigue-zague), sugerindo descontinuidade ou sazonalidade na oferta de turmas.
- **População Preta/Parda:** Os registros gráficos sinalizam um declínio contínuo e acentuado na série histórica. Recomenda-se a auditoria e o saneamento das bases de dados para o resgate dos valores nominais ocultos, garantindo a transparência ativa preconizada pela legislação educacional.

6.9.4 Análise Territorial e Geográfica (Localização)

- **Área Urbana:** Reproduz fielmente a tendência da série histórica municipal, com retração de -6,1 p.p. no decênio, decréscimo anual de -0,6 p.p. e encerramento em 15,6 p.p. em 2025.
- **Área Rural:** Não foram identificados registros estatísticos consolidados para esta série histórica, o que sinaliza a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de

coleta censitária no campo para subsidiar o planejamento de metas de descentralização territorial.

6.9.5 Síntese do Comportamento Histórico

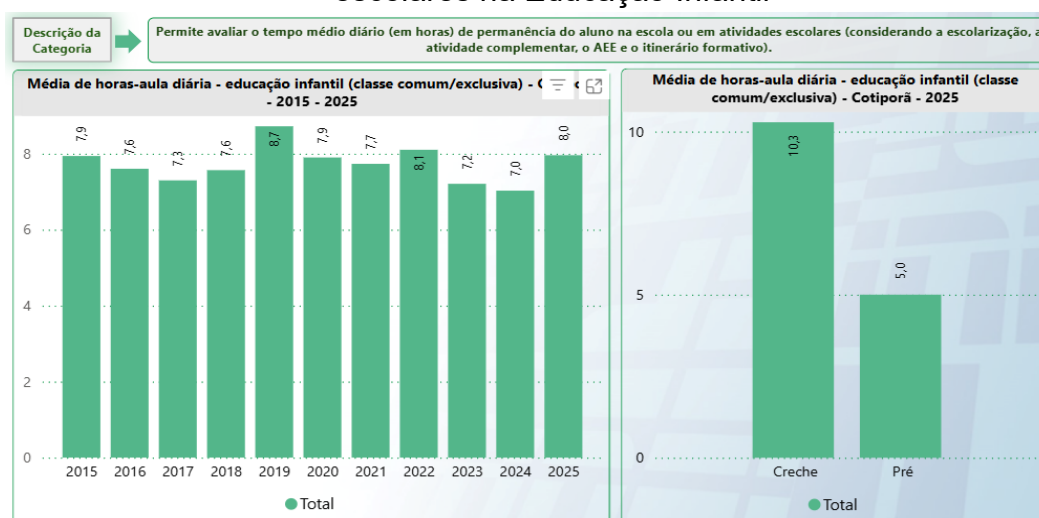
O balanço da década (2015–2025) aponta para um cenário de retração líquida na ordem de -6,1 p.p., cuja tendência geral é inteiramente balizada pela rede pública e pela zona urbana.

O diagnóstico de longo prazo acende um alerta para este Plano Municipal: as perdas históricas concentraram-se de forma mais aguda sobre a população estudantil feminina (-8,4 p.p.) e autodeclarada branca (-9,1 p.p.). Tais evidências demandam a instituição de metas de estabilização das séries temporais e blindagem das políticas de tempo integral contra oscilações sazonais.

6.10 Análise da Carga Horária e Média de Permanência Diária na Educação Infantil

O monitoramento da qualidade e da extensão do tempo escolar pressupõe a análise do indicador de permanência diária dos estudantes, qualificando o regime de atendimento oferecido pelas redes de ensino.

Figura 22 – Indicador de tempo médio diário de permanência dos alunos em atividades escolares na Educação Infantil



FONTE: INEP DATA



6.10.1 Parâmetros de Medição do Tempo Escola

O indicador de Carga Horária Diária mensura o tempo médio real (em horas) de permanência do estudante no estabelecimento de ensino ou em atividades escolares correlatas devidamente planejadas. Em consonância com as diretrizes metodológicas nacionais, o cômputo deste indicador integra os seguintes fatores:

- Carga horária destinada à escolarização regular;
- Projetos e atividades pedagógicas complementares;
- Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Itinerários formativos e percursos curriculares diversificados.

6.10.2 Série Histórica da Carga Horária Média (2015 – 2025)

A evolução decenal da média de horas-aula diárias na Educação Infantil apresenta um comportamento de flutuação cíclica, caracterizado por três momentos distintos:

- **Ciclo de Retração Inicial (2015–2017):** A década iniciou-se em 2015 com uma média de 7,9 horas diárias, registrando declínios sucessivos até atingir 7,3 horas em 2017.
- **Pico Histórico e Expansão (2018–2019):** Observou-se uma curva de recuperação acelerada que culminou no ápice da série histórica em 2019, registrando uma média de 8,7 horas de permanência por dia.
- **Contração e Retomada Recente (2020–2025):** Após 2019, o indicador iniciou uma tendência de queda contínua, atingindo o seu piso em 2024, com 7,0 horas diárias. No ano-base de 2025, contudo, houve uma reação expressiva, elevando o patamar de atendimento para 8,0 horas diárias.

6.10.3 Diagnóstico da Carga Horária por Etapa em Cotiporã (Ano-Base: 2025)

Ao estratificar o indicador macro de 2025 no contexto exclusivo do município de Cotiporã, evidencia-se a coexistência de dois regimes de atendimento nitidamente diferenciados por faixa etária.

O atendimento nas Creches de Cotiporã caracteriza-se por uma jornada altamente ampliada, atingindo a média de 10,3 horas diárias. Esse dado comprova a consolidação de

uma política assistencial e pedagógica de tempo integral robusta para a primeiríssima infância. Em contrapartida, a Pré-Escola opera com uma média de 5,0 horas diárias, configuração típica de turnos parciais consolidados e intermediários.

6.10.4 Conclusão e Diretrizes Curriculares

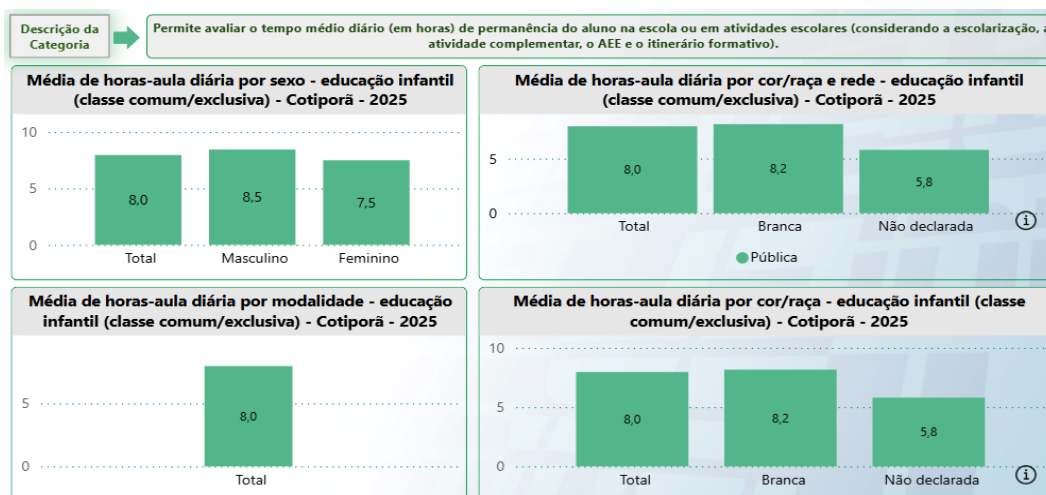
O diagnóstico consolidado indica que a sustentabilidade da média de permanência diária em 2025 (8,0 horas) é impulsionada, prioritariamente, pela robustez da jornada nas creches de Cotiporã, onde as crianças permanecem mais que o dobro do tempo registrado na pré-escola (10,3 horas contra 5,0 horas).

Compete a este Plano Municipal tutelar para que essa transição de regime de jornada entre a creche e a pré-escola ocorra sem prejuízos ao desenvolvimento integral das crianças, planejando a adequação das matrizes horárias conforme as demandas socioeducativas do município.

6.10.5 Estratificação Sociodemográfica da Carga Horária e Recortes de Acesso

Para além do volume global de horas, o monitoramento das metas de atendimento em tempo integral exige a avaliação de variáveis sociodemográficas. Esta análise estratificada permite identificar como o tempo de permanência diária distribui-se entre os diferentes perfis de estudantes no ano-base de 2025.

Figura 23 - Tempo médio diário de permanência dos alunos em atividades escolares



FONTE: INEP DATA



6.10.6 Disparidades de Carga Horária por Gênero/Sexo Biológico

O cruzamento da carga horária média diária com o sexo declarado dos estudantes aponta para uma assimetria na extensão do tempo escolar:

- **Média Geral do Município:** 8,0 horas diárias.
- **Segmento Masculino:** Registra uma média de 8,5 horas diárias de permanência em atividades escolares.
- **Segmento Feminino:** Apresenta uma média de 7,5 horas diárias.

6.10.7 Cruzamento Étnico-Racial por Dependência Administrativa e Rede Pública

A análise do tempo de permanência associada à autodeclaração de cor/raça, vinculada diretamente à Rede Pública de ensino, apresenta a seguinte configuração de atendimento:

- **Estudantes Autodeclarados Brancos:** Possuem uma permanência média de 8,2 horas diárias, situando-se ligeiramente acima da linha base do município.
- **Informação Não Declarada:** Os alunos cuja variável de raça/cor não foi preenchida nos sistemas censitários registram uma média substancialmente menor, fixada em 5,8 horas diárias.

6.11 Análise por Modalidade de Ensino

No que tange à diversificação por modalidades (como Educação Especial ou Educação do Campo aplicadas a este segmento), o painel estatístico ratifica unicamente o indicador consolidado de 8,0 horas diárias. A ausência de outras colunas discriminadas indica que a totalidade da carga horária estendida do município está adstrita à modalidade regular/comum de ensino.

6.11.1 Síntese do Diagnóstico de Carga Horária e Desafios de Gestão

O diagnóstico consolidado de 2025 estabelece que as crianças da Educação Infantil em Cotiporã usufruem de uma expressiva média de 8,0 horas diárias de atendimento, patamar técnico que qualifica o município em um regime sólido de tempo integral.

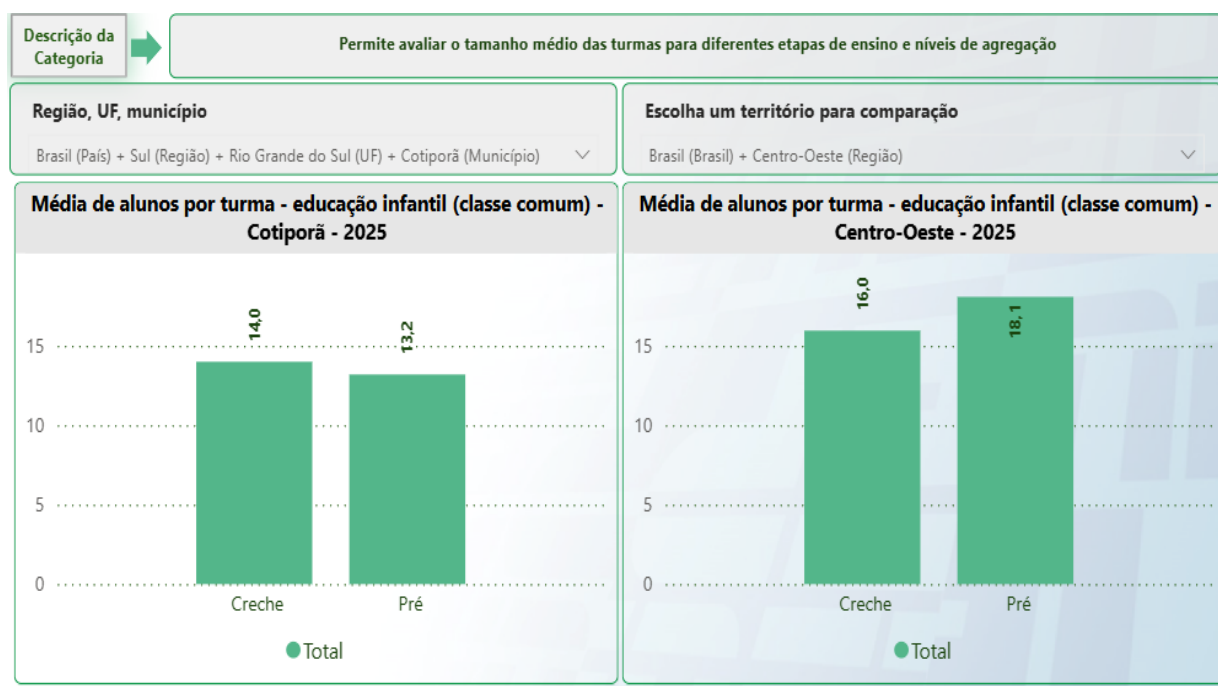
Contudo, para fins de planejamento das ações deste Plano Municipal, o texto fixa duas diretrizes de correção:

1. **Equalização de Gênero:** Mitigar a diferença de 1 hora diária de atendimento que desfavorece o segmento feminino (7,5h contra 8,5h).
2. **Qualificação Cadastral:** Mitigar as omissões de registro civil nas escolas, uma vez que o menor tempo de atendimento (5,8h) está correlacionado à ausência de declaração de cor/raça, invisibilizando o real perfil socioeconômico das crianças em tempo parcial.

6.12 Indicador de Adequação da Razão Aluno-Turma e Análise Comparativa Territorial

O dimensionamento das turmas constitui um fator determinante para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, influenciando diretamente as condições de trabalho pedagógico e a capacidade de mediação individualizada na primeira infância.

Figura 24 – Indicadores de média alunos por turma Cotiporã e Brasil



FONTE: INEP DATA



6.13 Análise Comparativa do Módulo de Alunos por Turma (Ano-Base: 2025)

A avaliação da média de alunos por turma no município de Cotiporã, confrontada com os indicadores de contexto territorial, revela padrões distintos de organização escolar entre as etapas da Educação Infantil:

- **Segmento da Creche (0 a 3 anos):** O município de Cotiporã registra uma média de 14,0 alunos por turma, enquanto o referencial comparativo regional apresenta uma densidade de 16,0 alunos.
- **Segmento da Pré-Escola (4 a 5 anos):** Em Cotiporã, o indicador aponta para uma redução na média, fixando-se em 13,2 alunos por turma. Em sentido inverso, o panorama territorial regional registou um acréscimo expressivo, elevando-se para 18,1 alunos.

6.14 Diagnóstico de Tendências e Comportamento das Redes

O cruzamento dos dados territoriais evidencia duas dinâmicas estruturais relevantes para o planejamento público:

- **Divergência de Comportamento entre Etapas:** No cenário do município de Cotiporã, as turmas de creche apresentam-se ligeiramente mais adensadas que as de pré-escola (14,0 contra 13,2). Inversamente, o panorama de comparação regional mostra que as turmas de pré-escola tendem a ser significativamente maiores que as de creche (18,1 contra 16,0).
- **Indicador de Qualidade:** Cotiporã mantém-se abaixo dos parâmetros de adensamento estaduais e nacionais em ambos os segmentos. Na creche, o município opera com uma margem de 2 alunos a menos por agrupamento; na pré-escola, essa distância amplia-se para quase 5 alunos a menos por sala de aula (13,2 contra 18,1).

6.15 Implicações Pedagógicas e Diretrizes de Gestão

Os indicadores de Cotiporã ratificam uma configuração favorável à qualidade da oferta educacional. A manutenção de turmas estruturalmente menores atende às recomendações de parâmetros nacionais de qualidade, facilitando o atendimento



personalizado, o monitoramento do desenvolvimento integral e a segurança física e emocional das crianças.

As metas deste Plano Municipal deverão priorizar a sustentabilidade desses índices, condicionando a expansão de matrículas à garantia de infraestrutura adequada, de modo a evitar a superlotação das salas e preservar os patamares de excelência diagnosticados.

7. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

7.1 Diagnóstico da Saúde Pública, Programas e Vigilância

7.1.1 Infraestrutura de Atenção Primária e Cobertura do SUS

A rede de saúde de Cotiporã é estruturada a partir da Atenção Primária, que atua como a principal porta de entrada e ordenadora do cuidado do Sistema Único de Saúde (SUS). Toda a assistência está centralizada em uma única Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada na sede do município, operando com horário ampliado e infraestrutura resolutiva para atender à demanda universal dos moradores.

Os serviços ofertados pela equipe da Atenção Primária englobam consultas médicas, acompanhamento pré-natal integral, assistência de enfermagem, procedimentos ambulatoriais e imunizações. Além disso, a UBS oferece atendimentos nas áreas de Odontologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Psicologia.

Ainda, são disponibilizados atendimentos médicos especializados em Saúde Mental, Cardiologia, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, ampliando o acesso da população a serviços, buscando a integralidade do cuidado.

A atuação da Unidade também contempla ações permanentes de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, educação em saúde e acompanhamento das condições crônicas, em consonância com os princípios da Atenção Primária à Saúde e do Sistema Único de Saúde.

Refletindo a eficiência desse modelo, dados oficiais consolidados pelo Ministério da Saúde apontam que a cobertura das equipes de Atenção Primária — incluindo a Estratégia Saúde da Família (ESF) — atinge 100% da população residente. Esse indicador de cobertura universalizada é calculado com base no cruzamento entre o número de indivíduos



formalmente cadastrados pelas equipes de ponta e a base demográfica municipal estimada pelo IBGE.

7.1.2 Indicadores Epidemiológicos e Perfil de Mortalidade

O monitoramento dos indicadores de saúde em Cotiporã revela cenários que demandam intervenções preventivas, especialmente voltadas à proteção da infância e ao controle de doenças crônicas. De acordo com dados do DataSUS/SINASC sintetizados pela plataforma Primeira Infância em Dados, a taxa de mortalidade infantil no município é de 11,20 por mil nascidos vivos. Esse indicador, que monitora o risco de óbito em crianças menores de um ano, serve como um balizador essencial para avaliar a qualidade da assistência pré-natal, do parto e do manejo nos primeiros meses de vida, evidenciando que o fortalecimento contínuo da Estratégia Saúde da Família (ESF) é crucial para reduzir essas taxas e diminuir as Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica (ICSAB).

Paralelamente, o perfil de mortalidade geral do município reflete os impactos da transição epidemiológica, indicando que as principais causas de óbito e adoecimento da população estão associadas a doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), embora ainda sejam acompanhadas epidemiologicamente por quadros de doenças infecciosas e parasitárias. Por fim, no âmbito da Vigilância Epidemiológica, o Sistema de Informação de Agravos de

Notificação (SINAN) registrou 15 notificações de violência em suas diversas tipologias ao longo do ano de 2025. Esse dado reforça a necessidade de manter fluxos articulados de proteção e acolhimento integrados à rede socioassistencial, por meio do CRAS, e aos órgãos de segurança pública.

7.1.3 Programas Estratégicos e Redes de Cuidado Intersetorial

A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Cotiporã coordena diversos programas estratégicos, visando a promoção da qualidade de vida da população. Entre eles, destaca-se o Programa Academia da Saúde, o qual conta com nutricionista e fisioterapeuta para desenvolver grupos de promoção da saúde, reeducação alimentar e sessões de Pilates Studio e Solo. Já no campo das Práticas Integrativas e Complementares (PICS), o Programa Segundo Sol, instituído pela Lei Municipal nº 2.893/2021, oferece

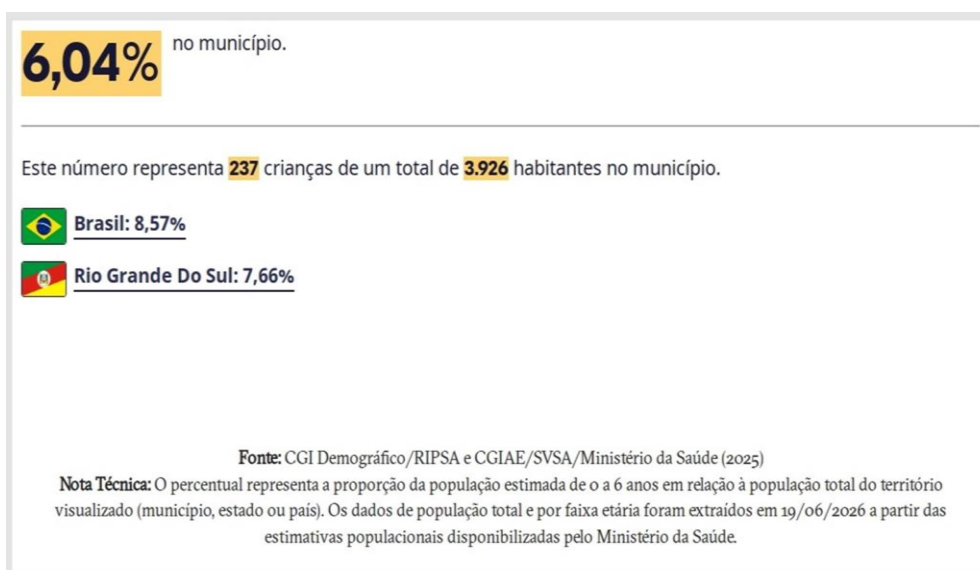
meditação e reiki sob a condução de um terapeuta holístico. E no que se refere ao incentivo à amamentação, o mesmo é garantido pelo Programa Promove-Mamã (Lei Municipal nº 3.151/2025), focado no apoio e na proteção ao aleitamento materno exclusivo e continuado.

Cabe ressaltar, também, que a articulação intersetorial é muito significativa no município. O Programa Saúde na Escola (PSE) é desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação e Desporto, oportunizando a realização de avaliações clínicas, atualização vacinal e atividades de educação em saúde diretamente no ambiente escolar, visando o desenvolvimento integral dos estudantes. Já com relação à proteção social e ao desenvolvimento infantil de crianças de zero a seis anos e gestantes em vulnerabilidade, o programa estadual Primeira Infância Melhor (PIM) atua com visitas domiciliares focadas no fortalecimento das competências parentais. Por fim, a Rede Bem Cuidar Rio Grande do Sul (RBC/RS) qualifica a Atenção Primária local, buscando a melhoria contínua dos indicadores de saúde por meio de um acolhimento humanizado, resolutivo e centrado nas necessidades dos cidadãos de Cotiporã.

7.1.3.1 Percentual da população entre 0 e 6 anos

Quantidade e a proporção estimadas de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos completos

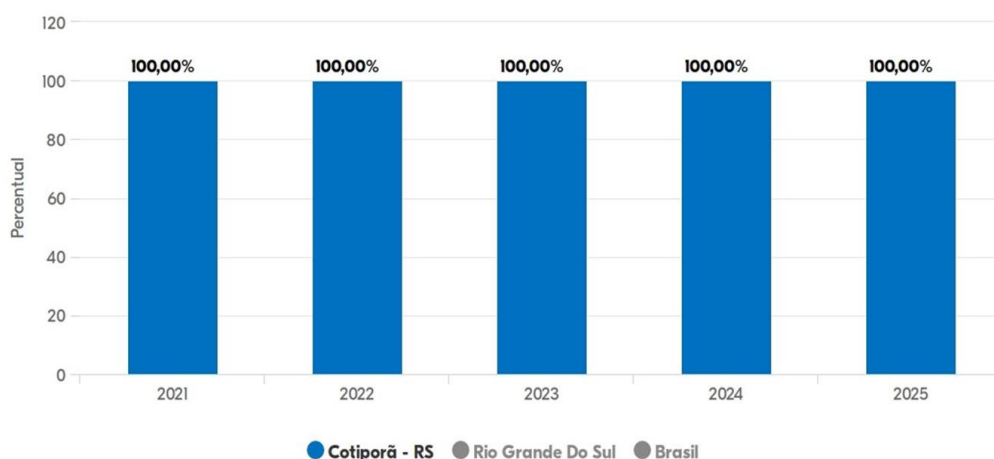
Figura 25 - Percentual da população entre 0 e 6 anos



7.1.4 Cobertura da atenção primária à saúde

Mostra o percentual de cobertura potencial estimada da Atenção Primária à Saúde (APS) no Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando a capacidade de atendimento das equipes de Saúde da Família (ESF), equipes de Atenção Primária. Este indicador é crucial porque as equipes podem colaborar em várias políticas públicas simultaneamente: alerta para risco de violência contra crianças, incentivo à matrícula na creche e aleitamento materno, cuidados contra obesidade, entre outras.

Figura 26 - Percentual da cobertura potencial da Atenção Primária à Saúde (APS) no município de Cotiporã



Fonte: Ministério da Saúde - SAPS - e-Gestor - Relatórios da Atenção Primária à Saúde; CGI Demográfico/RIPSA e CGIAE/SVSA/Ministério da Saúde (2021 - 2025)

Nota Técnica: O cálculo do percentual utiliza como numerador o total de pessoas em potencial que as equipes da APS do SUS instaladas no território conseguem atender. O valor corresponde à coluna "Qt. capacidade da equipe", calculada pelo Ministério da Saúde no relatório público "Cobertura Potencial da APS (2021 - atual)". Para cada ano foi utilizado o mês de dezembro como referência. Como denominador, foram utilizadas as estimativas de população residente por município, idade e sexo (2000-2025) conforme disponibilizadas pelo Ministério da Saúde. Quando a capacidade de atendimento das equipes iguala ou supera a população residente estimada do território, o valor máximo é limitado em "100%".

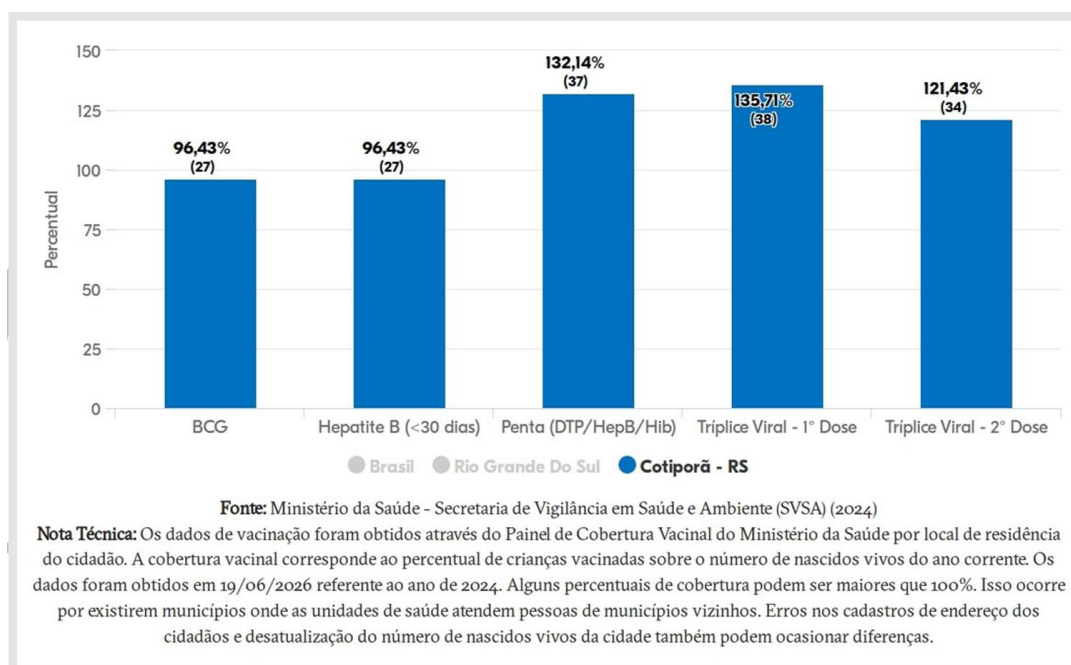
O gráfico apresenta o percentual da cobertura potencial da Atenção Primária à Saúde (APS) no município de Cotiporã, Rio Grande do Sul, demonstrando uma estabilidade absoluta entre os anos de 2021 e 2025. Durante todo o período analisado, com referência sempre no mês de dezembro de cada ano, o município manteve o patamar de 100,00% de cobertura. Conforme detalhado na nota técnica do Ministério da Saúde, esse índice máximo indica que a capacidade de atendimento das equipes do SUS instaladas no território foi igual ou superior ao total estimado da população residente na localidade. Por fim, cabe

notar que, embora a legenda mencione o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil para fins comparativos, o gráfico ilustra visualmente apenas os dados específicos de Cotiporã.

7.1.5 Cobertura vacinal infantil

A vacinação é essencial para a manutenção da saúde do ser humano, desde o nascimento. Uma conquista científica que passou a ser fundamental para o avanço na prevenção, controle, eliminação e erradicação das doenças preveníveis. Apresentamos o indicador de cobertura vacinal e o número de crianças vacinadas para 5 das vacinas infantis do calendário nacional de vacinação. A BCG e a Hepatite B (< 30 dias) são indicadas ao nascer. A Penta (DTP/HepB/Hib) para crianças menores de 1 ano e a tríplice viral para crianças de 1 ano de idade.

Figura 27 - Percentual de cobertura vacinal no município de Cotiporã



O gráfico apresenta o percentual de cobertura vacinal no município de Cotiporã, Rio Grande do Sul, referente ao ano de 2024, com dados extraídos em junho de 2026. Nota-se que o município atingiu altos índices de vacinação em todos os imunizantes listados. As vacinas BCG e Hepatite B (administrada em menores de 30 dias) registraram, cada uma, uma cobertura de 96,43%, correspondendo a 27 crianças vacinadas. Já as vacinas Penta,

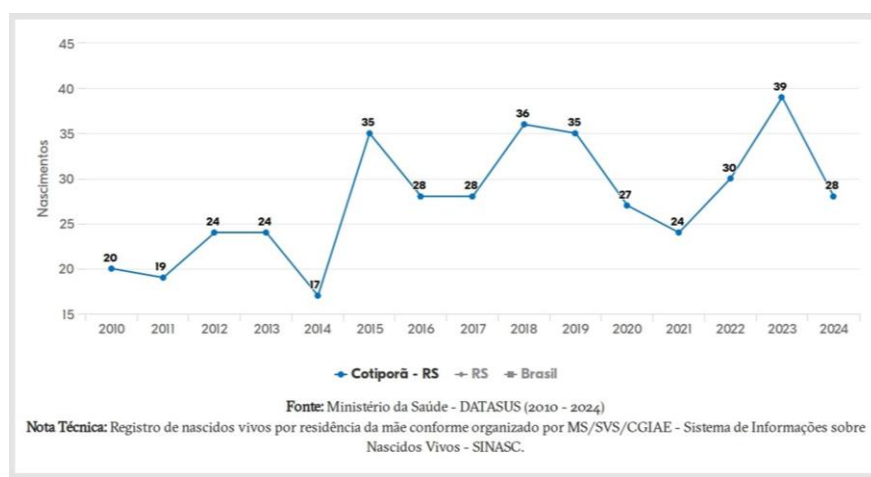
Tríplice Viral (1ª Dose) e Tríplice Viral (2ª Dose) superaram a marca dos 100%, registrando coberturas de 132,14% (37 crianças), 135,71% (38 crianças) e 121,43% (34 crianças), respectivamente.

7.1.6 Nascidos vivos

O total de nascidos vivos corresponde ao registro de nascimentos por filtro do município de residência da mãe. Este indicador é fundamental como denominador nas análises dos dados de nascimentos, gestantes, vacinas em crianças até um ano de idade, taxa de mortalidade infantil e análise de óbitos, dentre outros relacionados à saúde da gestação e ao puerpério.

O gráfico apresenta a evolução temporal do número de nascidos vivos por residência da mãe no município de Cotiporã, Rio Grande do Sul, cobrindo o período de 2010 a 2024. Os dados, extraídos do DATASUS (SINASC), revelam um comportamento flutuante na natalidade local ao longo dos anos. O período inicial registrou números baixos, atingindo o menor valor da série histórica em 2014, com apenas 17 nascimentos. Na sequência, houve um aumento expressivo que estabilizou o patamar anual na casa dos trinta nascidos em anos subsequentes, com picos proeminentes em 2015 (35 nascimentos), 2018 (36 nascimentos) e o ápice registrado em 2023, quando o município contabilizou 39 nascimentos. Após esse recorde, o ano de 2024 fechou com uma retração expressiva, caindo para 28 nascidos vivos.

Figura 28 - Evolução temporal do número de nascidos vivos por residência da mãe no município de Cotiporã

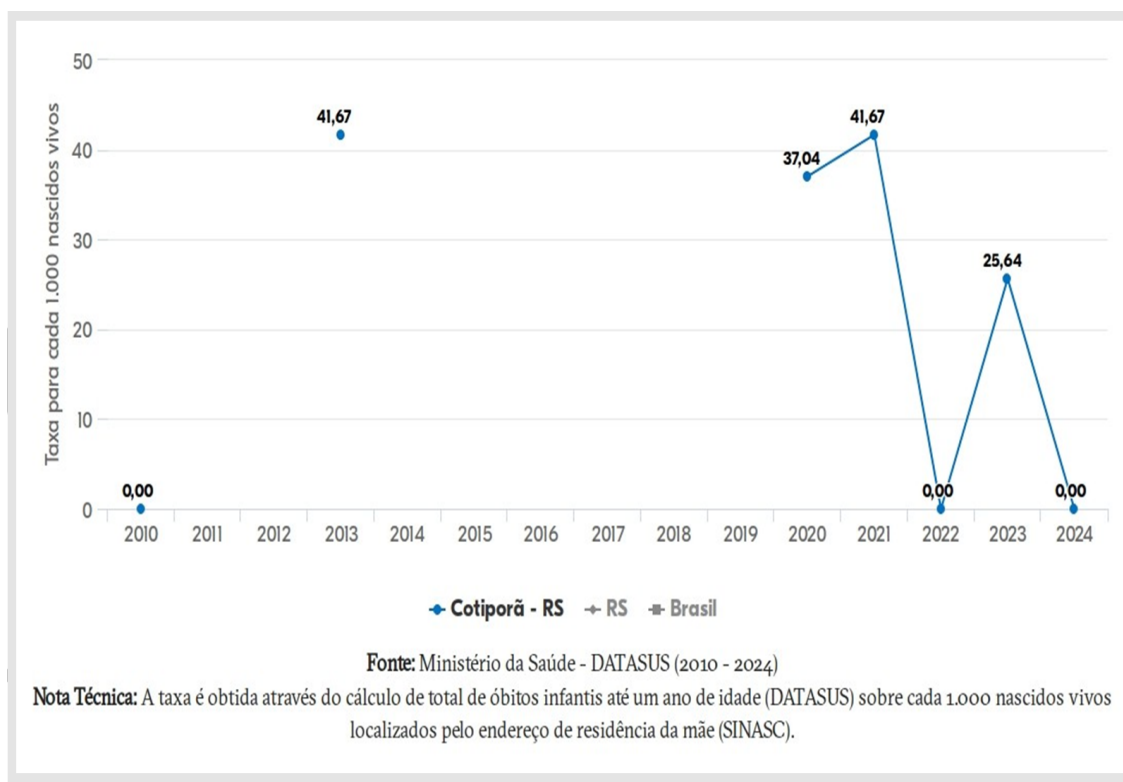


7.1.7 Taxa de mortalidade infantil

Considera crianças até 1 ano de idade. A taxa de mortalidade infantil é calculada com base em dados de nascidos vivos e de mortalidade do Ministério da Saúde. Ela representa a taxa de crianças nascidas vivas que morreram com menos de um ano de idade para cada mil crianças nascidas vivas.

O gráfico abaixo exibe a taxa de mortalidade infantil (óbitos de crianças com até um ano de idade para cada 1.000 nascidos vivos) no município de Cotiporã, Rio Grande do Sul, abrangendo a série histórica de 2010 a 2024. Com dados estruturados a partir do DATASUS e do SINASC, o indicador revela um comportamento com grandes variações e períodos sem registros contínuos na linha. O município registrou taxa zero (0,00) nos anos de 2010, 2022 e 2024, indicando a ausência de óbitos infantis nesses intervalos. Por outro lado, picos expressivos foram observados em 2013 e 2021, ambos atingindo a taxa máxima de 41,67 por mil nascidos vivos, além de registros em 2020 (37,04) e em 2023 (25,64).

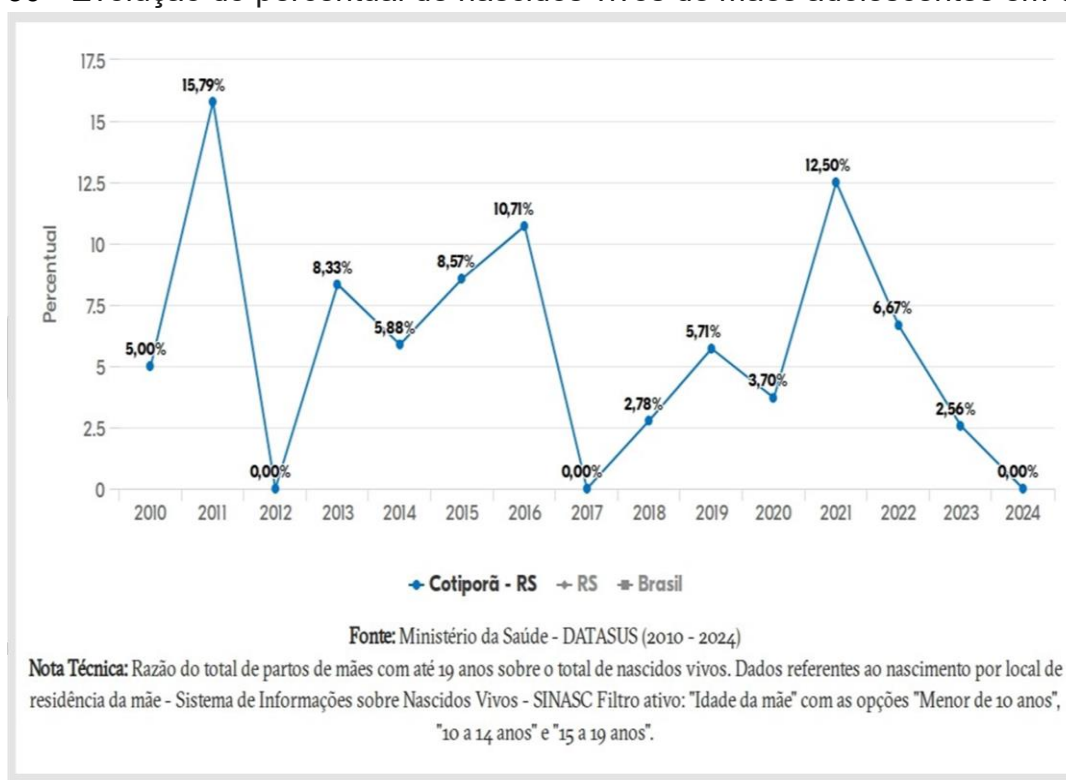
Figura 29 - Taxa de mortalidade infantil no município de Cotiporã



7.1.8 Percentual de partos de mães adolescentes (até 19 anos)

Este indicador apresenta em gráfico a curva do percentual de mães adolescentes do município.

Figura 30 - Evolução do percentual de nascidos vivos de mães adolescentes em Cotiporã

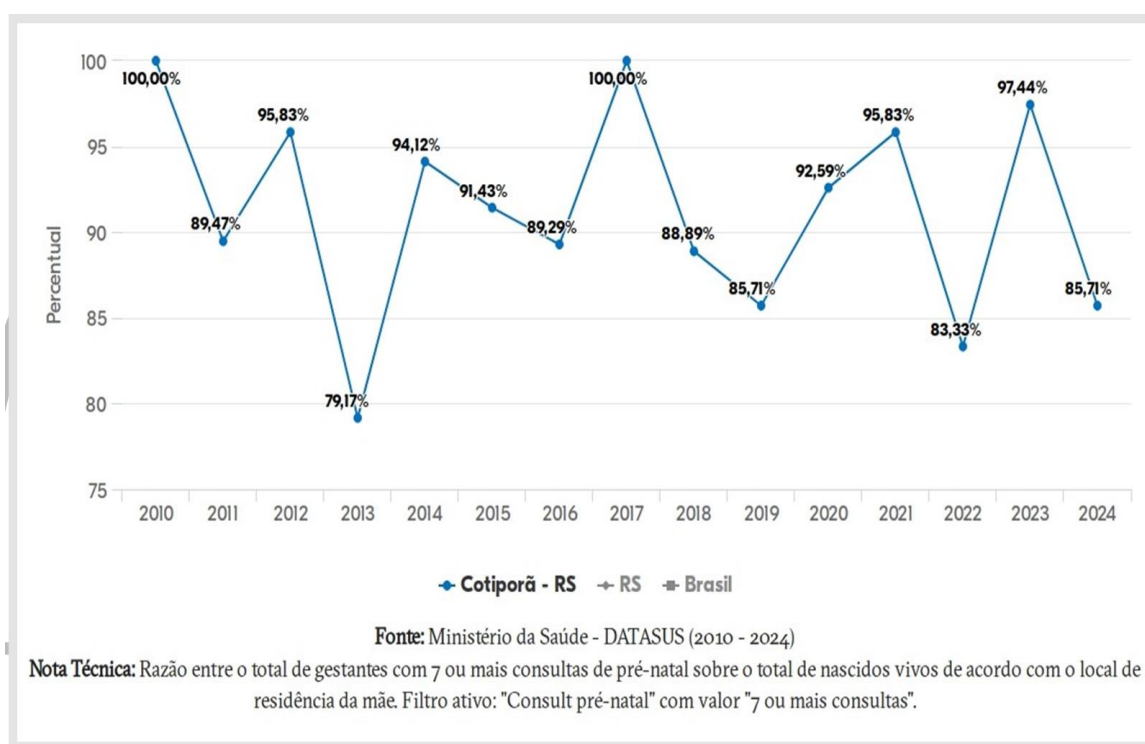


O gráfico ilustra a evolução do percentual de nascidos vivos de mães adolescentes (com até 19 anos de idade) no município de Cotiporã, Rio Grande do Sul, cobrindo o período de 2010 a 2024. Segundo a nota técnica baseada em dados do DATASUS/SINASC, a proporção apresenta uma trajetória de alta volatilidade ao longo da série histórica. O maior registro ocorreu logo no início do recorte, em 2011, quando o índice atingiu o pico de 15,79%, seguido por um segundo salto expressivo em 2021, com 12,50%. Em contrapartida, o município conseguiu zerar esse indicador (0,00%) em três momentos específicos: nos anos de 2012 e 2017, e novamente em 2024. É notável, nos anos mais recentes, uma tendência de queda contínua após o pico de 2021 (passando por 6,67% em 2022 e 2,56% em 2023) até zerar completamente no último ano analisado.

7.1.9 Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal

O aumento das consultas de pré-natal está diretamente relacionado à diminuição da mortalidade infantil e da mortalidade materna. Daí a importância de que as gestantes do estado ou município façam pelo menos sete consultas – o que pode ajudar a melhorar vários outros indicadores, como aleitamento, mortalidade infantil por causas evitáveis e bebês de baixo peso. Para além do número de consultas, é crucial que o atendimento seja de qualidade, dando acesso aos exames necessários e a detecção precoce de riscos.

Figura 31 - Percentual de gestantes que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal em relação ao total de nascidos vivos no município de Cotiporã



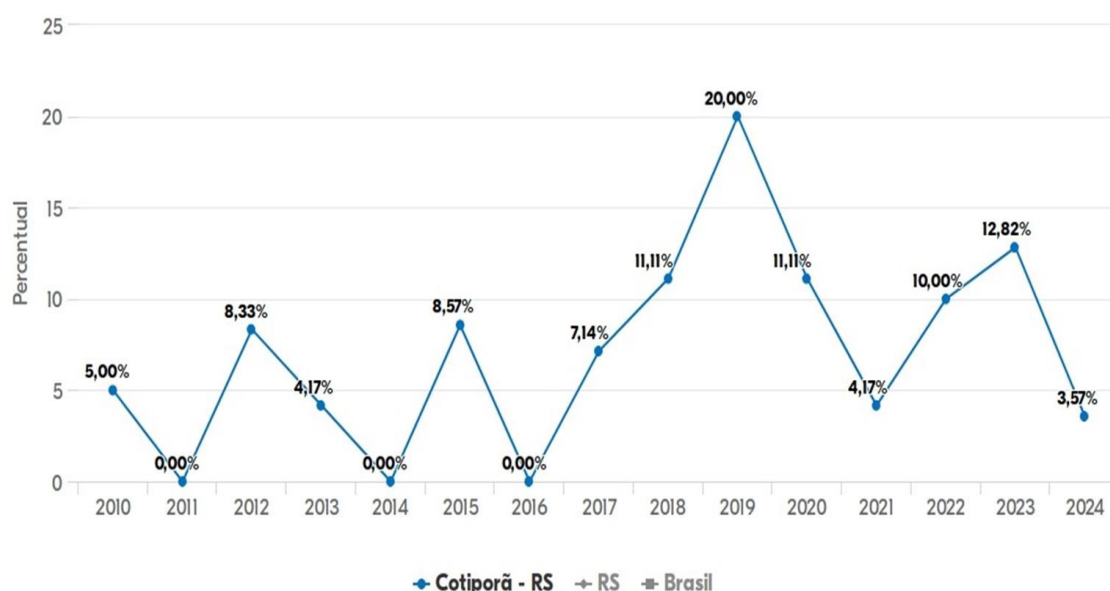
O gráfico apresenta o percentual de gestantes que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal em relação ao total de nascidos vivos no município de Cotiporã, Rio Grande do Sul, abrangendo o período de 2010 a 2024. De acordo com a nota técnica fundamentada em dados do DATASUS, o indicador demonstra um comportamento de constante oscilação, embora majoritariamente posicionado em patamares elevados (acima de 80%). O município

atingiu a cobertura máxima de 100,00% em dois momentos: nos anos de 2010 e 2017. Por outro lado, o menor índice registrado na série histórica ocorreu em 2013, quando o percentual recuou para 79,17%. Nos anos mais recentes, após uma forte queda em 2022 que levou o indicador a 83,33%, houve uma expressiva recuperação em 2023, alcançando 97,44%, seguida por um novo declínio que fechou o ano de 2024 em 85,71%.

7.1.10 Percentual de nascimentos registrados como baixo peso

Este é um indicador de quantas crianças já partem em defasagem no seu processo de desenvolvimento. A prematuridade e as cesarianas também são um importante vetor do baixo peso ao nascer. Investir no fortalecimento da atenção básica, na detecção precoce de fatores de risco e acompanhamento nutricional são medidas que podem contribuir para melhorar esse indicador.

Figura 32 - Percentual de nascidos vivos registrados com baixo peso (menor que 2.500 gramas) em relação ao total de nascimentos no município de Cotiporã



Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2024)

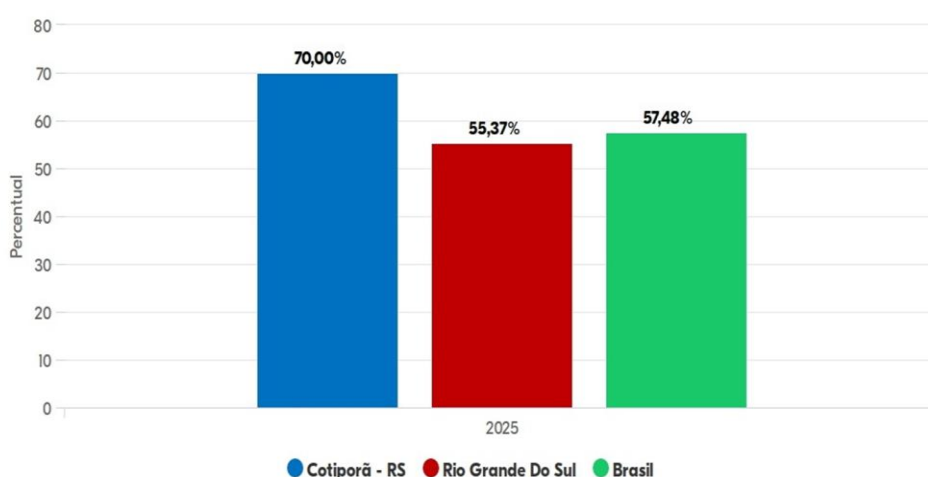
Nota Técnica: Razão entre o total de nascimentos registrados como de baixo peso (menor que 2.500 gramas) sobre o total de nascidos vivos. O baixo peso ao nascer, conforme a Organização Mundial de Saúde, é caracterizado como peso até 2.500 gramas. Filtro ativo: "Peso ao nascer" com a soma dos grupos "Menos de 500g", "500 a 999g", "1000 a 1499g" e "1500 a 2499g".

O gráfico exibe o percentual de nascidos vivos registrados com baixo peso (menor que 2.500 gramas) em relação ao total de nascimentos no município de Cotiporã, Rio Grande do Sul, abrangendo o período de 2010 a 2024. De acordo com a nota técnica baseada em dados do DATASUS, a prevalência de baixo peso ao nascer apresenta um perfil de bastante oscilação ao longo da série histórica. O indicador atingiu a marca de 0,00% (ausência de recém-nascidos com baixo peso) em três ocasiões específicas: nos anos de 2011, 2014 e 2016. Em contrapartida, o maior pico da série foi observado no ano de 2019, quando o índice saltou para 20,00%, seguido por um segundo ápice mais recente em 2023, que registrou 12,82%. No último ano analisado, 2024, houve uma queda expressiva no indicador, fechando o período em 3,57%.

7.1.11 Aleitamento materno em menores de 6 meses de idade

Não existe melhor forma de nutrição para um bebê até os 6 meses de idade do que o leite materno. Por isso, quanto maior o índice de aleitamento materno, melhor para o município.

Figura 33 - Percentual de aleitamento materno exclusivo em crianças menores de 6 meses de idade referente ao ano de 2025



Fonte: SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (2025)

Nota Técnica: Dados obtidos em 15 de julho de 2026 através dos relatórios públicos e consolidados de consumo alimentar do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) para crianças de 0 até 6 meses de idade. *Atenção: Estes dados não correspondem a totalidade de crianças da localidade e dependem do preenchimento das informações pelas secretarias municipais de saúde.* Filtros aplicados: "Faixa etária" com a opção "Menores de 6 meses" e "Tipo de Relatório" com valor "Aleitamento materno exclusivo em menores de 6 meses".

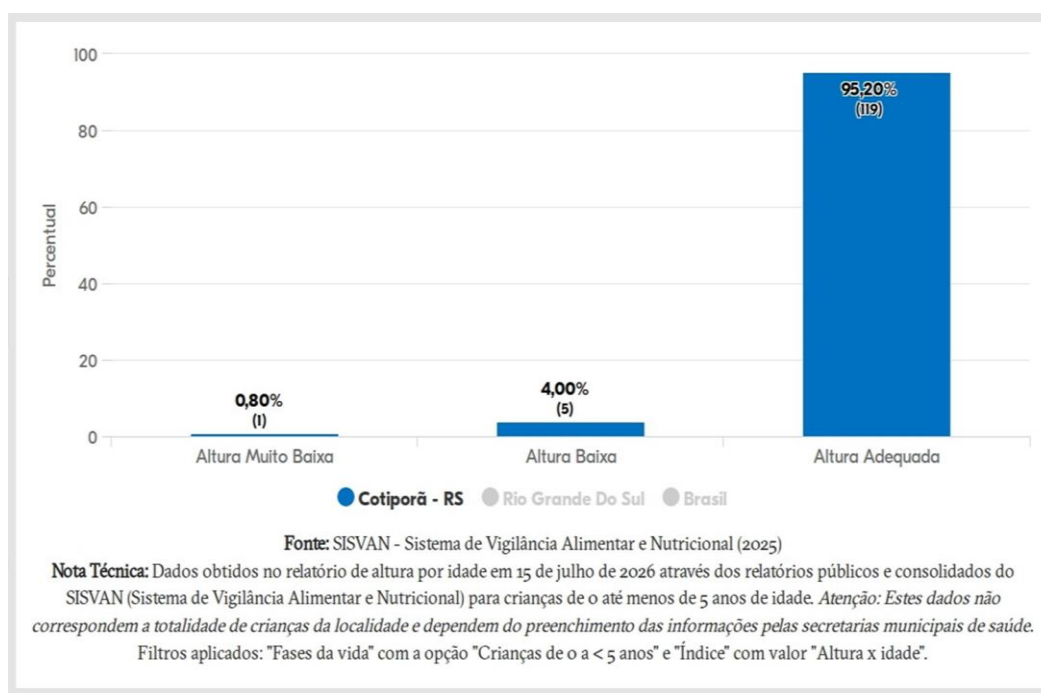
O gráfico apresenta o percentual de aleitamento materno exclusivo em crianças menores de 6 meses de idade referente ao ano de 2025, estabelecendo um comparativo entre o município de Cotiporã, o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil. Os dados foram extraídos em julho de 2026 a partir do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional).

Na análise comparativa, o município de Cotiporã (RS) destaca-se com o melhor desempenho da série, atingindo o índice de 70,00% de aleitamento materno exclusivo. Esse resultado posiciona a localidade significativamente acima da média nacional do Brasil, que registrou 57,48%, e também da média estadual do Rio Grande do Sul, que apresentou o menor indicador entre os três elementos avaliados, fechando o período com 55,37%.

7.1.12 Altura das crianças de 0 a 5 anos

Este é o indicador de desnutrição crônica ou stunting (baixa altura para a idade). O gráfico apresenta um retrato da situação das crianças do município ou do estado, em relação às de outros estados e do país.

Figura 34 - perfil do estado nutricional de crianças com até menos de 5 anos de idade no município de Cotiporã



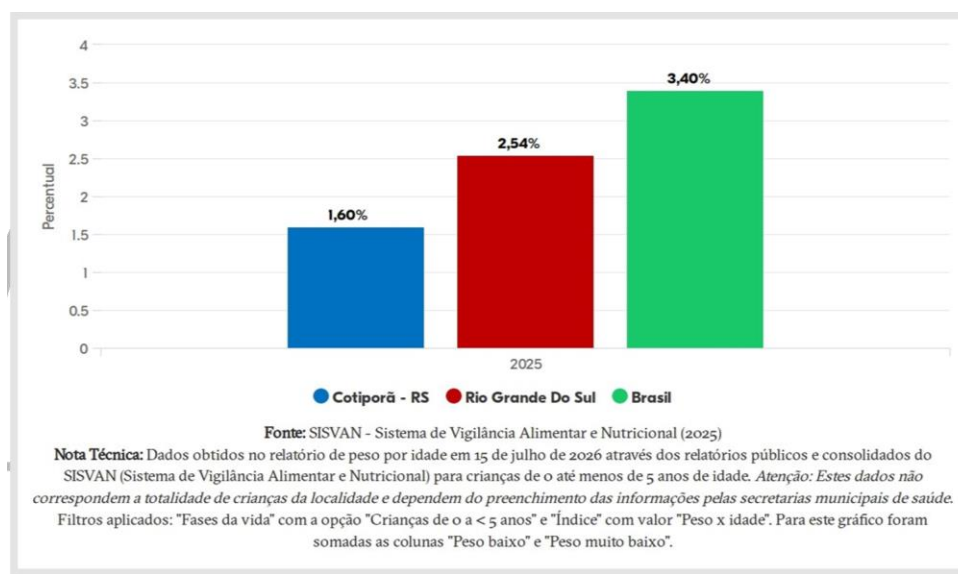
O gráfico apresenta o perfil do estado nutricional de crianças com até menos de 5 anos de idade no município de Cotiporã, Rio Grande do Sul, sob o índice de altura por idade para o ano de 2025. Extraídos do SISVAN em julho de 2026, os dados revelam um cenário altamente positivo para a saúde infantil local, concentrando a grande maioria dos indivíduos no patamar ideal de desenvolvimento.

A maioria das crianças acompanhadas encontra-se na categoria de Altura Adequada, registrando 95,20% do total, o que corresponde a 119 crianças. Os índices de déficit de crescimento mostram-se bastante residuais no município: a categoria de Altura Baixa responde por apenas 4,00% (5 crianças) e o extremo de Altura Muito Baixa representa somente 0,80% do total, equivalente a apenas 1 criança monitorada.

7.1.13 Peso baixo em crianças de 0 a 5 anos

Esse indicador traz a quantidade de crianças que podem estar mal nutridas — e, portanto, com o desenvolvimento comprometido — no município ou no estado.

Figura 35 - Análise comparativa do percentual de déficit de peso infantil



O gráfico apresenta uma análise comparativa do percentual de déficit de peso infantil (soma das colunas de "Peso baixo" e "Peso muito baixo" sob o índice de peso por idade) para o ano de 2025, estabelecendo um paralelo entre o município de Cotiporã, o estado do

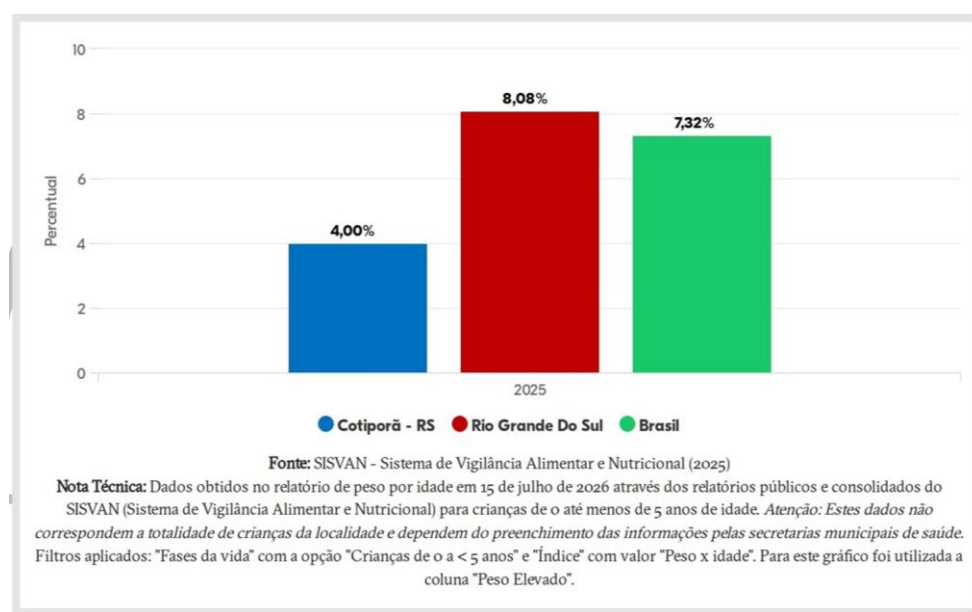
Rio Grande do Sul e o Brasil. Os dados foram extraídos em julho de 2026 a partir dos relatórios públicos e consolidados do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) para a faixa etária de zero a menores de 5 anos de idade.

Na comparação dos indicadores, o município de Cotiporã (RS) apresenta o cenário mais favorável entre as três instâncias analisadas, registrando o menor índice de déficit ponderal com apenas 1,60%. Esse resultado posiciona a localidade abaixo da média estadual do Rio Grande do Sul, que fechou o período com 2,54%, e significativamente abaixo da média nacional do Brasil, que registrou a maior prevalência do indicador com 3,40%.

7.1.14 Peso elevado em crianças de 0 a 5 anos

Do outro lado do espectro do peso infantil, o fenômeno da obesidade tem crescido. É um sinal de problemas para a saúde da criança, como diabetes ainda na infância e exposição a questões psicológicas e sociais, como bullying. O peso elevado pode indicar má alimentação e sedentarismo, dois fatores que prejudicam o desenvolvimento pleno na primeira infância. Políticas de combate a este problema incluem orientação nutricional por parte de equipes de saúde da família e melhora do cardápio em creches e pré-escolas. O indicador traz o percentual de crianças acima do peso por estado ou município.

Figura 36 - Análise comparativa do percentual de crianças com peso elevado





O gráfico apresenta uma análise comparativa do percentual de crianças com peso elevado (na faixa etária de 0 a menores de 5 anos de idade) para o ano de 2025, estabelecendo um paralelo entre o município de Cotiporã, o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil. Os dados foram obtidos em julho de 2026 por meio dos relatórios consolidados do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional).

Na comparação dos indicadores, o município de Cotiporã (RS) registrou o menor índice de peso elevado infantil entre as três instâncias, com 4,00%. Esse resultado demonstra um cenário mais favorável do que a média nacional do Brasil, que fechou o período com 7,32%, e também do que a média estadual do Rio Grande do Sul, que apresentou a maior prevalência do indicador, atingindo 8,08%.

8. PRIMEIRA INFÂNCIA E EVENTUAL SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL

8.1 Conselho Tutelar

No contexto de políticas públicas de proteção à infância no município de Cotiporã (RS), a relação entre o Conselho Tutelar e o PMPI (Plano Municipal pela Primeira Infância) é a base para a garantia de direitos e proteção integral de crianças de 0 a 6 anos.

Ele não apenas aplica as medidas de proteção do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), mas serve de pilar para o diagnóstico da realidade local de três formas principais:

- **Produção de Diagnósticos e Dados Reais:** Ao atender casos de negligência, violência ou falta de acesso a serviços públicos.
- **Articulação com a Rede de Apoio:** O Conselho atua diretamente integrado ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), às escolas de educação infantil e às unidades de saúde locais. Essa ponte garante que o fluxo de atendimento da primeira infância seja rápido e desburocratizado.
- **Fiscalização de Políticas Públicas:** O Conselho Tutelar tem a atribuição legal de cobrar do poder público municipal a efetivação de metas — agindo como um fiscalizador para que o plano saia do papel e se converta em orçamento garantido.



Tabela Comparativa 1: Ações do Conselho Tutelar de Cotiporã (2025)

Ação / Descrição das Atividades	1º Trimestre 2025	2º Trimestre 2025	3º Trimestre 2025	Total Acumulado
Ações junto às escolas e rede de proteção	28	82	58	168
Advertências e orientações	15	53	109	177
Visitas domiciliares	-	27	32	59
Atendimento presencial na sede	21	7	23	51
Ofícios e e-mails (enviados e recebidos)	-	12	21	33
Reuniões de colegiado conforme ata	12	10	12	34
Denúncias recebidas	12	6	14	32
Notificações expedidas	7	3	6	16
Medidas de proteção aplicadas / Termo de compromisso	7	-	5	12
Total Geral de Ações	102	200	280	582

Tabela Comparativa 2: Outras Ações e Registros Específicos

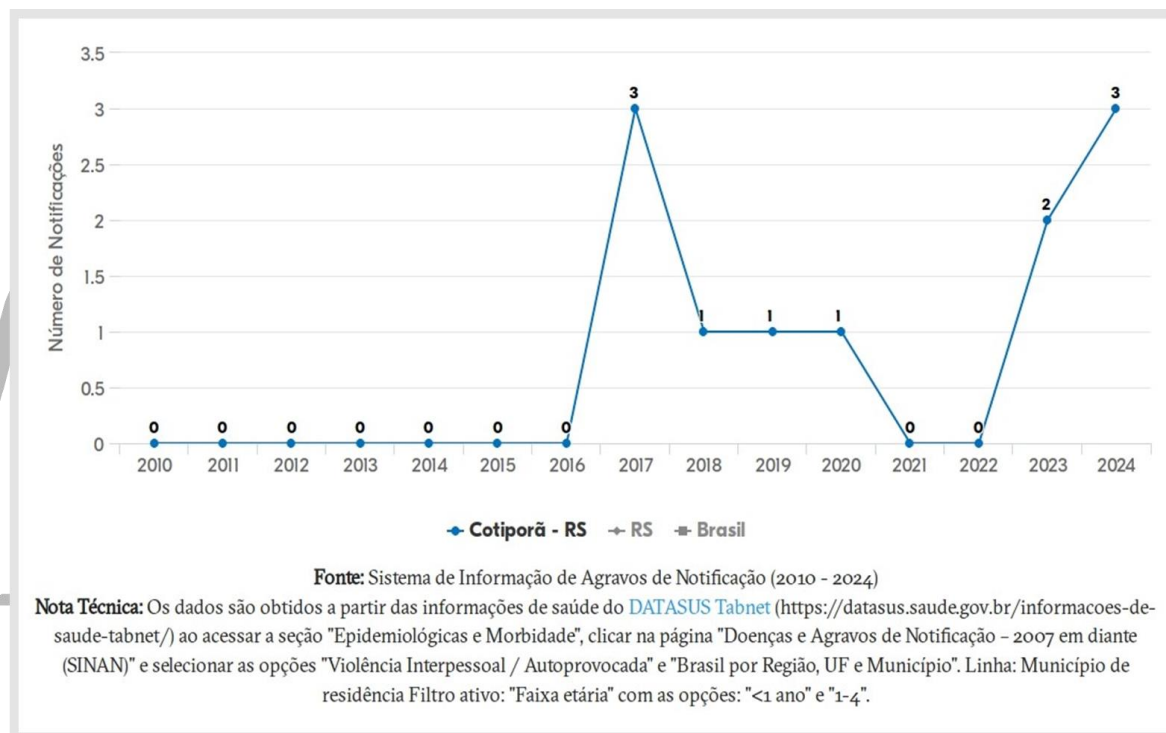
Ação / Descrição das Atividades	1º Trimestre 2025	2º Trimestre 2025	3º Trimestre 2025	Total Acumulado
Ações e intercomunicações com outros conselhos/escolas	8	12	16	36
Encontros de formação / Capacitação das conselheiras	-	16	3	19
Destituição de poder familiar	2	-	-	2
Encaminhamentos efetuados	5	-	-	5
Total Outras Ações	15	28	19	62

8.1.1 Notificações de casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos

Refere-se aos atendimentos médicos de crianças no Brasil, estado ou município que tiveram como causa um ato violento – quase sempre, dada a falta de autonomia das crianças, violência doméstica. Trata-se, portanto, da ponta do iceberg: intui-se que, para cada um desses casos, há uma série de atos violentos que não chegaram ao ponto de exigir atendimento médico. Entre os grandes auxiliares na tarefa de identificar riscos de violência estão os professores de creches e pré-escolas e as equipes do programa Estratégia Saúde da Família (ESF) ou outros programas sociais.

O gráfico abaixo apresenta o número de notificações de violência interpessoal ou autoprovocada na faixa etária de menores de 1 ano e de 1 a 4 anos de idade no município de Cotiporã, Rio Grande do Sul, abrangendo o período de 2010 a 2024. De acordo com a nota técnica fundamentada em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN/DATASUS), os registros mantiveram-se zerados (0) durante uma longa sequência inicial, de 2010 a 2016.

Figura 37 - Número de notificações de violência interpessoal ou autoprovocada na faixa etária de menores de 1 ano e de 1 a 4 anos de idade no município de Cotiporã



O primeiro pico da série histórica ocorreu em 2017, com o registro de 3 notificações, seguido por uma estabilização em 1 caso anual entre os anos de 2018 e 2020. Após uma nova queda que zerou as notificações nos anos de 2021 e 2022, o município voltou a registrar uma tendência de alta no período recente, contabilizando 2 notificações em 2023 e retornando ao patamar máximo de 3 casos em 2024.

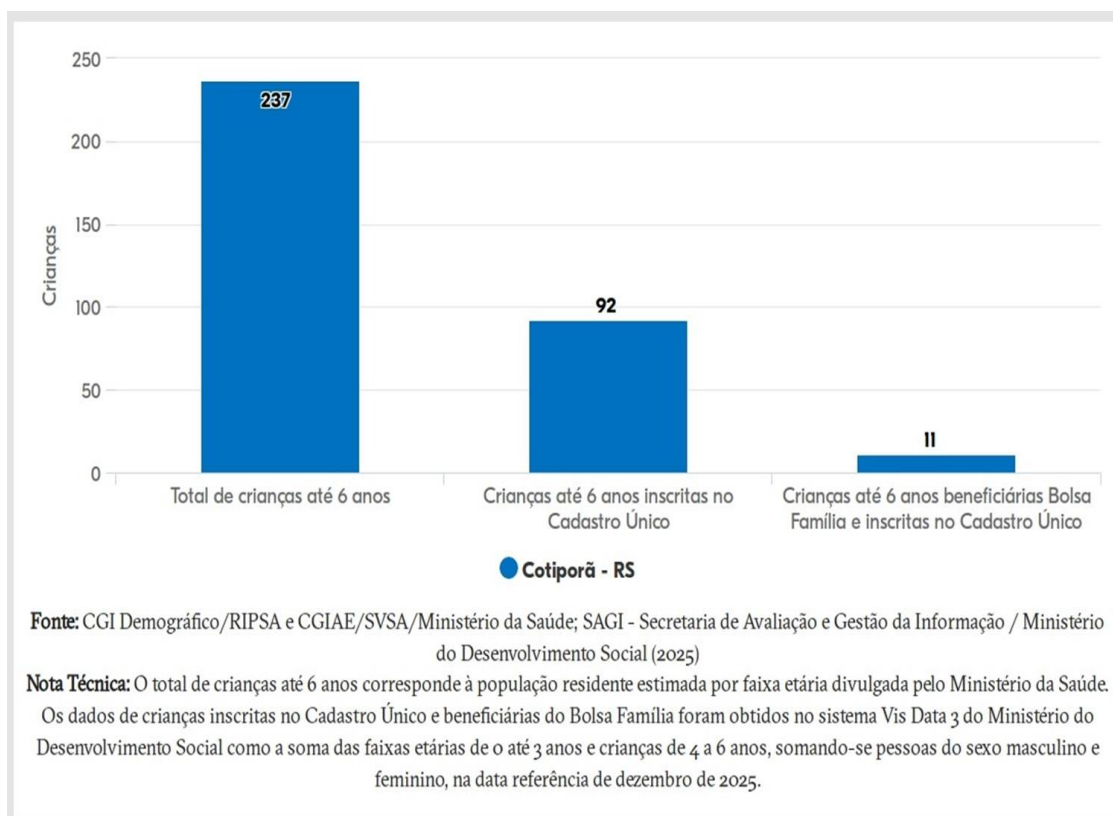
8.2 Primeira Infância e Assistência Social

8.2.1 Crianças entre 0 e 6 no Cadastro Único e Bolsa Família

Esta visualização ajuda a identificar a quantidade de crianças de 0 a 6 anos que estão em situação de pobreza. São exibidos três indicadores. Primeiro, o total de crianças na faixa etária, seguido pelo total de crianças na mesma faixa etária inscritas no cadastro único e o total de crianças de mesma idade que é simultaneamente inscrita no cadastro único e que recebe Bolsa Família. Com estes dados é possível identificar a

proporcionalidade de crianças em vulnerabilidade social no município e quantas são atendidas pelo Bolsa Família.

Figura 39 - Panorama de vulnerabilidade social e cadastral da população infantil do município de Cotiporã



O gráfico apresenta o panorama de vulnerabilidade social e cadastral da população infantil do município de Cotiporã, Rio Grande do Sul, com foco na faixa etária de até 6 anos, tendo como data de referência o mês de dezembro de 2025. Os dados são baseados em estimativas do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social (sistema Vis Data 3).

O município registra um total estimado de 237 crianças de até 6 anos residentes em seu território. Desse contingente populacional, 92 crianças estão inscritas no Cadastro Único, o que indica que uma parcela expressiva da infância local está mapeada pelos sistemas de assistência social. Por fim, um grupo mais restrito de 11 crianças atende simultaneamente aos critérios de vulnerabilidade econômica, sendo beneficiárias do Programa Bolsa Família, além de estarem devidamente registradas no Cadastro Único.



8.2.2 Estrutura e Operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A Política de Assistência Social no Município de Cotiporã é coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sendo operacionalizada de forma descentralizada e participativa. De acordo com os parâmetros da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), o município enquadra-se no nível de Gestão Básica, classificado como Município de Pequeno Porte I (população de até 20.000 habitantes).

A rede socioassistencial local articula as ações públicas e as organizações da sociedade civil (rede privada), estruturando as atenções com foco prioritário na matriz familiar e na territorialização das demandas. No tocante à rede privada regularizada e inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), o município conta com a parceria da ASCAR/EMATER, que atua de forma integrada ao SUAS no território.

8.2.3 Financiamento e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)

O suporte financeiro das ações socioassistenciais em Cotiporã é centralizado no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), instituição criada pela Lei Municipal nº 901/1997 e dotada de CNPJ próprio. A sustentabilidade orçamentária do fundo é garantida por um modelo tripartite que envolve contrapartidas do Tesouro Municipal e repasses fundo a fundo das esferas estadual e federal, seguindo rigorosamente o planejamento legal do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para organizar seu atendimento, o município estrutura sua rede nos diferentes níveis de complexidade exigidos pela legislação nacional. A Proteção Social Básica (PSB), focada na prevenção de riscos e no fortalecimento de vínculos, é integralmente executada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Na Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, mesmo sem possuir um CREAS físico devido ao seu porte populacional, a equipe técnica municipal realiza o acompanhamento de violações de direitos, como violências e negligências. Por fim, os Serviços de Alta Complexidade garantem a proteção integral a crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade extrema, articulando-se com redes regionais sempre que necessário.



8.3 Proteção Social Básica e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

8.3.1 Serviços, Programas e Benefícios Ofertados

O CRAS consolida-se como a principal porta de entrada da assistência social no território. A Proteção Social Básica do município está devidamente estruturada, assegurando o acompanhamento técnico qualificado e a articulação intersetorial por meio do seguinte portfólio de serviços e programas:

- **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF):** Trabalho social continuado com famílias com o objetivo de fortalecer a função protetiva e prevenir rupturas de vínculos;
- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):** Atividades artísticas, culturais, de lazer e desportivas organizadas em grupos, de acordo com as faixas etárias;
- **Gestão do Cadastro Único (CadÚnico):** Identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda para inserção em programas sociais;
- **Programa Bolsa Família:** Monitoramento das condicionalidades de saúde e educação e transferência de renda;
- **Programa Primeira Infância Melhor (PIM):** Ações integradas de base estadual focadas no desenvolvimento integral infantil;
- **Benefícios Eventuais:** Concessão de auxílios natalidade, funeral, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, em caráter suplementar e provisório;

8.3.2 Produção de Serviços e Indicadores de Atendimento da Proteção Social Básica

Para monitorar a eficiência da Proteção Social Básica em Cotiporã, a coordenação acompanha sistematicamente os registros administrativos consolidados em 2025 pelo sistema GeSuas, extraídos dos Relatórios Mensais de Atendimentos (RMA). A análise histórica aponta uma demanda contínua por atendimentos particularizados, com um pico atípico em outubro decorrente de uma ação estratégica de busca ativa para a revisão do Cadastro Único (CadÚnico). Essa mobilização foi motivada pela necessidade de regularizar



um grande volume de cadastros desatualizados, garantindo a manutenção de benefícios sociais para as famílias elegíveis.

Paralelamente, às visitas domiciliares se consolidaram como um pilar essencial da gestão e do diagnóstico *in loco*. Esse instrumento técnico permitiu a identificação precoce de vulnerabilidades ocultas, o monitoramento de beneficiários de programas de transferência de renda e o acompanhamento de situações complexas de risco, como violência, negligência e barreiras de acesso a serviços públicos. O contato direto e humanizado com o núcleo familiar viabiliza a elaboração de estudos sociais e orientações precisas sobre benefícios eventuais, assegurando intervenções técnicas mais eficazes e adequadas à realidade do território.

8.3.3 Continuidade e Retenção no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

No âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o município manteve uma média constante de 26 famílias acompanhadas de forma contínua ao longo de 2025. Essa estabilidade reflete a complexidade das demandas locais e o rigor metodológico da equipe técnica com a longitudinalidade do cuidado, que transcende o atendimento pontual para focar no fortalecimento dos vínculos familiares e no acesso a direitos. Muitas dessas situações exigem intervenções prolongadas, escuta qualificada e articulação intersetorial com a saúde, educação e habitação, operando no limite da capacidade operacional da equipe para garantir a excelência.

No que se refere aos benefícios eventuais, que são provisões suplementares e temporárias regulamentadas pela Lei Municipal nº 2.403/2015 e pela Lei Federal nº 8.742/1993, o município atua para subsidiar famílias em vulnerabilidades imediatas. Ao longo de 2025, o auxílio-alimentação consolidou-se como a principal demanda do período, totalizando 52 concessões e evidenciando o foco no combate à insegurança alimentar temporária. Em contrapartida, as modalidades de auxílio-natalidade e outros benefícios eventuais por vulnerabilidade ou calamidade pública não registraram demandas ou concessões no referido exercício.



8.3.4 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O SCFV é executado de forma direta pela equipe técnica do PAIF no âmbito do CRAS, garantindo a indissociabilidade entre o acompanhamento familiar individualizado e as intervenções coletivas. Conforme os registros oficiais do Sistema de Informações do SCFV (SISC), o perfil de usuários atendidos em **2025** apresentou a seguinte distribuição por faixa etária:

- **0 a 17 anos:** 44 usuários;
- **18 a 59 anos:** 09 usuários;
- **60 anos ou mais (Idosos):** 104 usuários.

A expressiva concentração de idosos no serviço (**66% do público total**) ratifica o cenário de transição demográfica do município e justifica o direcionamento estratégico de metas para a ampliação de grupos da terceira idade, diversificação das atividades de envelhecimento ativo e fortalecimento da equipe técnica de referência para este segmento.

Perfil Socioeconômico e Governança do Cadastro Único (CadÚnico)

O Cadastro Único consolidou-se como a ferramenta central de diagnóstico e inserção da população vulnerável em redes de proteção e transferência de renda. O controle e a atualização dos dados competem ao município, enquanto a concessão de benefícios como o Bolsa Família permanece sob égide da União.

O panorama socioeconômico das **479 famílias cadastradas** no município demonstra as seguintes especificidades:

Distribuição por Faixa de Renda (Famílias)

- **Pobreza (Renda Crítica):** 21 famílias (4% do total);
- **Baixa Renda:** 47 famílias (10% do total);
- **Acima de Meio Salário-Mínimo *per capita*:** 411 famílias (86% do total).

8.3.5 Perfil Individual dos Cadastrados

O cadastro social de Cotiporã abrange um total de 1.185 indivíduos, apresentando uma sutil predominância feminina, com 603 mulheres frente a 563 homens, o que reflete o papel central da mulher como referência e arrimo familiar. No que tange à estratificação por



renda, a base aponta 56 pessoas (5%) em situação de pobreza, 150 (13%) em baixa renda e 979 (83%) com rendimento superior a meio salário-mínimo. O município demonstra elevada eficiência operacional na manutenção desses dados, registrando uma Taxa Geral de Atualização de 84% (402 famílias com dados em dia) e um índice ainda maior de focalização na baixa renda, que atinge 88% de atualização entre os núcleos com renda de até meio salário-mínimo (60 cadastros prioritários).

No âmbito dos programas de transferência de renda, o Programa Bolsa Família (Lei Federal nº 14.601/2023) atua de forma transversal e atendeu, em dezembro de 2025, 18 famílias beneficiárias, totalizando 47 indivíduos. A governança local exhibe altos índices de eficiência no monitoramento das condicionalidades obrigatórias, alcançando 97,1% de cobertura na agenda da saúde (33 beneficiários acompanhados) e 85,0% na agenda da educação (17 crianças e adolescentes monitorados), além de uma Taxa de Atualização Cadastral de 78,7% para o público de baixa renda. O perfil demográfico do programa também ratifica a centralidade feminina, uma vez que as mulheres representam 61,7% (29 pessoas) do público total beneficiado, evidenciando a importância de se manter canais intersetoriais permanentes entre Saúde, Educação e Assistência Social para sustentar esses indicadores e superar as vulnerabilidades.

8.4 Programas de Desenvolvimento na Primeira Infância e Ações Coletivas

8.4.1 Primeira Infância Melhor (PIM)

O município executa de forma consolidada o programa Primeira Infância Melhor (PIM), uma política pública do Estado do Rio Grande do Sul focada no desenvolvimento integral infantil de zero a seis anos e no suporte às gestantes. Atualmente, a iniciativa atende 20 crianças e uma gestante em situação de vulnerabilidade, operando por meio de visitas domiciliares sistemáticas conduzidas por uma visitadora sob supervisão técnica. A governança do PIM em Cotiporã é estruturada de maneira intersetorial pelo Grupo Técnico Municipal (GTM), composto por representantes das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, o que garante uma abordagem integral no estímulo cognitivo, motor e afetivo durante a primeira infância.

Além disso, ao longo do exercício de 2025, a Proteção Social Básica utilizou datas comemorativas como eixos de mobilização e fortalecimento de vínculos comunitários,



alcançando expressiva adesão popular. Entre as principais ações destacam-se a Tarde Inclusiva, que reuniu cerca de 200 participantes em atividades de recreação psicopedagógica para Pessoas com Deficiência (PCD); o Dia Municipal do Idoso, que integrou aproximadamente 600 idosos em atividades culturais e de lazer; e o Dia da Mulher, encontro focado no protagonismo feminino que contou com cerca de 500 mulheres. O município também realizou a Campanha Faça Bonito, voltada à conscientização e ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de metodologias de escuta ativa. Para dar suporte financeiro e garantir a continuidade e a qualificação desses serviços de Proteção Básica, Cotiporã conta com os repasses do Piso Gaúcho Regular, fundo estadual que assegura o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais do SUAS.

8.4.2 Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade)

O diagnóstico organizacional de Cotiporã aponta que o município não possui uma estrutura própria e isolada para a Proteção Social Especial, dada a inexistência de uma unidade física do CREAS. Diante disso, as demandas especializadas de média e alta complexidade são absorvidas e executadas de forma direta e emergencial pela equipe técnica da Proteção Social Básica (CRAS), garantindo a retaguarda protetiva e a defesa de direitos na região.

No âmbito da Proteção Social de Média Complexidade, que atua nas violações de direitos sem rompimento de vínculos, destacam-se duas grandes frentes: o Programa Sentido do Amor e a parceria com a APAE de Veranópolis/RS. O programa municipal atende semanalmente nove crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência intelectual, focando na habilitação e reabilitação desse público. Essa iniciativa possui meta de ampliação devido ao aumento progressivo de diagnósticos locais e à escassez regional de espaços qualificados para estímulos precoces. Complementarmente, o termo contratual ativo com a APAE do município vizinho assegura o atendimento clínico e pedagógico especializado a mais 12 pessoas com deficiência residentes em Cotiporã.

Por fim, as ações da Proteção Social de Alta Complexidade abrangem o acolhimento institucional e o abrigamento de indivíduos com vínculos familiares rompidos ou suspensos.



No ano de 2025, o município monitorou os casos de três crianças ou adolescentes em regime de abrigamento. O trabalho da equipe técnica nesses casos compreende o acompanhamento dos usuários em casas-lares e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), a mediação para a reconstrução dos vínculos com as famílias de origem e a avaliação contínua das condições de acolhimento oferecidas.

9. REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS PARA PRIMEIRA INFÂNCIA

O desenvolvimento integral das crianças de zero a seis anos não ocorre de forma isolada, mas a partir de uma teia de cuidados que envolve a família, a comunidade e o Estado. Para que o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) se concretize em ações efetivas, é indispensável a articulação sinérgica de uma rede intersetorial capaz de enxergar a criança em sua totalidade.

Este capítulo apresenta e define os pilares da Rede de Serviços Públicos do nosso município, detalhando como as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação se conectam às entidades de atendimento, aos órgãos de controle social e de defesa de direitos, como o COMDICA e o Conselho Tutelar, e às estratégias de base como a Rede de Apoio à Escola (RAE). Mais do que listar competências, as páginas a seguir exploram as diretrizes e os compromissos práticos que serão trabalhados ao longo dos próximos anos para transformar essa estrutura em um ecossistema vivo, acolhedor e protetivo para a primeira infância.

A articulação de todos os atores e eixos apresentados neste capítulo constitui a espinha dorsal para que o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) deixe de ser um conjunto de intenções e se transforme em realidade cotidiana. A consolidação dessa rede integrada exige o abandono de uma cultura de atuação isolada, substituindo-a por fluxos permanentes de diálogo, compartilhamento de dados e corresponsabilidade. Ao pactuar as atribuições e os pontos de atenção da Assistência Social, Saúde, Educação, órgãos de controle e defesa, e das redes de apoio, o município dá um passo decisivo. O compromisso firmado a partir destas diretrizes garante que cada esforço institucional se converta em um impacto real, seguro e transformador na vida das crianças que representam o presente e o futuro da nossa comunidade.



9.1 Assistência Social

É a política pública (organizada pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS) responsável por garantir a proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco social ou violação de direitos. Na primeira infância, atua principalmente por meio dos CRAS, CREAS e programas de transferência de renda e visitação.

O que será trabalhado no PMPI:

- **Mapeamento de Vulnerabilidades:** Identificação de crianças de 0 a 6 anos em extrema pobreza ou situação de risco no município.
- **Fortalecimento de Vínculos:** Expansão de programas de parentalidade, focando no fortalecimento dos laços familiares e comunitários.
- **Proteção Especial:** Criação de protocolos rápidos de acolhimento e proteção para crianças vítimas de negligência, abandono ou violência.
- **Acesso a Benefícios:** Garantia de que todas as famílias elegíveis estejam no Cadastro Único (CadÚnico) e tenham acesso a benefícios de transferência de renda e segurança alimentar.

9.2 Saúde

Rede estruturada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que atua na promoção, prevenção e recuperação da saúde. Para a primeira infância, abrange desde o planejamento familiar e o pré-natal até o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança (puericultura).

O que será trabalhado no PMPI:

- **Atenção Materno-Infantil:** Qualificação do pré-natal, humanização do parto e estímulo ao aleitamento materno.
- **Cobertura Vacinal:** Estratégias de busca ativa para garantir que 100% das crianças estejam com o calendário vacinal em dia.
- **Desenvolvimento Infantil:** Capacitação de profissionais da Atenção Básica para identificar precocemente atrasos no desenvolvimento (físico, cognitivo ou espectro autista) e encaminhamento rápido para intervenção precoce.



- **Nutrição e Saúde Mental:** Ações de combate à desnutrição e à obesidade infantil, além de suporte à saúde mental das mães (prevenção da depressão pós-parto).

9.3 Educação

Rede responsável por garantir o direito à Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, que engloba creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos e 11 meses), promovendo o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança.

O que será trabalhado no PMPI:

- **Expansão de Vagas:** Metas claras para zerar a fila de espera na pré-escola e ampliar progressivamente o acesso a creches, priorizando as famílias mais vulneráveis.
- **Qualidade do Ensino:** Adequação da infraestrutura das escolas (parques, acessibilidade, segurança) e fornecimento de materiais pedagógicos adequados à faixa etária.
- **Formação Continuada:** Capacitação de professores e cuidadores em temas como educação inclusiva, cultura da paz e marcos do desenvolvimento infantil.
- **Transição Escolar:** Criação de diretrizes para que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra de forma acolhedora e sem rupturas bruscas.

9.4 Entidades de Atendimento à Primeira Infância

Organizações da Sociedade Civil (OSCs), ONGs e instituições filantrópicas que prestam serviços complementares ou parceiros ao poder público nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e cultura voltados para crianças pequenas.

O que será trabalhado no PMPI:

- **Regulamentação e Parcerias:** Estabelecimento de critérios claros para o repasse de recursos e a celebração de termos de fomento ou colaboração.
- **Padrões de Qualidade:** Exigência de que as entidades sigam os mesmos parâmetros de qualidade e diretrizes estabelecidos pelas políticas públicas municipais.
- **Integração:** Inserção dessas entidades na rede intersetorial, garantindo que elas participem dos fluxos de encaminhamento (ex: referenciar uma família atendida pela ONG ao CRAS).



9.5 Controle Social – COMDICA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) é o órgão paritário (governo e sociedade civil) responsável por formular, deliberar e controlar as políticas públicas voltadas à infância e gerir o Fundo Municipal (FMDCA).

O que será trabalhado no PMPI:

- **Monitoramento e Avaliação:** Definição do papel do COMDICA como o principal avaliador das metas do PMPI, garantindo que o plano saia do papel.
- **Captação de Recursos:** Estratégias para fortalecer o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, direcionando editais especificamente para projetos de primeira infância.
- **Participação Cidadã:** Promoção de espaços de escuta, incluindo a criação de metodologias para ouvir as próprias crianças (escuta infantil) e suas famílias na avaliação das políticas públicas.

9.6 Conselho Tutelar

Órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, atuando sempre que houver omissão do Estado, da família ou da sociedade, ou em caso de abuso.

O que será trabalhado no PMPI:

- **Condições de Trabalho:** Garantia de infraestrutura adequada (veículos, sede estruturada, internet) para que os conselheiros possam atuar de forma ágil e segura.
- **Capacitação:** Treinamento específico para os conselheiros sobre as particularidades e vulnerabilidades da *primeira infância* (como sinais não-verbais de abuso em bebês).
- **Fluxos Intersetoriais:** Criação de protocolos claros de comunicação e encaminhamento entre o Conselho Tutelar, as escolas, os postos de saúde e a rede de assistência social, evitando a revitimização da criança.



9.7 Rede de Apoio à Escola (RAE)

Uma rede colaborativa e intersetorial que conecta a escola a outros serviços públicos (saúde, assistência social, segurança, conselho tutelar) e à comunidade, com o objetivo de apoiar o ambiente escolar e resolver problemas que afetam a aprendizagem e o bem-estar da criança.

O que será trabalhado no PMPI:

- **Protocolos de Alerta:** Criação de mecanismos onde a escola funciona como um "radar" (ex: identificar marcas de violência, desnutrição ou faltas recorrentes) e aciona a RAE rapidamente.
- **Ações Preventivas Multidisciplinares:** Realização de atividades conjuntas, como profissionais da saúde indo às creches para avaliações odontológicas, oftalmológicas ou campanhas de vacinação in loco.
- **Apoio às Famílias:** Uso da rede para aproximar a família da escola, oferecendo suporte psicológico ou encaminhamento para a assistência social quando os professores perceberem que o núcleo familiar está em crise.



10. EIXOS OPERATIVOS

10.1 Eixo 1 – Educação e Lazer

Indicador: Taxa de Atendimento em Creche (0 a 3 anos)		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Educação e Desporto												
META	Ampliar a oferta de vagas em Creches (0 a 3 anos) para atender, no mínimo, 50% das crianças dessa faixa etária até 2031, priorizando as famílias inscritas no CadÚnico e mães solo.	10%	20%	30%	40%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	
META	Ofertar Atendimentos Psicopedagógicos e Atendimento Educacional Especializado (AEE) às crianças da etapa Creche.		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Contratação de profissionais especializados - AEE e Psicopedagoga.
Indicador: Taxa de Atendimento na Pré-Escola (4 a 5 anos)		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Educação e Desporto												
META	Implantar progressivamente o tempo integral na Pré-Escola, atingindo 60% até 2031 e 80% até 2036.	50%	50%	50%	60%	60%	60%	65%	70%	75%	80%	Considerando que a oferta de Educação Infantil em período integral não possui caráter obrigatório, poderá não ser atingido o percentual de 100% de matrículas nos turnos matutino e vespertino, em



												razão da opção das famílias pelo atendimento em turno parcial, preferencialmente no período da tarde.
META	Ofertar Atendimentos Psicopedagógicos e Atendimento Educacional Especializado (AEE) às crianças da etapa Pré-Escola.		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Contratação de profissionais especializados - AEE e Psicopedagoga.
Indicador: Garantir o atendimento à Educação Infantil.												Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Direção da EMEI Amor e Carinho		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	
META	Adequar o educandário por meio da reestruturação/ampliação dos espaços físicos.	5%	5%	10%	10%	20%	40%	40%	60%	80%	100%	Consolidar recursos para ampliações, contratações e manutenções necessárias, assegurando o atendimento qualificado de todas as crianças, com respeito aos seus direitos e aos dos profissionais da rede, considerando a projeção de crescimento da demanda por vagas e garantindo acesso à Educação Infantil com qualidade, segurança e equidade.



Indicador: Número de Projetos Culturais / Contação de Histórias focados na Primeira Infância		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura												
META	Ofertar no mínimo 3 projetos culturais anuais através da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Espaços Públicos e Praças com Playgrounds Seguros e Adequados (< 3 anos)		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura												
META	Garantir que 50% das praças e parques públicos municipais possuam "Espaços da Primeiríssima Infância" estruturados com playgrounds exclusivos, seguros, cercados e adequados para crianças de 0 a 3 anos de idade até o 10º ano de vigência do plano.	5%	10%	15%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	
Indicador: Fortalecimento da Cultura.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Círculo de Pais e Mestres da EMEI Amor e Carinho												
META	Ofertar ações culturais para a comunidade escolar até o 4º ano de vigência deste Plano.	40%	50%	60%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	Ampliar o envolvimento das famílias no acompanhamento do desenvolvimento infantil, fortalecendo a parceria com a escola e a



												corresponsabilidade pelos cuidados essenciais.
Indicador: Gestão Democrática												Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Círculo de Pais e Mestres da EMEI Amor e Carinho		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	
META	Garantir que 100% das instituições municipais e conveniadas de Educação Infantil possuam CPMs (Círculos de Pais e Mestres) ativos.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Ampliar a participação presencial das famílias por meio da oferta de formações e encontros com temáticas pertinentes e estratégias de abordagem que favoreçam o engajamento e fortaleçam a parceria entre família e escola.
Indicador: Busca Ativa Escolar de crianças fora da escola na faixa obrigatória (4-5 anos)												Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Rede de Proteção		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	
META	Garantir que 100% das crianças de 4 e 5 anos residentes no município estejam matriculadas e frequentando a Pré-Escola, utilizando a metodologia da Busca Ativa Escolar para identificar, localizar e rematricular crianças fora da escola ou em risco de evasão.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	A elevada rotatividade de algumas famílias, em razão de mudanças frequentes de município, dificulta a comunicação e o acompanhamento das ações desenvolvidas pela rede de ensino.



Indicador: Formação Continuada		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Educação e Desporto												
META	Garantir formação continuada em desenvolvimento infantil, inclusão, interculturalidade, e relações étnico-raciais para 100% dos professores, monitores e auxiliares, da rede municipal até 2028.	10h	15h	20h	20h	20h	20h	20h	20h	20h	20h	
Indicador: Percentual de unidades de educação infantil com infraestrutura qualificada (acessibilidade, brinquedoteca e espaço verde).		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Educação e Desporto												
META	Garantir que 100% das unidades de educação infantil (públicas e conveniadas) possuam infraestrutura acessível, espaços verdes para o brincar ao ar livre até 2036.	20%	25%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%	Manter e qualificar os espaços verdes e promover a ampliação e readequação da infraestrutura do educandário, garantindo ambientes seguros, acessíveis, inclusivos e adequados ao desenvolvimento das atividades educacionais.



META	Implementar, até o final da vigência deste Plano, espaços qualificados, seguros e acessíveis para o desenvolvimento de práticas motoras e esportivas na Educação Infantil, por meio da construção, ampliação ou adequação de ginásios psicomotores lúdicos na EMEI do município.	5%	5%	10%	15%	20%	25%	30%	40%	50%	100%	Captar recursos para ampliar e adequar a infraestrutura destinada às práticas motoras, superando limitações físicas da EMEI e assegurando ambientes apropriados ao desenvolvimento infantil.
Indicador: Laudo de conformidade técnica emitido anualmente pelos nutricionistas responsáveis técnicos pelo PNAE no município		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Educação e Desporto												
META	Garantir que 100% dos cardápios da alimentação escolar da Educação Infantil atendam às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando a restrição de açúcar para crianças de até 2 anos de idade e a oferta de alimentos livres de ultraprocessados em todas as instituições de Educação Infantil.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Percentual de alunos com mais de 25% de faltas injustificadas que receberam visita domiciliar da equipe escolar/rede de proteção no trimestre.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: EMEI Amor e Carinho												
META	Implementar, de forma intersetorial, a estratégia de Busca Ativa Escolar, envolvendo as áreas da Educação, Saúde e Assistência Social, para identificar, matricular ou rematricular e	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



	acompanhar crianças da Educação Infantil em situação de não acesso ou infrequência escolar, buscando garantir a universalização do atendimento e a permanência na escola.												
Indicador: Contagem anual de intervenções culturais voltadas para crianças de 0 a 6 anos		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações	
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Educação e Desporto													
META	Realizar, anualmente, no mínimo três eventos culturais descentralizados voltados à primeira infância, incluindo atividades como teatro infantil, contação de histórias, feiras literárias e outras ações de promoção da cultura, da leitura e do desenvolvimento infantil.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
META	Garantir que 100% das instituições de Educação Infantil e das bibliotecas municipais disponham de Cantinhos da Leitura com acervo diversificado, atualizado e adequado à faixa etária de 0 a 6 anos.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Indicador: Percentual de unidades de educação infantil com Projeto Político Pedagógico (PPP) construído ou reconstruído de forma participativa nos últimos 5 anos.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações	
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Educação e Desporto													
META	Construir e revisar periodicamente a Proposta Pedagógica de cada instituição de ensino, com a participação efetiva da comunidade escolar, considerando as necessidades e	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		



	especificidades das crianças, bem como os valores, a cultura e as características da comunidade local.											
META	Implementar, ao longo da vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância, estratégias de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) nas instituições de Educação Infantil, assegurando às crianças com necessidades complexas de comunicação o direito à comunicação, à participação, à aprendizagem e à inclusão em todos os contextos escolares.	10%	20%	25%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	100%	Assegurar formação continuada e recursos para a implementação da Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) nas instituições de Educação Infantil.
META	Implementar, em 100% das instituições de Educação Infantil, práticas pedagógicas antirracistas, inclusivas e interculturais, promovendo a valorização da diversidade, o uso ético e seguro das tecnologias, a ampliação do acervo multicultural e a formação continuada dos profissionais.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Percentual de unidades de educação infantil (creches e pré-escolas) com metodologias de escuta das crianças formalizadas e integradas à rotina pedagógica.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: EMEI Amor e Carinho												
META	Implementar, até o quinto ano de vigência do Plano Municipal da Primeira Infância, espaços e estratégias permanentes de escuta qualificada das crianças da Educação Infantil, assegurando sua participação, a expressão de suas opiniões, interesses, necessidades e percepções, em consonância com	50%	60%	70%	80%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Adequar a infraestrutura e fortalecer a formação dos profissionais para implantação de espaço de autorregulação e promoção do



	seu estágio de desenvolvimento e com o princípio do direito à participação infantil.												desenvolvimento socioemocional das crianças.
Indicador: Fomentar o turismo pedagógico, através do PRODETUR													Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036		
META	Incentivar, por meio dos benefícios previstos na Lei do PRODETUR, a instalação, ampliação e continuidade de empreendimentos de turismo pedagógico no município, fortalecendo espaços educativos que promovam experiências de aprendizagem, cultura, lazer e contato com a natureza para as crianças da primeira infância.	ANUAL	ANUAL	ANUAL	ANUAL	ANUAL	ANUAL	ANUAL	ANUAL	ANUAL	ANUAL		Dependência do interesse de empreendedores na instalação de empreendimentos de turismo pedagógico no município.
Indicador: Implementar ações para crianças neurodivergentes													Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036		
META	Promover, anualmente, ações de promoção da inclusão de crianças neurodivergentes, visando fortalecer a acessibilidade, a participação, o respeito às diferenças e a garantia de seus direitos nos serviços destinados à primeira infância.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Indicador: Alfabetização													Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Rede Municipal de Ensino		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036		
META	Garantir que 100% das instituições de Educação Infantil disponham de ambientes alfabetizadores, planejados para favorecer as múltiplas linguagens, as interações, as	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		



	brincadeiras e as experiências de aprendizagem, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.											
META	Assegurar o fornecimento de materiais pedagógicos, didáticos e literários para 100% das turmas da Educação Infantil e do ciclo de alfabetização, garantindo recursos adequados ao desenvolvimento das competências leitoras, escritoras e das múltiplas linguagens.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
META	Garantir a realização de avaliações diagnósticas e formativas com 100% dos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental, utilizando os resultados para orientar o planejamento pedagógico, o acompanhamento individualizado das aprendizagens e a implementação de intervenções que favoreçam o processo de alfabetização.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
META	Garantir a implementação de práticas permanentes de leitura, contação de histórias e mediação literária em 100% das turmas do ciclo de alfabetização, promovendo a formação de leitores, o desenvolvimento da oralidade, da compreensão leitora e o fortalecimento da cultura literária.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
META	Assegurar recursos de tecnologia educacional que contribuam para o processo de alfabetização, qualificando as práticas pedagógicas e favorecendo o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



Indicador: Busca Ativa Escolar		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Rede Municipal de Ensino												
META	Implementar ações de busca ativa e acompanhamento da frequência escolar, visando assegurar frequência igual ou superior a 75% das crianças da pré-escola e dos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental, com identificação de situações de infrequência e adoção de estratégias de apoio e acompanhamento junto às famílias.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Rede Municipal de Ensino												
META	Garantir ações de transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental para 100% dos estudantes da Rede Municipal de Ensino, promovendo acolhimento, continuidade pedagógica e articulação entre as etapas, de forma a favorecer o desenvolvimento integral das crianças.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
META	Promover encontros periódicos entre professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, fortalecendo o diálogo, a troca de experiências e o planejamento de ações articuladas que favoreçam a continuidade das aprendizagens e uma transição qualificada entre as etapas de ensino.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Educação Especial e Inclusiva		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Rede Municipal de Ensino												
META	Garantir a oferta de atendimento psicopedagógico e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) às crianças da	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



	Educação Infantil e aos estudantes do Ensino Fundamental que necessitem desses serviços, assegurando apoio às necessidades educacionais específicas, a inclusão, a participação e a aprendizagem de todos.											
META	Garantir que 100% dos estudantes público da Educação Especial recebam acompanhamento pedagógico adequado às suas necessidades, com a adoção de estratégias inclusivas e articulação com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando necessário, assegurando o direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento integral.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Qualificação Pedagógica Responsável pelo Preenchimento: Rede Municipal de Ensino		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
META	Promover formação continuada anual para 100% dos professores do ciclo de alfabetização, fortalecendo práticas pedagógicas que considerem o desenvolvimento integral das crianças, os processos de alfabetização, a avaliação formativa, a inclusão e o uso de evidências para o planejamento e a intervenção pedagógica.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



10.2 Eixo 2 – Saúde e Assistência Social

Indicador: Percentual de gestantes com pré-natal adequado.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Garantir que as gestantes realizem o número mínimo de consultas de pré-natal estabelecido pelo Ministério da Saúde, com início no primeiro trimestre da gestação, fortalecendo o acompanhamento integral da saúde materno-infantil.	90%	90%	90%	90%	90%	95%	95%	95%	95%	95%	Dificuldade de monitoramento integral das gestantes atendidas pela rede privada, devido à ausência ou limitação do compartilhamento de informações com a rede pública, impactando o acompanhamento dos indicadores de pré-natal e das ações de cuidado na primeira infância.
Indicador: Percentual de gestantes com exames e vacinas, realizados conforme protocolos vigentes.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Garantir a oferta dos exames preconizados para cada trimestre da gestação e assegurar a atualização do calendário vacinal das gestantes, conforme as recomendações do Ministério da Saúde, promovendo o acompanhamento integral da saúde materna e do desenvolvimento saudável da criança.	90%	90%	90%	90%	90%	95%	95%	95%	95%	95%	Dificuldade de monitoramento integral das gestantes atendidas pela rede privada, devido à ausência ou limitação do compartilhamento de informações com a rede pública, impactando o acompanhamento dos



												indicadores de pré-natal e das ações de cuidado na primeira infância.
Indicador: Número de grupos de gestantes e parceiros realizados anualmente, com encontros educativos multiprofissionais.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Implementar grupos de gestantes e parceiros, com encontros educativos multiprofissionais periódicos, fortalecendo o acompanhamento pré-natal, a participação da família, a construção da parentalidade e a promoção do desenvolvimento saudável na primeira infância.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Indicador: Percentual de crianças com acompanhamento de puericultura atualizado na Atenção Primária à Saúde.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Garantir o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento integral de 100% das crianças de 0 a 2 anos por meio das consultas de puericultura, assegurando avaliação periódica, monitoramento dos marcos do desenvolvimento, orientação às famílias e identificação precoce de possíveis necessidades de saúde.	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	Dificuldade de monitoramento das crianças acompanhadas pela rede privada, devido à limitação de acesso às informações, impactando o acompanhamento dos indicadores de saúde infantil.



Indicador: Cobertura vacinal por imunobiológico, visando assegurar a proteção contra doenças imunopreveníveis e a promoção da saúde infantil.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Implementar ações permanentes de monitoramento, sensibilização e busca ativa para garantir a adesão das famílias ao calendário vacinal infantil, assegurando cobertura vacinal igual ou superior às metas preconizadas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) e contribuindo para a prevenção de doenças e a promoção da saúde na primeira infância.	90%	90%	90%	90%	90%	95%	95%	95%	95%	95%	
Indicador: Número de escolas atendidas pelo Programa Saúde na Escola (PSE).		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Desenvolver ações do Programa Saúde na Escola (PSE) nas escolas municipais e estadual, em articulação entre as redes de Saúde e Educação, contemplando atividades de promoção da saúde, prevenção de agravos e formação de hábitos saudáveis.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	



Indicador: Número de ações educativas anuais sobre aleitamento materno.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Implementar e fortalecer as ações do Programa Promove-Mamá (Lei Municipal nº 3.151/2025), promovendo, protegendo e apoiando o aleitamento materno, com orientação às gestantes, puérperas e famílias.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
Indicador: Percentual de crianças com deficiência (0 a 6 anos) acompanhadas pela rede intersetorial.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Assegurar a articulação intersetorial das políticas públicas voltadas às crianças com deficiência física e/ou intelectual, garantindo atendimento integral, inclusão e condições adequadas para seu desenvolvimento e participação social.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



Indicador: Manutenção do Programa Primeira Infância Melhor (PIM).		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Assegurar o acompanhamento das famílias com crianças de 0 a 6 anos em situação de alta vulnerabilidade social, identificadas no CadÚnico, por meio do PIM e/ou CRAS, fortalecendo a proteção social, os vínculos familiares e o desenvolvimento integral na primeira infância até 2029.	80%	90%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Realizar campanhas educativas e ações de conscientização voltadas à proteção integral, inclusão social e fortalecimento dos direitos das crianças e adolescentes, em articulação com a rede de proteção.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



Indicador: Percentual de crianças atendidas pelos Serviços de Acolhimento e Inserção Social.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Assegurar o acolhimento provisório e excepcional de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Pessoas com deficiência atendidas pelos serviços de proteção social especial de média complexidade.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Assegurar a continuidade e a qualificação dos serviços da Proteção Social Especial de média complexidade, fortalecendo o acompanhamento especializado de crianças, adolescentes e suas famílias.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social												
META	Garantir a ampliação, manutenção e qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, com acompanhamento das famílias e cadastramento dos usuários no	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



Cadastro Único, fortalecendo a proteção social e os vínculos comunitários.

10.3 Eixo 3 – Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente

Indicador: Notificações de Suspeita ou Confirmação de Violência contra Crianças (0-6 anos)		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Representante da Saúde / Rede de Garantia de dos Direitos da Criança e do Adolescente												
META	Implementar, até 2027, o Fluxo Intersetorial de Atendimento às Violências na Infância, garantindo acompanhamento articulado pela rede de proteção a 100% das notificações de suspeita ou confirmação de violência contra crianças de 0 a 6 anos, com atendimento inicial em até 48 horas.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Encaminhamentos Formais de Suspeitas de Violação emitidos pelas Escolas para a Rede		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Gestão da EMEI Amor e Carinho e Gestão da EMEF Caminhos do Saber												
META	Assegurar que 100% das EMEIs utilizem a ficha de notificação compulsória, qualificando os registros e os encaminhamentos das situações	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



	de violência e vulnerabilidade envolvendo crianças.											
Indicador: Percentual de ações comunitárias de prevenção e segurança escolar realizadas no entorno das EMEIs.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Representante da Brigada Militar												
META	Promover ações de prevenção e segurança no entorno de 100% das EMEIs, incluindo iniciativas comunitárias, melhorias de mobilidade e intervenções de segurança viária e patrimonial, visando garantir ambientes seguros.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Número de capacitações realizadas sobre Escuta Protegida (Lei nº 13.431/2017)		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Rede de Garantia de dos Direitos da Criança e do Adolescente												
META	Garantir a capacitação continuada de 100% dos profissionais da rede de proteção integral sobre os protocolos de Escuta Especializada, conforme a Lei nº 13.431/2017, até 2036, qualificando o atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Índice de Execução das Campanhas Anuais de Prevenção à Violência Infantil		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações



Responsável pelo Preenchimento: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)												
META	Promover campanhas municipais de conscientização e prevenção da violência sexual e física na infância, abrangendo os ambientes doméstico e escolar, fortalecendo a proteção integral e a garantia dos direitos das crianças.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Taxa de resolutividade dos casos da primeira infância inseridos e monitorados no SIPIA dentro dos prazos legais.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Conselho Tutelar												
META	Assegurar a utilização do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) por 100% dos Conselhos Tutelares do município, fortalecendo o monitoramento, os registros e a atuação da rede de proteção.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Número de ações de fortalecimento da rede de atendimento e governança intersetorial.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Rede de Garantia de dos Direitos da Criança e do Adolescente												
META	Implementar e consolidar um fluxo integrado de atendimento à primeira infância, assegurando a articulação de 100% dos órgãos municipais da	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



Rede de Proteção (Saúde, Educação, Assistência Social, Conselho Tutelar e CMDCA), visando atendimento ágil, integrado e qualificado às crianças e suas famílias.												
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

10.4 Eixo 4 – Gestão e Orçamento

Indicador: Percentual do Orçamento Municipal Liquidado		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Destinado à Primeira Infância												
Responsável pelo Preenchimento: Representante da Secretaria Municipal de Administração												
META	Assegurar a inclusão de ações orçamentárias específicas para a primeira infância nos instrumentos de planejamento e orçamento das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, qualificando o acompanhamento dos investimentos destinados às crianças de 0 a 6 anos.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
	Garantir a inserção das ações da primeira infância como prioridade nos instrumentos de planejamento e gestão municipal, orientando a definição de políticas, programas e investimentos	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



	para o atendimento integral das crianças de 0 a 6 anos.											
	Garantir a inclusão da Primeira Infância no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal, assegurando o planejamento e a priorização de ações voltadas ao desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
	Buscar e captar recursos de doações e parcerias para financiamento de projetos específicos voltados à primeira infância, ampliando as ações e investimentos destinados às crianças de 0 a 6 anos.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
	Implantar marcador específico na LOA e no sistema municipal de planejamento para identificar e acompanhar as despesas e investimentos destinados à primeira infância.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Existência de legislação municipal que assegure a ampliação da licença-maternidade para 180 dias às servidoras.		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Secretaria de Administração / Poder Legislativo												
META	Garantir a manutenção da licença-maternidade de 180 dias às servidoras municipais,	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



	assegurando condições adequadas para o cuidado e o fortalecimento dos vínculos familiares na primeira infância.												
Indicador: Regularidade das Reuniões do Comitê Intersetorial conforme Portaria 12.773/2026 Responsável pelo Preenchimento: Coordenação do Comitê / Administração		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações	
META	Monitorar trimestralmente a execução das despesas vinculadas à primeira infância, acompanhando a liquidação e o pagamento dos recursos, com identificação de possíveis gargalos para garantir a efetiva aplicação orçamentária.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Indicador: Percentual de secretarias municipais com marcadores orçamentários para a primeira infância no sistema contábil. Responsável pelo Preenchimento: Coordenação do Comitê Intersetorial		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações	
META	Assegurar, até 2028, a rastreabilidade de 100% dos recursos destinados à primeira infância nas Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, fortalecendo o controle, a transparência e o acompanhamento dos investimentos.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		



Indicador: Percentual de incremento na arrecadação do FMDCA por meio de destinações do Imposto de Renda (Pessoa Física e Jurídica).		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Coordenação do Comitê Intersetorial												
META	Aumentar a captação de recursos do FMDCA em 10% até 2031, assegurando a destinação mínima de 20% dos recursos do fundo para projetos e ações prioritários da primeira infância.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador: Ações Integradas Intersetoriais com execução conjunta documentada entre pastas no ano		2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	Desafios Encontrados / Observações
Responsável pelo Preenchimento: Coordenação do Comitê Intersetorial												
META	Criar e disponibilizar ferramenta de acompanhamento público da execução orçamentária da primeira infância no portal oficial do município, garantindo transparência, acesso à informação e participação da sociedade civil.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	



11. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. Lei nº 14.880, de 4 de junho de 2024. Altera a Lei nº 13.257/2016 e institui medidas para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à Primeira Infância. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. Lei nº 15.220, de 2025. Atualiza dispositivos relacionados à promoção e proteção dos direitos na Primeira Infância. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo Escolar da Educação Básica. Brasília: INEP.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS – Informações de Saúde (TABNET). Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Razão do total de partos de mães com até 19 anos sobre o total de nascidos vivos. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Filtro ativo: Idade da mãe (menor de 10 anos, 10 a 14 anos e 15 a 19 anos). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Período: 2010-2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Razão entre gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal sobre o total de nascidos vivos. Filtro ativo: Consulta pré-natal (7 ou mais consultas). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Período: 2010-2024.



BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Razão entre nascimentos com baixo peso (menor que 2.500g) sobre o total de nascidos vivos. Filtro ativo: Peso ao nascer (Menos de 500g, 500 a 999g, 1000 a 1499g e 1500 a 2499g). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Período: 2010-2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Organizado por MS/SVS/CGIAE. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Período: 2010-2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Taxa de Mortalidade Infantil por residência da mãe. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Período: 2010-2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Total de óbitos infantis e óbitos por causas evitáveis (até 1 ano). Filtro ativo: 0 a 1 ano de idade. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Período: 2010-2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). In: FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. Primeira Infância em Dados: Cotiporã - RS. São Paulo: FMCSV, 2026. Disponível em: <http://primeirainfanciaemdados.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). e-Gestor: Relatórios da Atenção Primária à Saúde. CGI Demográfico/RIPSA; CGIAE/SVSA/Ministério da Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: Painel de Cobertura Potencial da APS (2021-2025). Data de referência: dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA). Painel de Cobertura Vacinal. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Dados obtidos em: 19 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Notificações de violência — Município de Cotiporã. Brasília, DF: DataSUS, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Relatórios públicos de consumo alimentar e antropometria (2025). In: FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. Primeira Infância em Dados: Cotiporã - RS. São Paulo: FMCSV, 2026. Disponível em: <http://primeirainfanciaemdados.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento Social. Relatórios Públicos e Consolidados do SISVAN / Sistema Vis Data 3. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI); CGI Demográfico/RIPSA; CGIAE/SVSA. Brasília, DF, 2025. Dados obtidos em: 15 jul. 2026. Data de referência: dez. 2025.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Relatório Mensal de Atendimentos (RMA) — Sistema GeSuas: Cotiporã/RS. Brasília, DF: MDS, 2025. Base de dados interna.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Censo SUAS 2024: Bases e Resultados – Família Acolhedora. In: FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. Primeira Infância em Dados: Cotiporã - RS. São Paulo: FMCSV, 2026. Disponível em: <http://primeirainfanciaemdados.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília: MDS.

COTIPORÃ. Lei Municipal nº 2.403, de 16 de abril de 2015. Regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município de Cotiporã e dispõe sobre benefícios eventuais. Cotiporã, RS: Gabinete do Prefeito, 2015.

COTIPORÃ. Lei Municipal nº 2.893, de 05 de novembro de 2021. Dispõe sobre o Programa Segundo Sol – Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares de Cotiporã e dá outras providências. Cotiporã, RS: Gabinete do Prefeito, 2021.

COTIPORÃ. Lei Municipal nº 3.151, de 08 de maio de 2025. Dispõe sobre o programa municipal de promoção, incentivo, apoio e proteção ao aleitamento materno (Promove-Mamá) no município de Cotiporã. Cotiporã, RS: Gabinete do Prefeito, 2025.

COTIPORÃ. Lei Municipal nº 3.160, de 2025. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias e destinação de recursos para infraestrutura logística, urbana e rural. Cotiporã, RS: Gabinete do Prefeito, 2025.

COTIPORÃ. Lei Municipal nº 901, de 06 de outubro de 1997. Institui o Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Cotiporã e dá outras providências. Cotiporã, RS: Câmara Municipal de Vereadores, 1997.

COTIPORÃ. Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Relatórios Técnicos e Cadastros Internos (e-SUS, Cadastro Único e Cadastro Habitacional de Interesse Social). Cotiporã, RS: Setor de Planejamento, 2025. Dados administrativos.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Perfil Municipal: Cotiporã, RS. Brasília, DF: PNUD, 2013 (Série histórica Censo 2010). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 26 jun. 2026.



FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. Primeira Infância em Dados: Cotiporã - RS. São Paulo: FMCSV, 2026. Disponível em: <http://primeirainfanciaemdados.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2026.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. Primeira Infância Primeiro: guia para elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância. São Paulo: FMCSV, 2019.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Primeira Infância: direitos e políticas públicas. Brasília: UNICEF Brasil, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: População residente, cor ou raça, gênero, situation de domicílio e saneamento básico — recortes territoriais de Cotiporã (RS). Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/cotipora.html>. Acesso em: 26 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios: Série PIB per capita municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2023/2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Estatísticas do Censo Escolar 2025. In: FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. Primeira Infância em Dados: Cotiporã - RS. São Paulo: FMCSV, 2026. Disponível em: <http://primeirainfanciaemdados.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2026.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO REGISTRO CIVIL. Painel Registral: Pais Ausentes (2025). Central de Informações do Registro Civil (CRC Nacional). In: FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. Primeira Infância em Dados: Cotiporã - RS. São Paulo: FMCSV, 2026. Disponível em: <http://primeirainfanciaemdados.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2026.

PRIMEIRA INFÂNCIA EM DADOS. Indicadores de Mortalidade Infantil e Natalidade (DataSUS/SINASC). Painel Informativo do Município de Cotiporã/RS. Disponível em: <https://primeirainfanciaemdados.org.br/>. Acesso em: 26 jun. 2026.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. Plano Nacional pela Primeira Infância 2020–2030. Brasília: RNPI, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Social. Plataforma de Monitoramento do Piso Gaúcho Regular e Programa Primeira Infância Melhor (PIM). Porto Alegre: Governo do Estado do RS, 2025.



ANEXO I – Etapas De Elaboração Do Plano Municipal Pela Primeira Infância (PMPI)

Apresentação

Este anexo registra as principais etapas do processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Cotiporã, evidenciando as ações de organização, planejamento e articulação intersetorial desenvolvidas para a construção do documento. Os registros apresentados demonstram a participação das secretarias municipais e do Comitê do PMPI, bem como os encaminhamentos realizados ao longo do processo de elaboração do Plano.

1. Reunião de Instalação do Comitê do PMPI

Data: 29 de junho de 2026

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Cotiporã

Realizou-se a reunião de instalação do Comitê do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), com a participação do Comitê Intersetorial. O encontro teve como objetivo apresentar a metodologia de elaboração do Plano, alinhar conceitos, integrar os diferentes setores da administração pública e definir as responsabilidades para a construção do diagnóstico situacional da primeira infância no município.

Na oportunidade, foram apresentados os fundamentos legais do PMPI, com base na Constituição Federal (art. 227), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Marco Legal da Primeira Infância e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Também foi apresentado o cronograma de trabalho, organizado nas etapas de organização, diagnóstico, escuta social, redação, validação e aprovação do Projeto de Lei.

Foram definidos os eixos para levantamento dos indicadores municipais nas áreas de saúde e assistência social, educação e inclusão, proteção e infraestrutura, cultura, esporte e lazer, bem como estabelecidos os encaminhamentos para indicação dos pontos focais de cada secretaria e envio dos dados necessários à elaboração do diagnóstico.

Figura 1 – Reunião de instalação do Comitê do Plano Municipal pela Primeira Infância.



2. Reunião de Trabalho do Comitê do PMPI

Data: 24 de julho de 2026

Local: Prefeitura Municipal de Cotiporã

Realizou-se reunião de trabalho do Comitê do Plano Municipal pela Primeira Infância com o objetivo de dar continuidade às atividades de elaboração do PMPI. Durante o encontro, foi apreciado e validado o questionário destinado à comunidade, elaborado para subsidiar a escuta social e levantar informações sobre as necessidades, prioridades e percepções da população em relação às políticas públicas voltadas à primeira infância.

Na mesma oportunidade, os representantes do Comitê Intersetorial realizaram o preenchimento dos indicadores, objetivos, metas e estratégias dos eixos avaliativos do Plano, considerando os diagnósticos setoriais e as demandas identificadas. As discussões permitiram o alinhamento das ações intersetoriais e contribuíram para a definição das metas prioritárias que integrarão o PMPI.

Figura 2 – Reunião de trabalho do Comitê do PMPI para validação do questionário comunitário e preenchimento dos eixos avaliativos.





ANEXO II - Resultados Da Consulta Pública à Comunidade

Com o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Cotiporã, foi realizada consulta pública por meio de formulário eletrônico, disponibilizado à comunidade, buscando identificar percepções, demandas, prioridades e expectativas relacionadas às políticas públicas voltadas à primeira infância.

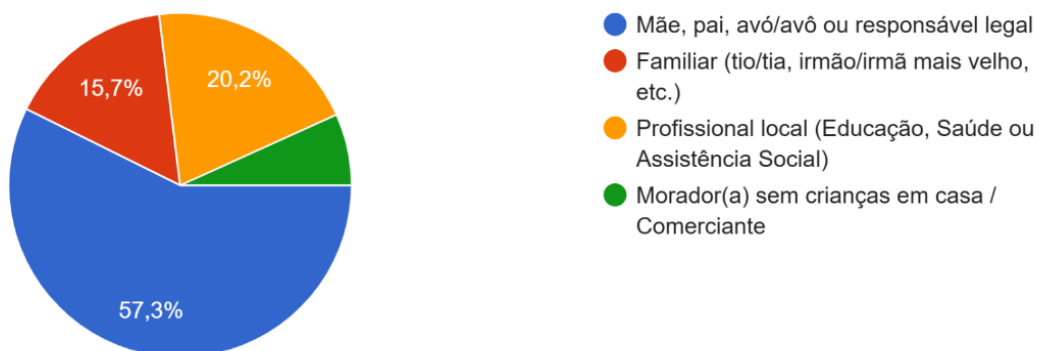
A participação da comunidade constitui importante instrumento de gestão democrática e de fortalecimento das políticas públicas, permitindo que o planejamento municipal seja construído considerando as necessidades apontadas pelos diferentes segmentos da sociedade.

Os gráficos apresentados a seguir representam os resultados obtidos por meio do questionário, organizados conforme a sequência das perguntas disponibilizadas aos participantes. Os dados refletem as respostas registradas durante o período de aplicação da pesquisa e serviram como subsídio para a definição de prioridades, estratégias e ações previstas neste Plano Municipal pela Primeira Infância.

Ressalta-se que os resultados apresentados possuem caráter consultivo, constituindo importante fonte de informação para o diagnóstico da realidade local e para a construção participativa do PMPI, em conjunto com dados oficiais, indicadores sociais, estudos técnicos e contribuições dos diversos setores envolvidos na promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças na primeira infância.

Questão 1 – Qual é o seu vínculo com a criança de 0 a 6 anos?

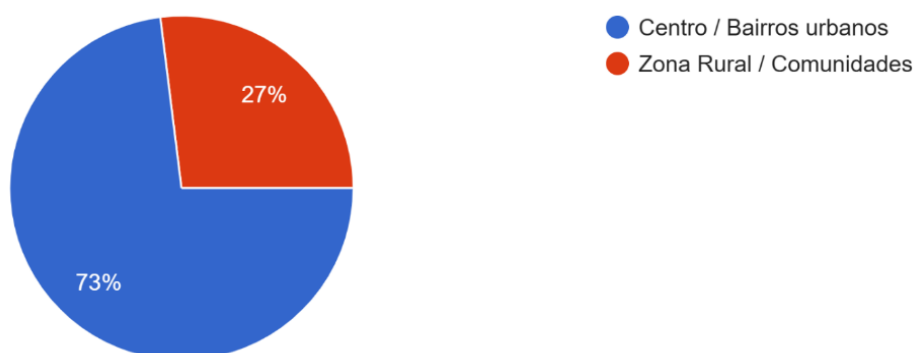
89 respostas



Síntese dos resultados: Observa-se que a maior parte dos participantes é composta por pais, mães ou responsáveis legais, seguida por profissionais da educação, saúde e assistência social e por familiares próximos. Esse perfil demonstra que a consulta alcançou tanto as famílias quanto profissionais diretamente envolvidos com o desenvolvimento infantil, conferindo representatividade aos resultados obtidos.

Questão 2 – Em qual região você mora?

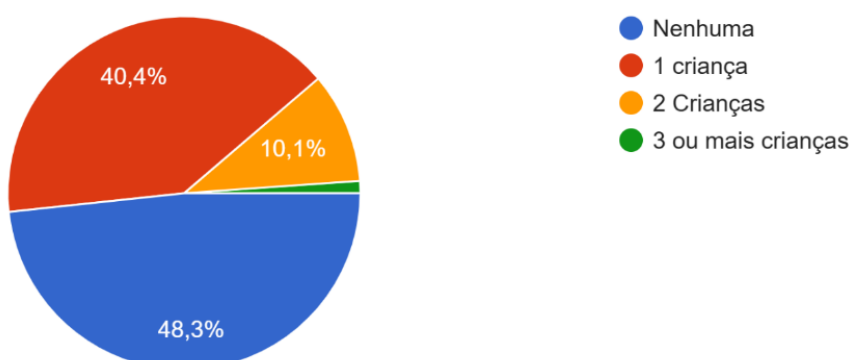
89 respostas



Síntese dos resultados: A maioria dos respondentes reside na área urbana do município, havendo também participação significativa de moradores da zona rural e comunidades do interior. A distribuição das respostas permite considerar diferentes realidades territoriais, contribuindo para que as ações previstas no Plano contemplem as especificidades de todo o município.

Questão 3 – Em sua casa há quantas crianças de 0 a 6 anos atualmente?

89 respostas

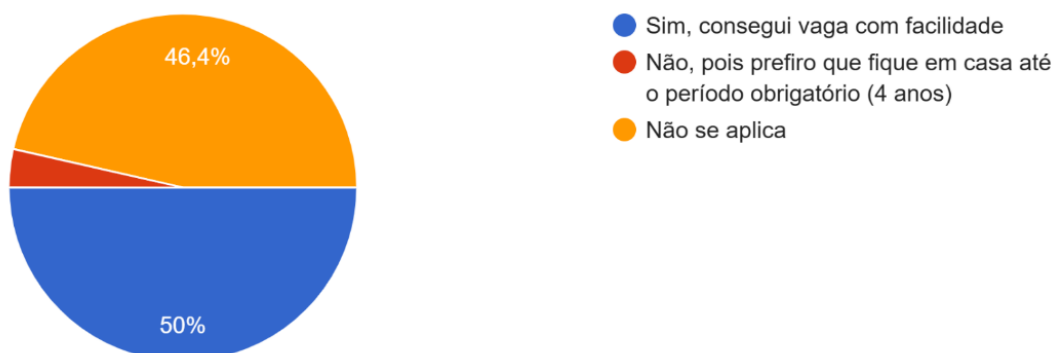


Síntese dos resultados: Os dados revelam predominância de famílias com uma criança na primeira infância, embora também haja participação expressiva de famílias com duas ou

mais crianças e de respondentes sem crianças nessa faixa etária. O resultado evidencia diferentes configurações familiares e amplia a compreensão das demandas relacionadas ao atendimento da primeira infância.

Questão 4 – As crianças da sua casa frequentam creche ou pré-escola no Município de Cotiporã?

84 respostas



Síntese dos resultados: Grande parte dos participantes informou que as crianças frequentam regularmente a educação infantil municipal, enquanto outra parcela indicou que essa situação não se aplica ou apontou dificuldades de acesso. Os resultados demonstram boa cobertura do atendimento, ao mesmo tempo em que evidenciam a importância da manutenção e ampliação das políticas de acesso e permanência.

Questão 5 – Como você avalia a estrutura física das creches e pré-escolas do município?

89 respostas

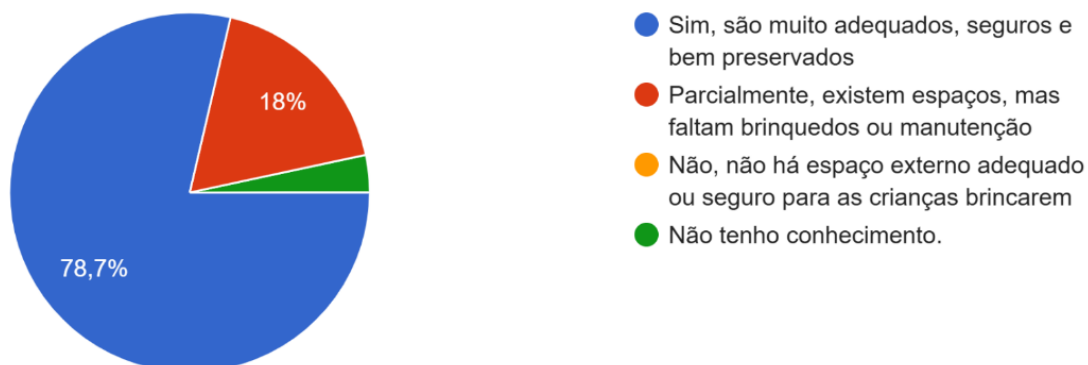


Síntese dos resultados: Predomina uma avaliação positiva da infraestrutura das instituições de educação infantil, indicando que os espaços são considerados adequados para o atendimento das crianças. Ainda assim, parte dos respondentes aponta necessidade de

melhorias e manutenção, reforçando a importância de investimentos contínuos na qualificação dos ambientes escolares.

Questão 6 – A área externa e os brinquedos da creche/escola oferecem ambiente seguro e estimulante?

89 respostas



Síntese dos resultados: A percepção da comunidade é majoritariamente positiva quanto à segurança e à qualidade dos espaços externos destinados às brincadeiras e ao desenvolvimento infantil. As respostas sugerem, contudo, a necessidade de permanente manutenção dos equipamentos e de constante adequação dos espaços às normas de segurança e acessibilidade.

Questão 7 – Ao visitar praças, parquinhos infantis e áreas de lazer do bairro/comunidade, qual é a situação da conservação e higiene?

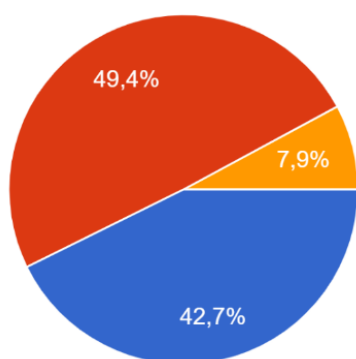
89 respostas



Síntese dos resultados: As respostas revelam avaliações variadas sobre a conservação e limpeza dos espaços públicos destinados às crianças. Embora parte dos participantes considere esses ambientes adequados, parcela significativa aponta necessidade de melhorias na manutenção, limpeza e conservação, indicando oportunidade para fortalecer as políticas de cuidado com os espaços públicos de convivência.

Questão 8 – O caminho de casa até o espaço de lazer mais próximo é fácil e seguro?

89 respostas

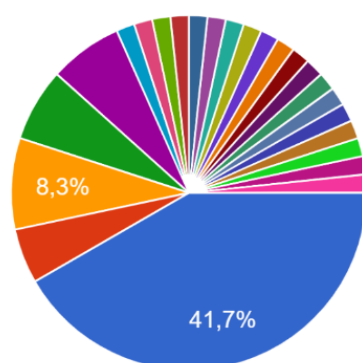


- Sim, as calçadas são planas, contínuas e as travessias são seguras
- Regular, em alguns trechos é preciso andar pelo meio da rua por falta de calçada
- Não, as ruas são esburacadas, sem calçada/rampa e com trânsito perigoso para andar com crianças

Síntese dos resultados: Os resultados apresentam opiniões divididas quanto às condições de segurança e acessibilidade dos trajetos utilizados pelas famílias. Esse cenário evidencia a importância de ações voltadas à mobilidade urbana, sinalização, calçadas acessíveis e segurança viária, favorecendo o deslocamento seguro das crianças e de seus responsáveis.

Questão 9 – Quais são os maiores perigos ou problemas estruturais no Município de Cotiporã para as crianças pequenas?

60 respostas



- Falta de praças, parques e brinquedo...
- Violência urbana.
- Presença de lixo nas ruas
- Falta de saneamento básico (esgoto)
- não vejo problemas aparentes
- Não vejo nenhum dos itens acima ass...
- Acessos difíceis para carrinho. Brita e...

▲ 1/3 ▼

Síntese dos resultados: Entre os problemas mais citados destacam-se a insuficiência ou necessidade de qualificação de espaços de lazer, questões relacionadas ao trânsito, infraestrutura urbana e outros aspectos apontados pelos participantes. A diversidade das respostas demonstra que os desafios da primeira infância envolvem diferentes setores da administração pública, reforçando a necessidade de atuação intersetorial.

Questão 10 – Quando uma criança pequena adoece, onde a família costuma buscar ajuda primeiro?

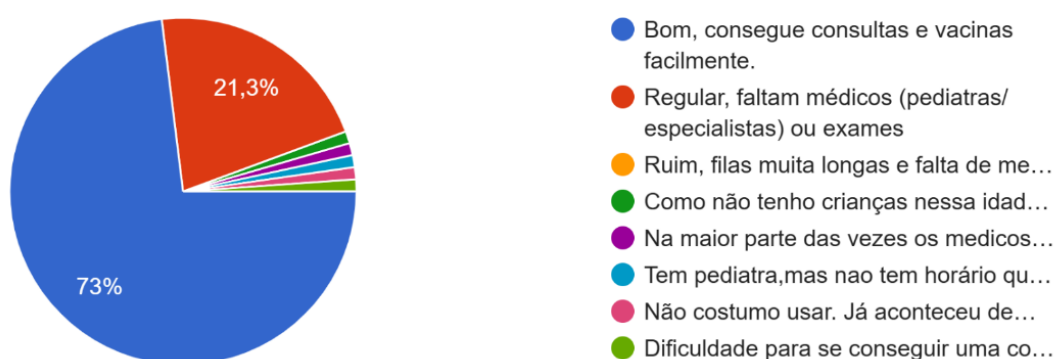
89 respostas



Síntese dos resultados: A ampla maioria dos participantes informou procurar inicialmente a Unidade Básica de Saúde do município, evidenciando a confiança da população na Atenção Primária à Saúde como principal porta de entrada para o atendimento infantil. Os dados reforçam a importância da manutenção da qualidade dos serviços ofertados.

Questão 11 – Como é o acesso aos serviços de saúde infantil no Município de Cotiporã?

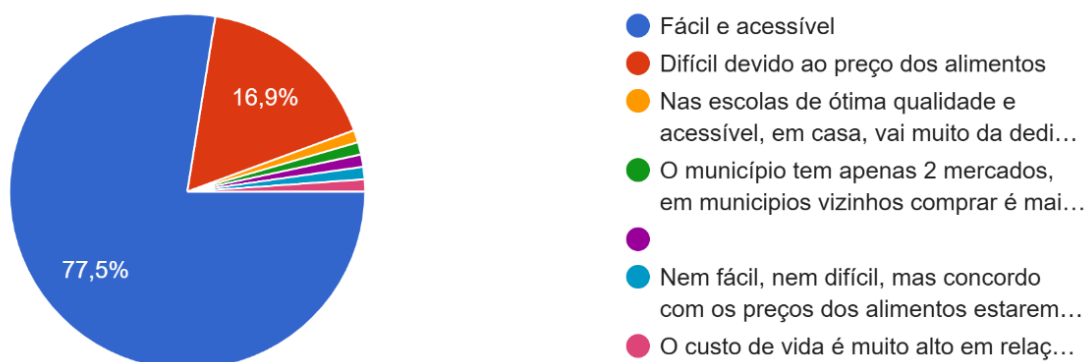
89 respostas



Síntese dos resultados: Predomina a percepção de que o acesso aos serviços de saúde infantil ocorre de forma satisfatória, embora alguns participantes relatem dificuldades relacionadas ao tempo de espera ou à disponibilidade de determinados atendimentos especializados. Os resultados indicam boa avaliação geral, sem afastar a necessidade de aperfeiçoamento contínuo da rede de atenção.

Questão 12 – Sobre alimentação das crianças pequenas, como você avalia o acesso a alimentos saudáveis?

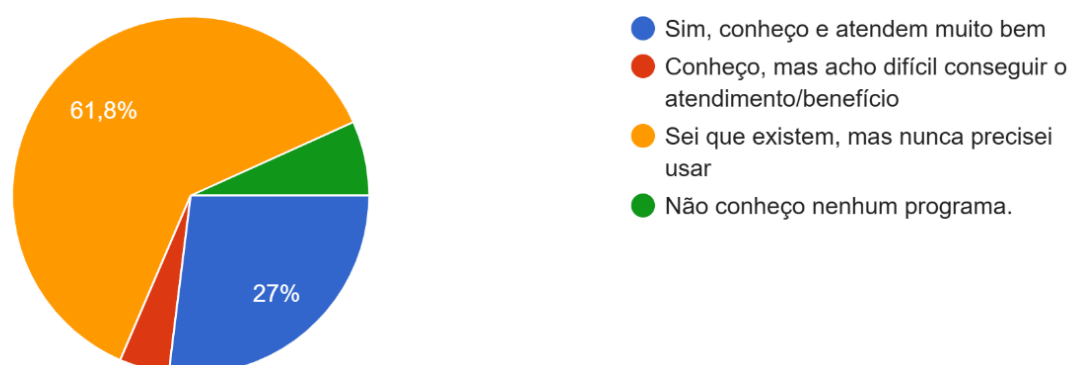
89 respostas



Síntese dos resultados: Os participantes avaliam, em sua maioria, que o acesso a alimentos saudáveis ocorre de maneira satisfatória no município. Entretanto, uma parcela dos respondentes identifica dificuldades relacionadas ao custo ou à disponibilidade de alguns alimentos, indicando a importância de ações de promoção da segurança alimentar e da educação nutricional.

Questão 13 – Você conhece ou já utilizou programas de apoio às famílias no município?

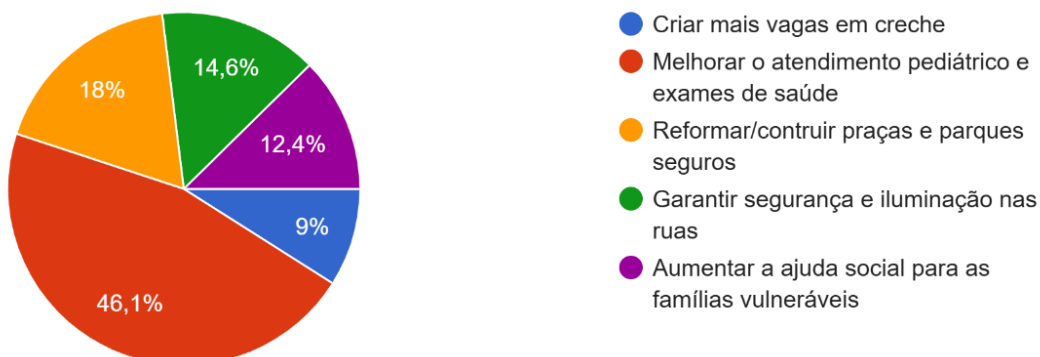
89 respostas



Síntese dos resultados: Os resultados demonstram que parte significativa da população conhece ou já utilizou programas municipais de apoio às famílias, enquanto outra parcela afirma desconhecer ou conhecer apenas parcialmente esses serviços. O diagnóstico evidencia a necessidade de ampliar a divulgação das políticas públicas e fortalecer as estratégias de comunicação com a comunidade.

Questão 14 – Na sua opinião, qual deve ser a prioridade número um do Município de Cotiporã para a Primeira Infância nos próximos anos?

89 respostas



Síntese dos resultados: As prioridades apontadas concentram-se principalmente na ampliação das vagas em creches, no fortalecimento da saúde infantil, na qualificação dos espaços públicos e das oportunidades de desenvolvimento das crianças, além do apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. Os resultados evidenciam que a comunidade reconhece a primeira infância como uma política pública intersetorial, envolvendo educação, saúde, assistência social, infraestrutura e proteção integral.

Considerações finais

Os resultados da consulta pública evidenciam a importância da participação da comunidade na construção das políticas voltadas à primeira infância. De forma geral, observa-se percepção positiva quanto aos serviços ofertados pelo Município de Cotiporã, especialmente nas áreas de educação e saúde. Ao mesmo tempo, a pesquisa identifica oportunidades de aperfeiçoamento relacionadas à infraestrutura urbana, aos espaços públicos de lazer, à divulgação dos programas de apoio às famílias e à ampliação de serviços considerados prioritários pela população.

As contribuições obtidas por meio deste questionário constituíram importante subsídio para a elaboração das diretrizes, objetivos, metas e ações previstas no Plano Municipal pela Primeira Infância, fortalecendo seu caráter participativo e o compromisso do Município com a promoção do desenvolvimento integral das crianças.